



Universidade Federal
de Campina Grande

CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO- UAEd/UFCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA 2. PRÁTICAS EDUCATIVAS E DIVERSIDADE

LAIS SANTOS BARBOSA DE SOUZA

**AS DROGAS NO CONTEXTO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM CAMPINA
GRANDE/PB: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

CAMPINA GRANDE/PB

2018

LAIS SANTOS BARBOSA DE SOUZA

**AS DROGAS NO CONTEXTO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM CAMPINA
GRANDE/PB: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como parte das exigências para à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas e Diversidade

Orientador: Prof. Dr. André Augusto Diniz Lira

CAMPINA GRANDE – PB

2018

- S729d Souza, Lais Santos Barbosa de.
As drogas no contexto da rede estadual de ensino em Campina Grande/PB: um estudo em representações sociais / Lais Santos Barbosa de Souza. – Campina Grande, 2018.
127 f. : il. color.
- Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação: Prof. Dr. André Augusto Diniz Lira".
Referências.
1. Educação – Problemas Sociais. 2. Escola – Uso de Drogas. 3. Escolas – Representações Sociais. I. Lira, André Augusto Diniz. II. Título.

CDU 37.06(043)

LAIS SANTOS BARBOSA DE SOUZA

**AS DROGAS NO CONTEXTO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM CAMPINA
GRANDE/PB: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

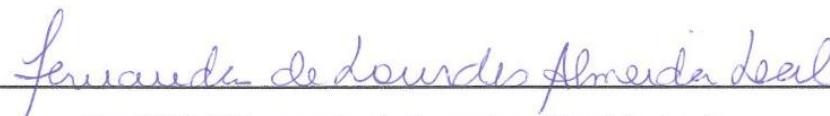
Aprovado em: 27 de Abril de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof.º Dr.º André Augusto Diniz Lira

Orientador-UFCG



Prof.ª Drª Fernanda de Lourdes Almeida Leal

Examinadora interna-UFCG



Prof.ª Drª Fátima Maria Leite Cruz

Examinadora externa-UFPE

Dedico este trabalho a

Quem tem consciência para ter coragem

Quem tem a força de saber que existe

E no centro da própria engrenagem

Inventa a contra- mola que resiste

Quem não vacila mesmo derrotado

Quem já perdido nunca desespera

E envolto em tempestade, decepado

Entre os dentes segura a primavera.

(Secos e Molhados-Composição: João Apolinário

/ João Ricardo)

Aos professores e professoras deste país;

À juventude!

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), onde vivenciei mais uma etapa da vida acadêmica, gratidão pelo aprendizado;

À CAPES/FAPESQ, pela bolsa de pós-graduação, possibilitando meu aprimoramento acadêmico nos tempos de recessão e redução de incentivo financeiro nas Universidades brasileiras;

Ao meu Professor Orientador, André Augusto Diniz Lira, pela competência e disponibilidade em estar me conduzindo no caminho acadêmico, sempre me proporcionando aprendizado, crescimento e incentivo. Gratidão pela troca e generosidade!

Às professoras que aceitaram o convite de contribuir com a minha pesquisa na banca de defesa, Fernanda Leal e Fátima Cruz, gratidão pela disponibilidade e por enriquecerem as discussões a cada novo encontro.

A todas as escolas que participaram da pesquisa, a todos/as os/as docentes da Rede Estadual de Ensino em Campina Grande/PB que me acolheram, participantes da pesquisa ou não. Aos/às estudantes destas escolas. Gratidão e espero que esta pesquisa possa abrir caminhos...

Ao Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Drogas (NUD-UFCG), por me possibilitarem aprender sobre saúde mental, drogas, pessoas que usam drogas, cuidado de si e do outro, afeto e amor quanto ato político. Vocês me permitem acreditar! Eu sou porque nós somos.

À professora Maristela Moraes, pelo encontro, pelo acolhimento, pelas contribuições na minha vida acadêmica, por me conduzir pelos caminhos de resistência e apostar em mim, gratidão!

Às minhas companheiras e companheiro do mestrado, Jeannyni, Mônica e Felipe. Vocês são um descanso, na loucura do que se faz os dias cotidianos e na academia.

A minha família, aos meus pais e minha irmã, por serem, por sustentarem meu desejo, por tudo o que representam: amor, cuidado e fé. A vocês, todas as minhas

conquistas, pois sempre serão nossas. A Deus e tudo que se faz divino.

A todas as pessoas que encontrei no caminho e me fizeram pulsar, me fizeram sorrir e respirar (todo dia).

Por fim, sou só gratidão e esperança de que “amanhã há de ser outro dia...”

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é analisar as representações sociais sobre as drogas e sobre os estudantes que usam drogas, construídas por docentes da Rede Estadual de Ensino na cidade de Campina Grande – PB. A pesquisa foi realizada em 08 escolas de Ensino Fundamental e Médio, abarcando diferentes zonas geográficas da cidade. Participaram no total 56 docentes, o que corresponde, em média, a 20% do corpo docente de cada escola. Utilizamos como recurso de produção de dados: a observação do cotidiano escolar, a Associação Livre de Palavras (ALP) e o Questionário com questões objetivas e subjetivas. Para a análise dos dados, utilizamos a Estatística Descritiva; a Análise de Conteúdo Categorical e a Nuvem de Palavras. Verificamos que o processo de objetivação das representações de “drogas na escola” e de “aluno usuário” ocorre por meio de uma mesma metáfora conceitual, sendo compreendidos como um: “problema”. São, portanto, representações sociais associadas. As ancoragens quanto às drogas, no geral, são realizadas através dos modelos médico-psiquiátrico e jurídico-criminal, mas há também uma evolução no sentido de uma compreensão mais social pelos sujeitos. O medo é uma característica muito recorrente nos discursos dos participantes da pesquisa quando se trata dessa temática no cotidiano escolar. Os docentes assinalam os efeitos na vida pessoal dos estudantes e no contexto escolar, as necessidades, os obstáculos para a efetivação de práticas educativas sobre o tema e a responsabilização da família quanto a essa questão. Em relação aos estudantes, a maioria dos participantes da pesquisa lhes caracterizaram a partir de uma perspectiva negativa, quanto ao comportamento, ao desempenho educacional, ao aspecto físico, à dimensão psicológica, às relações interpessoais e às suas famílias. Apenas alguns apontaram para uma perspectiva mais positiva desses estudantes em relação ao seu desempenho escolar. No geral, os participantes apontaram que a falta de formação específica e focada no contexto escolar contribui para a não efetivação de práticas educativas sobre drogas. Esses resultados indicam também a necessidade de um trabalho focado na realidade escolar, mais coletivo, formativo e intersetorial.

Palavras-chave: Drogas. Uso de drogas. Estudantes. Representações Sociais. Escolas.

ABSTRACT

The general objective of this work is to analyze the social representations about drugs and students who use drugs, built by teachers of the State Education Network in the city of Campina Grande - PB. The research was carried out in 08 schools of Elementary and Middle School, covering different geographical areas of the city. A total of 56 teachers participated, which corresponds, on average, to 20% of the faculty of each school. We use as a data production resource: the observation of everyday school, the Free Association of Words (ALP) and the Questionnaire with objective and subjective questions. For the analysis of the data, we use Descriptive Statistics; Categorical Content Analysis and the Word Cloud. We verified that the process of objectifying the representations of "drugs in school" and "user student" occurs through a same conceptual metaphor, being understood as a "problem". They are, therefore, associated social representations. Drug anchorages, in general, are carried out through the medical-psychiatric and legal-criminal models, but there is also an evolution towards a more social understanding by the subjects. Fear is a very recurrent characteristic in the discourses of the research participants when it comes to this theme in the daily school life. Teachers point out the effects on the personal life of students and on the school context, the needs, obstacles to the implementation of educational practices on the subject and the responsibility of the family on this issue. Regarding the students, most of the participants of the research characterized them from a negative perspective regarding behavior, educational performance, physical aspect, psychological dimension, and interpersonal relations to their families. Only a few have pointed to a more positive view of these students in relation to their school performance. In general, the participants pointed out that the lack of specific training focused on the school context contributes to the non-implementation of educational practices on drugs. These results also indicate the need for work focused on school reality, more collective, formative and intersectoral.

Keywords: Drugs. Use of drugs. Students. Social Representations. Schools.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Número de participantes da pesquisa.	71
Quadro 2. Frequência das palavras evocadas presentes na nuvem de palavras (1).....	79
Quadro 3. Frequência das palavras evocadas presentes na nuvem de palavras (2).....	95
Figura 1. Nuvem de palavras: <i>Drogas na escola (ALP)</i>	79
Figura 2. Drogas no contexto da Rede Estadual de Ensino em Campina Grande/PB.....	81
Figura 3. Nuvem de Palavras 2: <i>aluno usuário de drogas (ALP)</i>	95
Figura 4. Características dos/as estudantes que usam drogas	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Como você avalia a problemática das drogas no contexto escolar?.....80

Tabela 2. Como você poderia caracterizar o aluno que usa drogas?.....96

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

CAPS ad- Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas

COFEN- Conselho Federal de Entorpecentes

CONAD- Conselho Nacional Antidrogas

CONFEN- Conselho Nacional de Entorpecentes

CT's- Comunidades Terapêuticas

FUNCAB- Fundo de Prevenção, Recuperação e de combate ao uso de drogas

NASF- Núcleo de Atenção à Saúde da Família

NUD-Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre drogas

PROERD- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

RAPS- Rede de Atenção Psicossocial

RD- Redução de Danos

RS- Representações Sociais

SENAD- Secretaria Nacional Antidrogas

SUS- Sistema Único de Saúde da Família

TRS- Teoria das Representações Sociais

UBSF- Unidade Básica de Saúde da Família

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1.0 Do lugar que me encontro à contextualização da pesquisa	13
1.1 As drogas como objeto de discussão no âmbito educacional	17
1.2 Filiação teórica: a Teoria das Representações Sociais (TRS):	22

PARTE I: DROGAS, ESCOLA E SOCIEDADE: DO CONTEXTO HISTÓRICO AOS MODELOS INTERPRETATIVOS

2.0 Breve histórico sobre as drogas e o seu uso no contexto sócio-cultural.....	32
2.1 As drogas e as pessoas que usam elevados à categoria de “problema social”	34
2.2 Modelos interpretativos referente às drogas: impacto sobre pessoas, políticas e sociedade	37
2.2.1 Modelos hegemônicos: entre a criminalização e a medicalização das vidas	37
2.2.2 Outras possibilidades de se abordar a temática das drogas	48

A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS), DROGAS E ESCOLA

3.0 Quando as drogas e os alunos usuários se fazem presentes nas escolas.....	57
3.1 A TRS e as drogas no contexto escolar	59

PARTE II: A PESQUISA

4.0 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	68
4.1 Campo de Pesquisa.....	68
4.2 Participantes da pesquisa	70
4.3 Instrumentos adotados e fases de coleta de dados	73
5.0 DO CONTEXTO ESCOLAR AOS/ÀS ESTUDANTES QUE USAM DROGAS: DUAS FACES DO “PROBLEMA”	77

5.1 As drogas no contexto escolar da Rede Estadual de Ensino em Campina Grande/PB ..	78
5.2 A (desin)formação docente sobre a questão das drogas: participantes da pesquisa em foco.....	91
5.3 Quando os/as estudantes que usam drogas se tornam um problema.....	95
5.4 RS associadas: as drogas e os/as estudantes em correlação.....	106
6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS ou abertura para novos caminhos... ..	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113
ANEXO I: QUESTIONÁRIO	124

INTRODUÇÃO

1.0 Do lugar em que me encontro à contextualização da pesquisa

A temática “drogas” me interpelou ao longo da minha graduação em Psicologia, com a aproximação em Projetos de Pesquisa e Extensão, com disciplinas que introduziam este fenômeno, com os meus questionamentos em relação aos cuidados direcionados às pessoas que usam drogas e sua visível exclusão social. Nesse sentido, falo do lugar de implicação com o tema e com os grupos/sujeitos que, por muito tempo e ainda hoje, sofrem estigmas e violação dos seus direitos. Vivenciamos cotidianamente o processo de silenciamento de vidas que fogem à norma estabelecida pelas instituições sociais, sendo subjetivadas pelos saberes que determinam o que é certo e errado.

As drogas, as pessoas que convivem com elas, suas comunidades, os territórios que habitam, as escolas que estudam, a educação que lhes são oferecidas, as políticas públicas em vigência, os modelos e concepções produzidos ao longo da história, estes são alguns dos elementos que me conduziram a refletir e construir o meu “objeto” de estudo. Dessa maneira, esta pesquisa faz conexões com o meu trabalho de conclusão de curso realizado em 2015, intitulado: *“Entre a segurança e a saúde: a pessoa que usa drogas no Portal G1”* (SOUZA, 2015). O mesmo debruçou-se sobre as representações sociais construídas pela mídia brasileira em relação às pessoas que usam drogas, analisando especificamente um portal de notícias *online*.

Ao longo deste estudo, identifiquei como foram se consolidando as representações sobre estes sujeitos. Os achados desta pesquisa vão ao encontro do que historicamente a literatura vem nos indicando, na qual duas perspectivas se sobressaem: a segurança e a saúde. Percorri, durante esta pesquisa, o objetivo de ressaltar como as imagens das pessoas que usam drogas são apresentadas na mídia e a repercussão desta propagação na sociedade. Quanto aos resultados, obtive um eixo principal que consiste em: *“quem é esta pessoa que faz uso de drogas?”* Este eixo contemplou elementos das reportagens que evidenciaram as representações sobre as pessoas que usam drogas, indicando quais as imagens construídas pela

mídia em torno destes sujeitos e que conseqüentemente são difundidas no meio social pelo portal de notícias G1.

A análise dos dados resultou em cinco categorias a saber: a) pessoa dependente da substância- a imagem da pessoa que usa drogas está reduzida a uma dependência, de modo objetivo e biológico; b) pessoa sem autonomia e perdedora- a pessoa usuária de drogas é percebida nessa categoria como alguém sem autonomia, sem poder de decisões, passiva, irracional e em constante processo de perdas, sejam elas sociais, afetivas e/ou materiais; c) pessoa criminosa e periculosa- nessa categoria o crime e a periculosidade constituem-se como características intrínsecas às pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas.

Estas pessoas aparecem associadas à violência e à sensação de insegurança por parte da população. A droga parece justificar os atos infracionais cometidos pelas pessoas que a consomem; d) pessoa que traz ameaça para a família- a pessoa que usa drogas aparece nas notícias também como aquela que rouba, envergonha e maltrata a sua família; e) pessoa que usa drogas com vergonha de si mesma- esta categoria traz a ideia encontrada nas notícias de que as pessoas que usam drogas sentem vergonha de si mesmas, se sentem fracassadas.

Portanto, a partir deste estudo, que se iniciou no âmbito da saúde, verifiquei a importância de ampliar a discussão para o âmbito educacional pela abrangência que este setor ocupa na vida dos/as jovens (o público mais afetado). Ademais, a complexidade da temática tem como decorrência a necessidade de um olhar interdisciplinar. O foco se volta neste momento para o público dos/as docentes da Rede Estadual em Campina Grande-PB.

O intuito é compreender como estes sujeitos vem pensando as questões que envolvem as drogas, bem como as práticas em relação à temática na instituição escolar. Somado a isto, senti a necessidade de compreender como os/as estudantes que fazem uso de substâncias psicoativas são representados/as por estes educadores/as, de que maneira eles são percebidos/as neste contexto, a partir de quais perspectivas e os possíveis desdobramentos, sobretudo pelo fato de que os estudos encontrados sobre o tema, a partir da revisão de literatura (apresentarei mais

à frente), indicam a escassez de pesquisas que apresentem o enfoque dos/das estudantes que usam drogas, limitando-se somente à Representação Social dos/as educadores/as em relação às substâncias e às práticas preventivas.

Atualmente, componho o Núcleo de Pesquisa e Extensão Sobre Drogas (NUD/UFCG), constituído por discentes da graduação em Psicologia, Enfermagem e Medicina e docentes da graduação em Psicologia, que me permitiu neste percurso acadêmico a possibilidade de construir diálogos inter e multidisciplinares, a partir de uma perspectiva ampliada com a própria Rede Psicossocial de Campina Grande/PB. A aposta do núcleo é no processo formativo, na pesquisa e extensão que leve em consideração a garantia dos direitos das pessoas que usam drogas, em consonância com uma visão crítica que abarque as diversas facetas relacionadas ao campo das drogas, reverberando nas minhas escolhas políticas e teóricas.

Nesta pesquisa, tenho o intuito de contribuir com a superação de lacunas acadêmicas sobre o tema, principalmente na região da Paraíba e do município de Campina Grande, com a finalidade de nortear os/as educadores/as, bem como os/as estudiosos/as interessados/as sobre a temática, a fim de subsidiar possíveis ações de formação condizentes com a realidade educacional desta localidade, frente ao diagnóstico situacional. Pretendo identificar as principais dificuldades encontradas, bem como os avanços, possibilitando uma atuação crítica e dialógica junto aos sujeitos implicados, levando em conta a complexidade que a temática envolve.

Além disso, desejo contribuir com o campo das Representações Sociais, levando em consideração a dimensão psicossocial no contexto educacional. Sousa; Bôas e Novaes (2011) fomentam esta discussão e apresentam um panorama de pesquisas atuais que acessaram o referencial das Representações Sociais para o entendimento da complexidade que circunda o trabalho docente, bem como a compreensão do seu processo de construção da subjetividade e das condições de transformação do ensino. Quando os pesquisadores/as da educação adotam a TRS, possibilitam identificar e compreender os conhecimentos interiorizados pelos grupos de professores/as, bem como suas visões de mundo, crenças e valores sobre determinadas temáticas, compreender a dinâmica da subjetividade coletivamente

construída e analisar o peso do contexto em que ele/a está inserido/a, seja na formação quanto no desempenho docente (SOUSA; BÔAS; NOVAES, 2011).

Com efeito, as RS tendem a possibilitar apreendermos o modo como os/as educadores/as compreendem e dão significado ao nosso objeto de estudo, de modo que a forma de representar orienta e justifica práticas. Dessa maneira, o estudo das Representações Sociais dos/as educadores/as em relação às drogas no contexto escolar expressa a tentativa de compreender como eles/as visualizam esta temática, e os sujeitos que fazem este uso.

Posiciono-me a partir de uma perspectiva teórico-epistemológica da Psicologia Social Crítica, compromissada com a dimensão histórico-social contextualizada à realidade brasileira e seus problemas sociais, abarcando as várias dimensões da vida humana e do agir. O meu objeto dialoga com a Teoria Psicossocial e consiste em uma temática polêmica e polissêmica.

Realizar esta pesquisa em uma cidade do interior da Paraíba, de médio porte, colabora com a produção acadêmica ainda reduzida na Região Nordeste, pois os trabalhos realizados no Brasil sobre essa temática que articulam as Representações Sociais, as drogas e o contexto escolar estão mais concentrados nas regiões Sul e Sudeste do país, sobretudo nas Capitais.

No que concerne ao âmbito social, a pesquisa visa trazer ganhos, na medida em que seus resultados possam abrir caminhos para a implementação de novas políticas públicas, ações e formações, que promovam a discussão/reflexão sobre as práticas desenvolvidas em Campina Grande/PB. Estamos interessados em vislumbrar possibilidades de uma educação sobre drogas que seja condizente com o contexto educacional local e a sua existência seja evidenciada, bem como mudanças possam ser materializadas dentro e fora das instituições de ensino.

Por consequência disso, o objetivo geral desse trabalho é:

Analisar as Representações Sociais sobre as drogas e os/as estudantes que fazem seu uso construídas por docentes, no contexto da Rede Estadual de Ensino na cidade de Campina Grande – PB.

Como objetivos específicos, pretendeu-se:

- a) Identificar o processo e a estrutura das Representações Sociais relativas às drogas no contexto escolar e aos/às estudantes que fazem seu uso, a partir do discurso docente;
- b) Analisar as relações entre as representações em tela e os discursos sobre as práticas educativas nas escolas pesquisadas.

1.1 As drogas como objeto de estudo no âmbito educacional

As drogas estão presentes atualmente nos diálogos entre as pessoas, nas falas dos profissionais e especialistas das mais diferentes áreas de saber, nas pautas midiáticas, no conhecimento do senso comum. Mas, como se dão as compreensões sobre estas substâncias nos diversos contextos sociais? Como são pensadas as pessoas que fazem seu uso? Indo mais além, que tipo de educação e práticas educativas sobre drogas estão sendo construídas em nosso país?

Nos debruçamos nesta pesquisa sobre o objeto de estudo drogas, tendo como cenário as escolas da Rede Estadual de Ensino em Campina Grande-PB, abarcando as pessoas que se relacionam com estas substâncias, neste contexto, os/as estudantes. Nesse sentido, se fez necessário compreender pontos chave que fundamentam esta discussão, como as questões históricas, as concepções construídas em torno do uso das drogas, bem como o lugar das pessoas que usam drogas em nossa sociedade, compreendendo a complexidade da temática e os diversos fatores que se associam a ela. Após este percurso, adentramos no contexto educacional e conduzimos nossos olhares para as percepções dos/das docentes em relação às drogas e aos/às estudantes que fazem seu uso e como isto reverbera na construção dos discursos sobre as suas práticas.

Como ponto de partida, consideramos necessário delimitar a concepção de “drogas” que estamos nos pautando neste trabalho. O termo “drogas” sustenta-se geralmente em uma concepção genérica de serem substâncias psicoativas ilícitas, sobretudo, as que são alvo do regime de repressão e proibicionismo (SIMÕES, 2008), excluindo deste significado as substâncias lícitas como álcool, cigarro, medicamentos,

psicotrópicos, energéticos, açúcar, café, chá, por exemplo. Tóxicos, entorpecentes, narcóticos, venenos, psicoativos, são algumas derivações que também passaram a designar tais substâncias. Diante disso, estas nomeações acabam por se naturalizar em nossa sociedade a ponto de não refletirmos sobre quais drogas estamos falando e a partir de que referência.

De acordo com Simões (2008), as “drogas” ou “psicoativos”, quando utilizadas, alteram o estado de consciência, comportamento, humor ou sentimento de quem as usa, de modo a propiciar sensações tanto físicas quanto psicológicas, sensações estas que podem variar de acordo com a substância e com o contexto de uso. Adotamos, assim, nesta pesquisa a nomenclatura “droga” nos pautando nessa perspectiva e considerando tanto as drogas lícitas quanto as ilícitas, seguindo os diversos modos de uso e a complexidade que envolve esta prática.

Portanto, partimos da ideia de que as drogas são substâncias que demandam ser entendidas para além das suas propriedades bioquímicas e farmacológicas. Nossa pretensão não é a de nos limitarmos a uma única perspectiva, dentre tantas, que envolvam as drogas e o seu consumo, mas de expandirmos o nosso olhar a fim de contribuir para uma discussão que pautar a multidisciplinaridade exigida.

Entretanto, entendemos os seus riscos e danos, tanto no plano individual quanto no coletivo, na medida em que as pessoas, dentre tantas possibilidades, podem vir a estabelecer uma relação abusiva com as drogas, tornando-as, em alguns casos, centrais em suas vidas. Estes sujeitos e grupos, a partir dessa relação com a droga, podem estar vivenciando tensões na família, na escola, na sociedade, convivendo com perdas, sofrimento, consequências físicas, psicológicas, econômicas, relacionais e afetivas (LORENCINI JÚNIOR, 1998). Com este panorama instalado, falar sobre drogas acaba muitas vezes sendo algo automático, prescritivo, universal, abarcado pelos grupos como uma “verdade” e tendo como referência uma experiência e/ou um contexto de uso (ACSERLALD, 2005) a ponto destes discursos adentrarem as instituições formativas, como a escola, por este viés.

Por fazerem parte desta rede social, as escolas são convocadas, tanto no plano curricular quanto pelas políticas públicas, a discutirem sobre temas que

concernem o contexto social das crianças e dos adolescentes, dentre eles as drogas. Colocada ainda como uma temática transversal, esta discussão demanda uma análise, para entendermos de que maneira este público vem construindo seus saberes sobre tais substâncias e a partir de quais óticas, pois partimos da hipótese de que falar sobre drogas neste contexto simboliza um desafio aos/às profissionais de educação, que se veem muitas vezes paralisados/as diante deste fenômeno, como afirmam alguns autores/as¹ que vem desenvolvendo pesquisas na área.

Nas últimas décadas começou a ser estabelecido um debate mais amplo sobre a temática das drogas no contexto escolar, pautado principalmente como uma questão social complexa que vem ganhando proporções preocupantes, demandando intervenções que não sejam reduzidas a uma parcela ínfima de instituições e sujeitos sociais, mas ao contrário disso, convida os diversos setores a desenvolverem o cuidado e as ações preventivas a partir de uma perspectiva intersetorial. Para Dalbosco e Pereira (2013, p. 4)

Passou-se de um modelo focado unicamente na repressão do uso para um modelo que privilegia ações de saúde e educacionais preventivas em geral. Assim, a escola passou a ser considerada um espaço fecundo para a realização de atividades de prevenção do uso de drogas e de promoção à saúde articuladas, pois está inserida em contextos e comunidades específicos, que possuem suas peculiaridades históricas, culturais, municipais e regionais. O espaço escolar não é isolado do conjunto maior da sociedade e é preciso construir pontes que aproximem, ainda mais, a escola e sua rede.

Logo, é atribuída a educação o papel primordial de introduzir nas suas discussões a multicausalidade que envolve o tema das drogas, na tentativa de possibilitar uma reflexão crítica sobre esta questão. Neste sentido, “ela deve estar atenta para não contribuir com qualquer forma de rotulação ou marginalização do usuário, eventual ou assíduo, de drogas” (ALBERTINI, 1998, p. 55).

1 cf. Anjos; 2015, Araldi; et al., 2012; Dalbosco; 2011; Ribeiro, 2008; Lopes, 2003.

A temática das drogas, como citado anteriormente, está progressivamente sendo incluída nos currículos educacionais do ensino fundamental e médio, de modo transversal, como vários outros temas que convidam para o debate de uma educação para a diversidade, bem como a compreensão do/da estudante e do seu universo cultural. De acordo com Robaina (2010, p. 46) “(...) os Parâmetros Curriculares Nacionais citam o tema saúde como o *locus* das drogas, tema a ser trabalhado com os adolescentes e discutido pelos professores em suas aulas diariamente.” Contudo, ainda são restritas as iniciativas que se constituem no sentido de auxiliar o domínio adequado de forma científica e técnica na formação docente (PRADO, 2007).

Dentre as amarras encontradas no modo de lidar com os/as estudantes que possuem alguma relação com as drogas e na discussão do próprio assunto no âmbito escolar, segundo o autor, está a dificuldade dos/as educadores/as em lidar com este fato. Muitas vezes como possibilidade de fuga, por motivo de medo, de insegurança, de preconceito, por fragilidade na formação, entre tantos outros condicionantes que podem ainda não ter tido oportunidade de serem explicitados.

Para Dalbosco (2011), estas configurações devem-se a uma representação construída negativamente em relação às drogas, relacionado também ao território em que a escola está inserida, muitas vezes estigmatizado por estar localizado próximo à realidade do tráfico. A própria mídia acaba por contribuir com essa percepção ao noticiar, de maneira sensacionalista e parcial, fatos que envolvam territórios específicos associados à criminalidade, ao tráfico, à violência, bem como às pessoas que usam, quase sempre ligados/as a estes condicionantes. Por consequência disto, o silenciamento torna-se estratégia de defesa, que junto ao medo e à insegurança coloca-se frente ao tema das drogas uma barreira constituída por estereótipos negativos e preconceito.

Robaina (2010), em seu estudo sobre o papel do educador na prevenção ao uso de drogas, confirma que a formação destes/as profissionais tem revelado a ausência de estudos sobre a temática das drogas, assinalando a importância de conhecermos os saberes que os/as docentes vem construindo, bem como a demanda que eles/as necessitam para exercerem as práticas de prevenção tão solicitadas a

este público, frente aos/às jovens que ainda não usam drogas e àqueles/as que já experienciam esta relação.

O autor também destaca os saberes trazidos pelos/as educadores/as em suas bagagens práticas como fator importante na construção de estratégias para a prevenção ao uso de drogas, bem como a implementação de programas e políticas com tais objetivos na instituição escolar. Para ele “assim como os professores, os alunos trazem conhecimentos prévios em sua bagagem pessoal a respeito da problemática da drogadição” (ROBAINA, 2010, p.42).

De fato, temos em nosso país o convívio precoce da juventude com a realidade do tráfico, muitas vezes vivenciado no contexto da sua comunidade, da própria família, levando-os a construir um conhecimento sobre as drogas que, por vezes, é negligenciado pelo saber dos/as profissionais e especialistas, causando um distanciamento entre a teoria e a prática, a vivência e a história das pessoas e dos grupos, podendo abrir espaço para o exercício de uma educação que não esteja pautada na experiência dos sujeitos e das coletividades.

Por se tratar de um fenômeno que requer um olhar ampliado e que desafia os profissionais dos mais diversos setores sociais em sua prática cotidiana, no contexto educacional não é diferente. Desse modo, a demanda para se trabalhar o uso de drogas nas escolas junto às crianças e jovens surge e junto com ela a emergência por soluções, não propiciando aos/às educadores/as uma formação continuada para que este objetivo seja alcançado. Consequentemente, eles/as acabam procurando uma “receita pronta”, com as verdades claramente enunciadas, que indiquem qual o melhor caminho a seguir, na falta de outras possibilidades (ACSELRAD, 2005).

Frente a estas discussões e reflexões que problematizam a formação e a prática docente, nos faz (re)pensar sobre a educação sobre drogas vigente em nosso sistema educacional, principalmente ao questionarmos se os sujeitos que estão envolvidos neste processo de ensino/aprendizagem e que muitas vezes estabelecem relação de uso e abuso de drogas estão sendo incluídos a partir de suas vivências, de suas dúvidas, de seus saberes anteriores, pois o “mundo das drogas” é o “mundo

da escola” , saindo da ideia de que existem mundos diferentes e reconhecendo que eles não se desintegram, são o mesmo mundo.

Portanto, surgem alguns questionamentos: será que se discutem sobre o tema das drogas nas Escolas Estaduais em Campina Grande/PB? Se sim, de que maneira? Os /as educadores/as se sentem preparados/as para falar sobre o assunto? Quais as representações desses/as educadores/as sobre as drogas e sobre as pessoas que fazem seu uso? Estas perguntas contribuíram para a construção desta pesquisa.

1.2 Filiação teórica: a Teoria das Representações Sociais (TRS)

Somos seres sociais, construímos saberes sobre o mundo em que vivemos e partilhamos estes conhecimentos nas relações que estabelecemos entre as pessoas e nos grupos em que estamos inseridos. Informar-nos sobre esse mundo é uma necessidade, pois possibilita adaptar-nos ao mesmo, compreendendo o modo como devemos nos comportar, identificar e resolver problemas que possam aparecer, sendo estas algumas das justificativas para o desenvolvimento das representações (JODELET, 2001).

O objeto a ser representado passa então pela construção de um grupo, dando-lhe significado e realidade, sendo que a interação entre as pessoas confirmam e dão forma a estas crenças (WAGNER, 1998). A Teoria das Representações Sociais norteia o nosso olhar para compreender a construção dos saberes sociais, especificamente dos/as docentes, sobre o nosso objeto. Esta teoria volta-se para o estudo dos saberes produzidos na vida cotidiana, abarcando sua produção e transformação por meio dos processos de comunicação e interação social (JOVCHELOVITCH, 2008).

Para além de uma concepção firmada exclusivamente no modelo cognitivo de pensamento, a representação é um processo amplo que incorpora aspectos simbólicos e sociais, envolve pessoas e o contexto em que são produzidas (JODELET, 2001). As representações são construídas levando em consideração não apenas a relação sujeito-objeto, mas implicam o trabalho simbólico que se fundam das inter-

relações “Eu, Outro e objeto-mundo e, como tal, tem poder de significar, de construir sentido, de criar realidade” (JOVCHELOVITCH, 2008, p.35).

A título de contextualização, a TRS teve como precursor Serge Moscovici, que introduziu este fenômeno em seu estudo pioneiro *La Psicanalyse: Son image et son public* (MOSCOVICI, 2003). Nesta obra o autor discorre sobre as maneiras como a psicanálise penetrou no pensamento popular da França, tornando-se um dos enfoques predominantes na psicologia social (DUVEEN, 2012). Moscovici se ocupou neste primeiro momento em compreender a inter-relação entre sujeito e objeto e o processo de construção do conhecimento do senso comum, ao mesmo tempo individual e coletivo, que se constituíam como as Representações Sociais (CRUSOÉ, 2004).

A partir de então, as Representações Sociais são caracterizadas como um conhecimento construído e compartilhado por um grupo social, com o objetivo de estabelecer uma realidade comum a ele (JODELET, 2001), referindo-se tanto a uma teoria quanto a um fenômeno, de modo a oferecer um conjunto de conceitos articulados na busca de esclarecer como os saberes sociais são elaborados e transformados em processos de comunicação e interação social (JOVCHELOVITCH, 2008). Neste sentido, uma Representação Social pode ser entendida também como “[...] um conteúdo mental estruturado- isto é, cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico – sobre um fenômeno social relevante, que toma a forma de imagens ou metáforas, e que é conscientemente compartilhado com outros membros do grupo social” (WAGNER, 1998, p. 3-4). Dessa maneira, a representação “funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas” (ABRIC, 1998, p.28). Como já introduzido neste texto,

a tarefa da representação nos campos sociais está relacionada à construção de visões de mundo, com o estabelecimento de sistemas de conhecimento cotidiano que não apenas buscam propor um referencial para guiar a comunicação, a coordenação da ação e a interpretação daquilo que está em questão, mas também expressam de forma efetiva os projetos e as identidades de atores sociais e as inter-relações que eles constroem (JOVCHELOVITCH, 2008, p.35-36).

Por isso, Jovchelovitch (2008) atribui tamanha importância para os sentidos construídos pelos sujeitos e seus grupos sobre o objeto a ser representado, a partir dos seus contextos concretos. A autora afirma que a análise do sentido poderá nos orientar sobre o fato de diferentes pessoas, em contextos diversos e tempos também distintos produzirem múltiplas visões, símbolos e narrativas sobre a realidade e como elas vão se relacionar de alguma forma, havendo a possibilidade de identificarmos as suas interferências no mundo social ao longo do tempo.

Tais representações são reconhecidas também no processo de assimilação e difusão dos conhecimentos, a definição das identidades pessoais e sociais, bem como no que diz respeito aos fenômenos cognitivos que condiz com a pertença social dos indivíduos, seus modelos de conduta e pensamentos, suas implicações afetivas e normativas a partir da interiorização de experiências, sempre orientados pela comunicação (WAGNER, 1998). Assinalamos aqui, a importância de levarmos em consideração no momento de estudo das representações o seu aspecto social, mental e afetivo, integrando junto a eles a cognição, a linguagem e a comunicação, considerando as relações sociais que possam afetar as representações, bem como a realidade que as mesmas venham a intervir (JODELET, 2001).

Por conseguinte, as representações compreendem a elaboração de comportamentos, pensamentos e ações, envolvendo a comunicação entre os indivíduos e o contexto sócio-histórico e cultural deste grupo. Para Arruda (1992, p.124) “a representação é sempre social, não só porque é elaborada socialmente, mas porque é elaborada com categorias de linguagem ou códigos de interpretação fornecidos pela sociedade”. Sobre isto, Moscovici (2003) vai afirmar que na sociedade existem dois tipos de universos de pensamento, os consensuais e os reificados.

Os universos reificados estão localizados naquilo que chamamos de uma ciência dura, carregada de objetividade e rigor. Já os universos consensuais possuem características do senso comum, por ser um saber construído por meio da interação social, fruto das relações estabelecidas na vida cotidiana, e por meio do qual se criam as Representações Sociais, a exemplo da apropriação do saber da Psicanálise pelo senso comum (SÁ, 1998).

A partir disso, o saber do senso comum ganha importância e passa a ser visto de forma diferenciada, não mais como um conhecimento secundário e ingênuo, mas sim como algo de fundamental importância. Spink (1993, p. 32) destaca que “tal privilégio já pressupõe uma ruptura com as vertentes clássicas das teorias do conhecimento, uma vez que estas abordam o conhecimento como saber formalizado. Diante disso, se reconhece a importância do conhecimento do senso comum, que apesar de ser difundido como um saber ingênuo em relação à cientificidade, tem sua legitimidade na vida social, elucidando os processos cognitivos e as interações sociais (WAGNER, 1998).

Assim, as Representações Sociais passam a ser uma das teorias da Psicologia Social, contribuindo com uma visão que considera a dimensão sócio histórica, cultural, estando interessada em questões que perpassam grupos sociais. Esta vertente entende o conhecimento como processo, como construção do saber a partir do sujeito e das questões que atravessam o grupo social no qual ele pertence (SPINK, 1993), indo além de uma percepção reduzida que se interessa apenas pela cognição do indivíduo e negligencia a sociedade que os envolve (ARRUDA, 1992).

Os objetivos aos quais as representações se dispõem estão ligados ao ato de tornar familiar o não familiar e de compreender como as pessoas pensam e agem. Sobre isto, Moscovici (2012) vai afirmar que o trabalho das representações é o de atenuar estranhezas, inserindo-as em um espaço comum, no intuito de provocar encontros de visões, de expressões contrárias, que de alguma maneira, se procuram. Logo, “[a]o tornar-se próprio e familiar, o objeto é transformado e transforma” (MOSCOVICI, 2012 p.63).

Nesse sentido, a Representação Social liga-se a processos que indicam diferenças na sociedade, justificando a sua relação com grupos sociais específicos. Portanto, as representações acabam sendo dinâmicas e em constante processo de mudança, sendo essencialmente fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser percebidos a partir do seu contexto de produção (SPINK, 1993).

Outra importante contribuição da teoria de Moscovici são os processos de formação clássicos das representações sociais, que versam sobre os mecanismos de ancoragem e objetivação. Estes se relacionam com a maneira como os grupos apropriam o objeto de conhecimento e constroem suas representações sobre ele, sendo complementares.

O primeiro mecanismo, tem como objetivo ancorar ideias estranhas em um sistema de conhecimento que já existem em suas memórias, de modo a utilizar aquilo que é tradicional para gerar algo novo. Além disso, a ancoragem reduz essas ideias em categorias e a imagens comuns, contribuindo para a inserção das mesmas em um contexto familiar. Ela também possibilita dar um sentido aquilo que surge como desconhecido, classificando e nomeando o objeto representado, de modo a fixar o novo conceito (ARRUDA, 1992; MOSCOVICI, 2012). Portanto, “(...) um novo objeto é ancorado quando ele passa a fazer parte de um sistema de categorias já existentes, mediante alguns ajustes” (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011, p.110).

A objetivação tem a finalidade de tornar as imagens e conceitos relativos ao objeto da representação em algo quase concreto, dando-lhes forma. O abstrato transforma-se em algo tangível. Dessa maneira, a objetivação aproxima a ideia de não familiaridade com a realidade, ela se mostra física e acessível, de maneira icônica ou metafórica. Assim, a objetivação, através da memória, absorve imagens e conceitos, para agrupá-los e reproduzi-los no mundo exterior, fazendo as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (ARRUDA, 1992; SÁ, 1998; MOSCOVICI, 2012).

Dentro do processo da objetivação existe um percurso de quatro fases: a seleção e descontextualização, o esquema figurativo e a naturalização. Quando acontece a seleção de informações, crenças e ideias referentes ao objeto de representação, dentro de uma vasta possibilidade de conceitos, se exerce uma seleção, que estará baseada em valores e normas. Assim, haverá uma descontextualização deste objeto, já que será entendido por uma das suas partes.

Esta seleção tem como objetivo considerar apenas a informação que se faz útil (VALA, 2000). De acordo com Vala (2000) quando se organizam estas informações, acontece a esquematização, de modo que cada elemento de sentido irá

associar-se a uma imagem, ganhando materialidade. Esta materialidade, pode se aproximar de uma realidade tornada natural, entendida como a naturalização. Logo, neste processo, as imagens e as metáforas tornam-se reais e personificadas, dando vida aos conceitos.

Para Moscovici (2003, p. 34-36) as representações precisamente possuem duas funções: a) elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram, dando-lhes uma forma definitiva e localizando-as em uma determinada categoria que gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas.

Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se resumem nele; b) Em segundo lugar, representações são prescritivas, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível, força esta que consiste em uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que determina o que deve ser pensado. Assim, enquanto essas representações, que são partilhadas por muitos, adentram e influenciam a mente de cada um. De certo modo, elas são re-pensadas, re-citadas e re-apresentadas (MOSCOVICI, 2003).

Ainda sobre as funções das Representações e a sua definição, tomamos como referência Abric (1998) e a sua maneira de compreender as Representações como uma visão funcional do mundo, sistematizando as suas finalidades próprias em quatro funções essenciais, que são elas:

- a) Funções de saber – saber prático do senso comum , permitem compreender e explicar a realidade. Elas são a manifestação do esforço permanente do homem para compreender e comunicar.
- b) Funções identitárias – definem a identidade e permitem a salvaguarda da especificidade dos grupos e os processos de comparação social, além de exercer papel importante no controle social da coletividade sobre cada um de seus membros.
- c) Funções de orientação – consistem no sistema de pré-codificação da realidade, elas guiam os comportamentos e as práticas. A representação define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social.

d) Funções justificatórias – possibilita justificar a posteriori as tomadas de posição e comportamento “[...] permitindo, assim, aos atores, explicar e justificar suas condutas em uma situação ou em relação aos seus participantes” (ABRIC, 1998, p. 15-18).

Além destas funções descritas por Abric, uma outra foi descrita por Bauer (1998), a função de resistência. O autor discute a resistência como uma das questões que originaram a noção de Representações Sociais, afirmando que “[...] as RS são a produção cultural de uma comunidade, que tem como um de seus objetivos resistir a conceitos, conhecimentos e atividades que ameaçam destruir sua identidade” (BAUER, 1998, p. 229). Ele aponta para a configuração que a resistência pode tomar no processo de desenvolvimento das Representações Sociais, colocando-se como um “ruído” no estabelecimento de uma comunicação, de modo a distorcer e impedir que a mensagem seja comunicada de maneira adequada.

Andrade (2014), ao ter em vista os estudos realizados no campo da formação docente, considera que a função de resistência entra em cena justamente quando a identidade coletiva, nesse caso a dos professores, frente a mudança é ameaçada, configurando-se como forma de proteção grupal, confirmando a tese de Bauer (1998) trazida anteriormente. “Compreende-se, assim, que a função da resistência constitui-se um aspecto da função de perpetuação da identidade do grupo que as representações sociais têm” (ANDRADE, 2014, p. 187).

Nos interessa também adotar como referência em nosso estudo as funções identitárias, pelo fato de que as representações em alguns momentos “tem mais a ver com o sujeito que representa e menos com o objeto sendo representado” (JOVCHELOVITCH, 2008). Nesta perspectiva, os grupos sociais constroem representações sobre eles mesmos, bem como a representações da posição que ocupam em relação a outros grupos, na medida em que serão estas as responsáveis pelo modo como os indivíduos compreendem sua diferença e semelhança em relação ao outro (DESCHAMPS; MOLINER, 2014).

Levando em conta esta concepção, podemos vislumbrar o sujeito que representa tanto pela ótica individual, como coletiva, na medida em que sua identidade

não está descolada das representações compartilhadas no seu grupo e fora dele. DESCHAMPS E MOLINER (2014, p.84) complementam que “[a]s operações de categorização, de estereotipia, de comparação social ou de atribuição não se desenrolam num mundo vazio de significações. Elas são utilizadas por indivíduos que dispõem de um grande número de representações desse mundo”.

A realização de estudos no campo educacional à luz das Representações Sociais vem crescendo nos últimos anos. Esta ponte necessária vem se estabelecendo, conduzindo significativas compreensões sobre o contexto educacional em sua complexidade, seja a partir da realidade dos /as educadores/as, seja em relação a realidade dos/as educandos e de todos os atores que compõe este cenário.

O caminho que iremos percorrer adiante, tem como ponto de partida a Parte I *Drogas, escola e sociedade: do contexto histórico aos modelos interpretativos*, na qual realizamos um percurso necessário que permeiam questões históricas e socioculturais sobre as drogas e seu uso, bem como a categorização destas substâncias e das pessoas que usam as mesmas como “problema social”. Em seguida, contemplamos os modelos interpretativos referente às drogas em vigência no Brasil, pautando os modelos hegemônicos e as outras possibilidades de atenção e práticas, que se aproximam de uma perspectiva mais crítica, ética e em conformidade com a realidade social do nosso país.

Na sequência, conduzimos uma discussão que envolve a TRS, as drogas e o contexto escolar refletindo sobre a presença das drogas e dos/as estudantes neste campo, de modo a compreender os seus desdobramentos. Posteriormente, apresentamos a relação entre as Representações Sociais e o contexto escolar, desenvolvidas no Brasil, a fim de nos familiarizar com as produções e nos aproximar dos estudos que vem se constituindo nesta área, vislumbrando avanços e entraves.

Por fim, é apresentada a parte II, que se volta para a pesquisa, compreendendo a caracterização do campo e dos sujeitos que participaram da mesma, o delineamento dos procedimentos metodológicos, os resultados, discussões advindas dos dados, as Representações Associadas entre as drogas e os/as

estudantes que se relacionam com as mesmas. Concluimos, tecendo as considerações finais.

PARTE I

DROGAS, ESCOLA E SOCIEDADE: DO CONTEXTO HISTÓRICO AOS MODELOS INTERPRETATIVOS

As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada. Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos: Que não são embora sejam. Que não falam idiomas, falam dialetos. Que não praticam religiões, praticam superstições. Que não fazem arte, fazem artesanato. Que não são seres humanos, são recursos humanos. Que não tem cultura, e sim folclore. Que não têm cara, têm braços. Que não têm nome, têm número. Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

(Eduardo Galeano, 2014, p.71)

2.0 Breve histórico sobre as drogas e o seu uso no contexto sócio-cultural

As substâncias psicoativas denominadas popularmente no meio social como “drogas” sempre existiram. Com objetivos e práticas diversas, fazem parte da história e da cultura da humanidade (CARNEIRO, 2009). De acordo com o contexto e com o período, foram ganhando sentidos diferentes, ora exaltadas, ora demonizadas, sustentadas por um binarismo recorrente. Por estarem inseridas em práticas grupais e individuais, que entrecruza vários contextos sociais, elas se complexificam e passam por mudanças em termos dos seus significados, demandando olhares de análise que sejam também complexos, condição esta que acaba por não sustentar discursos reducionistas.

As relações que os seres humanos estabelecem com as substâncias psicoativas são milenares e remontam desde o princípio da história da humanidade. As mudanças no padrão de uso, por consequência, devem-se ao desenvolvimento econômico e tecnológico da indústria fármaco-química, bem como as migrações internacionais, que traziam consigo uma multiplicidade de possibilidades de uso para o Ocidente, a ponto de refletir na reorganização do trabalho industrial, já que a força de trabalho, sob efeito das drogas, acabava se comprometendo. Assim, se imprimia nos modos de existência uma perspectiva normatizadora, racional e ao mesmo tempo consumista (ROMANI, 1993).

O uso de drogas caracteriza-se por sua vivência em diversos contextos, com significados diferentes de indivíduo para indivíduo e de grupo para grupo, inclusive em uma mesma cultura (ESPINHEIRA, 2004). Frente as múltiplas maneiras de se relacionar com as drogas, elencamos algumas das possibilidades existentes em nossa sociedade, dentre elas: ritualístico, recreativo, abusivo e terapêutico. Contudo, fomos condicionados em alguns momentos a nos reduzirmos a apenas uma relação: a abusiva e ilícita, o que requer um olhar mais atento.

Estabelecer contato com as substâncias psicoativas carrega consigo o signo da moralidade, da noção de bem e mal, certo e errado. O uso caracterizado como benéfico e sem muitos riscos, tem como referência o uso controlado e receitado por um especialista, com fins terapêuticos e medicamentoso, valorizado socialmente. Por

outro lado, o uso recreativo, abusivo e problemático é visto como um mal, um pecado, crime e/ou doença (MOTA, 2009), que precisa ser erradicado. Nesse sentido, “habitualmente tendemos a pensar, sentir e agir com relação às drogas tornando-as como demoníacas ou paradisíacas e construindo em torno delas uma infinidade de mitos e culpas [...]” (ANDRÉ; VINCENTIM, 1998, p. 67).

É exatamente com estas ambiguidades que ao longo do tempo, muitas foram as políticas engendradas com o objetivo de erradicar as drogas do mundo por meio da intolerância e da criminalização. Dentre as tentativas pioneiras, surgiu nos Estados Unidos o “Movimento pela Temperança” que pregava na década de 1830 a abstinência total do álcool, de modo que mais tarde, na década de 1933 esta política foi reconfigurada como a “Lei Seca”, (CARNEIRO, 2009), fundada a partir de uma ótica proibicionista, intolerante e de repressão, a favor da “Guerra às Drogas”. Apesar destes marcos, nunca existiu em nossa história uma sociedade que não tivesse contato com as drogas e este objetivo percorrido incansavelmente por alguns segmentos governamentais e sociais, torna-se a cada tentativa, mais inalcançável.

É sabido que a partir desta perspectiva de combate, enfrentamento e repressão às drogas, se negligencia a relação que as pessoas estabelecem com as mesmas, os modos particulares de experimentação e/ou as múltiplas formas de encontro com tais substâncias. Simões (2008, p.13) discorrendo sobre o assunto, destaca que esses encontros com as drogas envolvem questões complexas e antagônicas dentre elas “liberdade e disciplina, sofrimento e prazer, devoção e aventura, transcendência e conhecimento, sociabilidade e crime”.

Vivemos uma divisão estabelecida entre drogas lícitas e ilícitas, que carregam consigo uma ambiguidade no tratamento que se dão as mesmas, demandando um olhar não-ingênuo diante das circunstâncias que se configuram. Ao mesmo tempo em que são realizadas campanhas de prevenção, ações de proibição e repressão ao uso de drogas, tendo como baluarte a expressão “diga não às drogas!”, por outro lado, propagandas midiáticas incitam o consumo de drogas lícitas.

Os anúncios de álcool e cigarro seguem à risca os preceitos da publicidade, valorizando o produto, tornando-o o mais atrativo possível. Enfatizam ou valorizam comportamentos positivos

associados ao produto, prescindindo de posicionamentos críticos ou motivações racionais (TRAD, 2004, p.52).

Portanto, muito se fala sobre os prejuízos, os danos, os males causados pelas drogas ilícitas, enquanto as drogas lícitas são muitas vezes valorizadas socialmente e negligenciadas quanto aos seus danos.

2.1 As drogas e as pessoas que usam elevadas à categoria de “problema social”

Labate, Fiore e Goulart (2008) discutem que o consumo sistemático de substâncias capazes de alterar o comportamento, a consciência e o humor dos seres humanos é comprovadamente antigo. Contudo, a sua elevação à categoria de “problema social” é historicamente recente, menos de um século no Brasil. As drogas e o ato de se relacionar com as mesmas, tornam-se objeto de estudo científico ao serem entendidas como problema de saúde pública, acarretando no intenso predomínio da perspectiva biomédica ao se pautar esta discussão, no âmbito acadêmico, público e social. (LABATE; FIORE; GOULART, 2008).

Nesse sentido, a partir do século XX, as drogas passaram a ser formalizadas pela ótica da doença², que precisava ser interditada, abolida, emergindo “[...] dispositivos higienistas que buscavam esquadrihar, disciplinar e controlar hábitos e comportamentos, que tolerados entre as classes privilegiadas, eram condenáveis entre os pobres” (PETUCO, 2011, p.21). Diante desta realidade e majoritariamente com esta perspectiva de extermínio o uso e o abuso das drogas tornaram-se pauta de repressão em detrimento das políticas assistenciais, dos programas e projetos de prevenção e de educação em saúde nas escolas, nos próprios serviços de saúde, no âmbito da segurança pública e na assistência social, abrindo mão de estratégias realistas diante do acelerado número de pessoas que estabelecem alguma relação com tais substâncias, sejam elas lícitas, sejam elas ilícitas. Considerando este

2 O uso de drogas e as suas primeiras conceituações como doença surgiram com o ato de beber, visto como alcoolismo no século XVIII pelo psiquiatra *Benjamin Rush*. Contudo, foi somente no século XX, a partir de uma militância política, sobretudo de instituições estadunidenses e especialistas como assistentes sociais e psiquiatras, que o alcoolismo foi formalizado como doença nos manuais de medicina. Ler Mota (2009, p. 91-92).

delineamento em que as drogas são compreendidas como problema social, o que dizer das pessoas que fazem seu uso e abuso?

Tomamos como referência o conceito de *estigma* do autor Erving Goffman (1988) para introduzir esta discussão. Inicialmente teorizado pelos gregos como marca corporal, que tinha como intuito evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre quem a carregava—repercutindo em seu status social—o estigma apontava para os atributos do indivíduo, se criminoso, escravo ou traidor. As marcas conduziam os olhares e consequentemente a uma exclusão dos sujeitos que a possuíam, na medida em que estas pessoas marcadas, deviam ser evitadas.

Goffman discute que tais marcas ainda são inscritas, com uma outra configuração, pois constituem-se como “[...] à própria desgraça, do que à sua evidência corporal. Além disso, houve alterações nos próprios tipos de desgraças que causam preocupações” (GOFFMAN, 1988, p. 11). Dentre as “desgraças que causam preocupações”, destacamos as pessoas que usam drogas, no contexto atual.

Formulam-se, portanto, frente a estes sujeitos e a estes grupos, classificações categóricas. A “identidade social”, as “preconcepções” e as “expectativas normativas” são estabelecidas e orientam as concepções, práticas e as falas compartilhadas no meio social sobre os/as estigmatizados/as. Sem atenção ou reflexão anterior, “os outros” que escapam a esta categorização, acabam por produzir naturalizações em relação aos/às diferentes. É por este viés que as exigências são estabelecidas, por estarmos com certa frequência demandando “modos de ser e existir” segundo às nossas expectativas. Sobre isto, Goffman (1988, p. 12) assinala que

[e]nquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - [...].

Este efeito de descrédito, quando associado à emergência de um “problema social” ao uso e abuso de drogas, continuam a produzir vidas indesejáveis, pessoas estagnadas à margem. Sai de cena a “criatura comum e total” e se cristaliza, de modo predominante, “uma pessoa estragada e diminuída”. Reduzimos o que deveria ser complexificado.

Paradigmas reducionistas relacionados às pessoas que usam drogas foram configurando-se, conforme as discussões e os discursos gerados por diversos setores e atores político-sociais, refletindo em algumas das práticas atuais desenvolvidas no âmbito das políticas públicas que acabam por corroborar com a negação dos direitos fundamentais desses sujeitos, como trataremos de maneira mais aprofundada adiante.

Segundo Acselrad (2005, p. 183), “[a] construção de um discurso próprio sobre as drogas implica exigências: a identidade de cada um em face do discurso enunciado e a necessidade de incorporar argumentos múltiplos [...]”, dentre eles os de caráter médico, psicológico, jurídico, pedagógico, sociológico, histórico-cultural, econômico, religioso, entre outros. Portanto, quando as pessoas que fazem uso de drogas entram em cena são remetidas a uma série de características, dentre elas: figura perigosa, doentia, criminosa, zumbi, não humana, e em constante processo de perdas (SOUZA, 2007; PETUCO, 2011; MERHY, 2012; KARAM, 2013; SILVA, 2014).

São estes significados que vão imprimindo nos sujeitos que se relacionam com as drogas estigmas consolidando e sugerindo modos preconceituosos de visualizar as possibilidades de existência. Por consequência disto, generalizações acabam acontecendo e o pensamento compartilhado predominante tem como pressuposto a ideia de que todas as pessoas que estiverem estabelecendo alguma relação com as substâncias psicoativas comportam os atributos acima mencionados, limitando, assim, a compreensão de um fenômeno tão diverso.

2.2 Modelos interpretativos referente às drogas: impacto sobre pessoas, políticas e sociedade

Objetivamos com este capítulo, colocar em pauta as concepções e modelos interpretativos hegemônicos que se consolidaram em torno do objeto drogas, bem como as outras possibilidades de se abordar, compreender e discutir a temática, os seus usos, o cuidado e a atenção às pessoas que usam drogas, atentando para o tensionamento das práticas hegemônicas desde a sua constituição.

Compartilhamos da ideia de que estas concepções vigentes, construídas a partir de saberes e discursos, contribuem para nortear as representações e práticas relacionadas às drogas e às pessoas que fazem seu uso ao longo da história, no âmbito social, bem como na vida escolar, sendo de fundamental importância compreendermos este delineamento. Em paralelo, analisaremos como tais concepções influenciaram o modo de governabilidade das políticas sobre drogas no Brasil.

2.2.1 Modelos hegemônicos: entre a criminalização e a medicalização das vidas

No Brasil do século XIX, a Medicina (com forte predominância da psiquiatria) e a Justiça (com ênfase na Criminologia), iniciam uma parceria na intenção de pactuar modos de controle do uso de drogas no país de maneira articulada, traçando o objetivo utópico de erradicar tais substâncias do meio social, sustentados nos modelos de criminalização e medicalização. As consequências desta aliança romperam barreiras e são sentidas na atualidade, na medida em que as concepções que se estabeleceram como modelos hegemônicos referente às drogas no Brasil foram gestados sob a luz desses dois saberes.

Apesar disso, o vínculo firmado entre a Psiquiatria e a Criminologia não foi tão harmônico e complementar, como destaca Passos e Souza (2011) de modo que os Juristas determinaram um limite para a Psiquiatria, havendo um jogo de poder entre os mesmos, bem como uma disputa em relação à tutela dos sujeitos que usam drogas. Por outro lado, a perspectiva médico-jurídica também partilhou mecanismos discursivos semelhantes, se apropriando destas pessoas. Por este motivo, julgamos

precipitado tratar as duas concepções de maneira separada, mesmo que para fins didáticos, o que nos demandou enveredar por um percurso não linear.

É imprescindível destacar que o controle do uso de drogas, em nosso país, não deve ser polarizado e analisado somente por estas duas vias - por existirem outras perspectivas que também construíram seus saberes em torno deste objeto, sobretudo a partir de um viés contra-hegemônico- mesmo entendendo que elas ditaram normas sobre a questão das drogas de modo mais consolidado. Iremos adotar uma literatura que se posiciona de modo crítico e político frente às concepções hegemônicas, pois acreditamos, assim como estes teóricos que tais concepções limitam as práticas nos diversos contextos e instituições sociais e corroboram com a violência, estigmatização e exclusão das pessoas que usam drogas.

Com o advento das substâncias psicoativas como “problema social”, aspecto discutido anteriormente neste trabalho, o Estado, em resposta, implementou modelos de intervenção baseados em uma postura repressiva, controladora e higienista. Segundo Machado e Miranda (2007, p. 803) “[a]s primeiras intervenções do governo brasileiro na área ocorreram no início do século XX, com a criação de um aparato jurídico-institucional destinado a estabelecer o controle do uso e do comércio de drogas e a preservar a segurança e a saúde pública no país.”

Nesta conjuntura, as drogas ainda não se caracterizavam como uma ameaça à saúde pública, do modo como se apresenta nos dias atuais. Por mais que o consumo de álcool fosse uma prática comum no meio social, havia uma tolerância por parte dos governantes e pela própria sociedade brasileira (MACHADO; MIRANDA, 2007). Para os autores, a origem das abordagens, intervenções e políticas destinadas às pessoas que usam drogas foram ligadas predominantemente ao campo da segurança pública, conseqüentemente, a saúde pública era colocada em segundo plano e a preocupação referente a este campo limitava-se à erradicação da dependência química e a abstinência do uso, práticas ainda adotadas com bastante força. Este fato já nos permite compreender a discrepância no tratamento direcionado às drogas lícitas em detrimento das drogas consideradas ilícitas, tendência que se repete ao longo da história, legitimado sobretudo pelo paradigma proibicionista.

O modelo proibicionista direcionado ao uso de drogas não se estabeleceu por uma única motivação histórica, sendo resultado de uma gama de fatores que juntos ganharam hegemonia, dentre eles “[...] a radicalização política do puritanismo norte-americano, o interesse da nascente indústria médico-farmacêutica pela monopolização da produção de drogas, os novos conflitos geopolíticos do século XX e o clamor das elites assustadas com a desordem urbana” (FIORE, 2012, p.9).

No Brasil, este modelo foi implementado utilizando como principal referência as legislações proibicionistas dos Estados Unidos, que instalaram medidas de repressão aos entorpecentes em seu país, com ênfase nas bebidas alcoólicas, conhecido internacionalmente como a “Lei Seca” (VARGAS, 2011) e que serviram de modelo para os países latino-americanos.

Além de tomarem como exemplo a realidade estadunidense, considerado mundialmente como o modelo proibicionista mais severo, alguns pactos internacionais de controle do consumo e venda de drogas foram firmados e impactaram a política de drogas brasileira, através das seguintes Convenções: “Convenção de Genebra de 1936”, que estabeleceu o delineamento da política proibicionista, a saber legislação restritiva da produção, comércio e consumo de entorpecentes, com a estratégia de internação de usuários; a “Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961”; o “Convênio sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971”; a “Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988”, mais conhecida como a “Convenção de Viena”(CAMPOS, 2015).

Estas Convenções foram realizadas sob a coordenação e apoio da ONU, que tiveram como resultado a verticalização da política internacional sobre drogas pelo viés do controle, alcançando dimensões globais e ditando o paradigma proibicionista no seu formato atual (VARGAS, 2011; FIORE, 2012). Reconhecidas pelo Brasil como modelo de verdade, imprimiram as suas marcas na política de drogas desenvolvida no país, potencializando o caráter problemático, para não dizer catastrófico, de uma política sobre drogas coercitiva, descontextualizada, contraditória e violenta, que desde seus primeiros passos nos dava indícios das mais diversas consequências negativas, a exemplo do terrorismo vivenciado a partir da “Guerra às drogas”.

A guerra nomeada “contra as drogas” consiste na crescente intervenção política e militar sob o pretexto da luta contra as substâncias psicoativas, sobretudo ilícitas, situação que se intensificou a partir dos anos 1970 com grande contribuição dos presidentes estadunidenses Richard Nixon e Ronald Reagan, figuras que se esforçaram para aprofundar o cenário da chamada “guerra às drogas” (CARNEIRO, 2002).

Sobre isto, Passos e Souza (2011) complementam que a aposta na guerra resiste como modo de manter a ordem social e reproduz a ideia de que as drogas são uma encarnação do mal, que precisam ser combatidas, através do poder e da violência. Para os autores, “[n]ão estamos falando de guerra às drogas, e sim de uma repressão generalizada à própria democracia, um ‘Estado de Guerra’ no cerne do ‘Estado Democrático de Direito’ que se apoia ora sobre o eixo drogas, ora sobre o eixo terrorismo” (PASSOS; SOUZA, 2011, p.156).

Quando o proibicionismo delimita as fronteiras entre o lícito e o ilícito, acaba por produzir a criminalização daqueles/as que rompem estes limites, sendo identificados/as como criminosos/as. Aqui, produz-se o controle social penal sobre as drogas ilícitas, que diferente da

[...] definição tradicional de controle social deve ser substituída por um conceito mais adequado ao estudo do controle do desvio nas sociedades pós-modernas, que reverta a noção de que o desvio leva ao controle social, pela constatação de que o controle social é que leva ao desvio (BOITEUX, 2006, p.20).

Portanto, de acordo com a autora, a própria lei proibicionista acaba por produzir “o delito e consequentemente os delinquentes”, que não se adequam ao modelo de conduta normatizadora, desembocando nos modos de exclusão dos sujeitos que usam drogas, fruto da sua estigmatização e marginalização.

Esta discussão que Luciana Boiteux (2006) sugere, nos faz remeter a um debate anterior a este, proposto pelo sociólogo Howard S. Becker, no ano de 1963, em sua obra intitulada *Outsiders: estudo de sociologia do desvio*, que fala sobre a construção do “desvio” e do “desviante” pelos grupos sociais. Segundo o autor, estes grupos, ao determinarem regras, passam a considerar como desvio a sua negação

por parte de outros grupos - visto que não são universalmente aceitas- compreendendo àqueles que cometem a sua infração como desviante, sendo rotulados como “outsiders”. Portanto, este desvio é consequência das reações de outras pessoas frente ao ato de uma pessoa que não considerou a regra imposta. Nesse sentido, “o desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal” (BECKER, 2008, p. 22).

Há com este panorama, a tendência de lidar com o tema das drogas no Brasil pelo viés proibicionista e pautado na criminalização, sendo produzidas leis e normas que geram como consequência, pessoas desviantes. Como exemplo disso, sancionou-se no ano de 1976, em meio a ditadura militar, fazendo jus ao período de exceção e como baluarte da repressão aos movimentos de contracultura daquela época, a Política antidrogas ou Política Proibicionista legitimada pela Lei nº 6.368, que vigorou até o ano de 2006.

Esta enxergava a pessoa que usa drogas como criminosa comum e sem qualquer garantia de direitos, de modo a intermediar a construção de imagens estereotipadas, rotulando estas pessoas e incitando medo, bem como sentimento de insegurança para a sociedade em relação a este público. Eis que são determinados os “outsiders” em nosso contexto social. Sob esta perspectiva tornava-se mais importante criminalizar e reprimir as drogas e o seu uso do que preocupar-se com o motivo e as causas do seu consumo (VENTURA; et al, 2009).

Para Souza (2007) esta lei consiste em um marco legal na produção de verdades sobre as pessoas que usam drogas, limitando o desenvolvimento de ações que valorizem o protagonismo destas em seu meio social, em suas relações, nas instituições em que fazem parte, confirmando com isso a premissa de Moraes (2005, p. 32) ao referir-se que “essa abordagem militarizada do uso de drogas ilícitas, segundo vários autores, causa mais danos à sociedade do que o próprio uso dessas substâncias”.

A Lei nº 11.343, mencionada anteriormente entra em vigor, substituindo as Leis nº 6.368/76 e a 10.409, de 2002, traz em sua constituição avanços e entraves.

No que diz respeito aos avanços, esta normativa preconiza que as pessoas que usam drogas ilícitas não serão mais conduzidas de modo forçado a uma delegacia e não serão aplicadas penas restritivas de liberdade (BOITEUX, 2013), havendo orientação para que seja estipulado práticas de advertência verbal, medidas socioeducativas e prestação de serviços públicos.

Contudo, no que concerne aos entraves, como discute Karam (2013, p. 33) esta Lei ainda se caracteriza como uma violação dos princípios garantidores dos direitos e contradições, dentre elas a “distinção arbitrária entre as substâncias psicoativas tornadas ilícitas e as outras substâncias de similar natureza que permanecem lícitas”, já que ambas as substâncias provocam alterações no organismo e de acordo com o uso podem eventualmente causar danos, não sendo esta uma razão aceitável para tal diferenciação (KARAM, 2003).

A outra contradição, segundo a autora, consiste no modo como são abordadas as pessoas com posse e/ou fazendo uso pessoal de “drogas tornadas ilícitas” que pode ainda constituir um crime, contrariando aqueles que defendem que houve mudanças consideráveis nessa “nova” lei referente à criminalização da pessoa que usa. Existe pena a ser paga, mesmo que não seja privativa de liberdade, logo, existe crime.

Além disso, Fiore (2012) chama atenção para outras consequências práticas da lei, dentre elas a não estipulação das quantidades ou outros critérios de caráter objetivo para definir se a droga é destinada para venda ou para o consumo, sendo conferida essa interpretação à autoridade policial, ao Ministério Público e posteriormente pelo Poder Judiciário, recaindo sobre as classes populares um encarceramento seletivo e extermínio em massa, sobretudo da juventude negra, como pondera Bokany (2015, p.8)

[...] a criminalização oculta os processos de exclusão social e reproduz a dinâmica das discriminações de classe e raciais que estruturam as relações de poder no Brasil. O aumento da violência e da criminalização gerada pelo tráfico atinge principalmente jovens, negros e pobres. A criminalização das drogas não se dá desvinculada do contexto social mais amplo, ao contrário, é determinado por ele. Muitos dos conflitos atribuídos às drogas refletem problemas sociais

de outra natureza, como a violência, desemprego, falta de educação, cultura, lazer e acesso a melhores oportunidades. A política proibicionista reforça e potencializa os nefastos efeitos sociais, a injustiça, o preconceito, a violência e a opressão.

Consequentemente, vivemos em estado de guerra, em que se contribui para o acirramento das diferenças e desigualdades, para o silenciamento de vidas consideradas desimportantes e dos corpos considerados matáveis. A guerra e a repressão não são contra as drogas tão somente. A guerra é travada contra as pessoas que usam drogas.

A exemplo disso, no estudo realizado por Monteiro e Cardoso (2013) sobre a seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária entre os anos de 2005 a 2010, os dados apontam para o aumento do número de pessoas encarceradas devido a uma política de criminalização e repressão da pobreza, bem como de prisões relacionadas a questão das drogas. A população alvo das intervenções, segundo os autores, são jovens negros (60%), do sexo masculino e de baixa escolaridade, de modo que no ano de 2010, “do total de presos, 77% não haviam passado do ensino fundamental. Podemos afirmar que a maioria das pessoas encarceradas é de baixíssima escolaridade” (MONTEIRO; CARDOSO, 2013, p.105).

Diante desta realidade, a Lei de Drogas foi compreendida como um retrocesso, para além de avanços, sendo entendida por Karam (2013) como arbitrária. Além disso, a Lei 11.343/06 aumentou a pena mínima para os tipos básicos de crimes considerados como tráfico de três para cinco anos de reclusão, confirmando a ideia de que a Justiça continua a produzir criminosos. Dessa maneira, considera-se, assim como afirma Karam (2008, p. 105), que esta Lei é “nova apenas no tempo”, por não romper com paradigmas proibicionistas e repressivos, reproduzindo preconceitos.

Para que se possa exercer o modelo pautado numa guerra substancializada, o paradigma proibicionista possui as suas premissas, defendidas por Fiore (2012, p. 10) como sendo duas: “1) o uso dessas drogas é prescindível e intrinsecamente danoso, portanto não pode ser permitido; 2) a melhor forma de o Estado fazer isso é perseguir e punir seus produtores, vendedores e consumidores.”

Por ser considerado danoso e prejudicial a quem usa e pelas consequências a terceiros que a pessoa que usa drogas pode vir a acarretar, a proibição é instaurada e encontra neste percurso um forte aliado, a Medicina (Psiquiatria clássica) e o modelo de abstinência. Este, contribui com uma perspectiva calcada em uma concepção epidemiológica, higienista e patológica do uso e abuso de drogas, estimulando o estigma de doença atribuído à pessoa que faz uso de drogas, de modo abusivo ou não, dando vazio a outros dispositivos de controle frente ao “desvio” que se instaura.

O abuso de drogas foi situado pela Medicina e a epidemiologia como uma doença próxima daquelas caracterizadas como contagiosas e causadoras de dependência. “Adotou-se, então, o modelo contagionista para a prevenção às drogas, buscando-se, assim, impedir o contato entre o agente (a droga) e o hospedeiro (indivíduo), através da repressão ao uso de drogas consideradas ilegais” (TRAD, 2009).

Além disso, a Psiquiatria contribuiu para que as pessoas que usam drogas fossem enquadradas pela lente da doença mental, vinculada ao uso problemático de drogas e da dependência química, produzindo mais estigmas, o de doente mental e dependente químico, reduzidos à ideia de serem “incapazes de responder sobre a sua própria vida”, conduzindo-os ao aprisionamento excludente em instituições hospitalares asilares, “[...] dentro de um ideal higienista, a psiquiatria conferia um novo estatuto para essa população desviante. Ao invés de repressão, a psiquiatria propunha a cura e, com ela, um caráter técnico-científico para suas ações, pautando sua justificativa no campo da saúde pública” (SOUZA, 2007, p. 28).

Se estabelece com isso a ponte entre a Política antidrogas e o paradigma da abstinência, interferindo nos modos de uso de drogas, bem como nos modos de subjetivação, tecendo uma linha tênue entre a concepção de crime e doença. Dessa maneira, desloca-se a pessoa que usa drogas de uma perspectiva criminal para uma condição de doença, assujeitada a uma substância, esvaziada de sua autonomia e sua singularidade. A lógica é perversa: descriminaliza os indivíduos, desde que submetidos ao tratamento médico.

O modelo de abstinência é construído tendo como substância a Justiça, a Psiquiatria Clássica e a Religião, surgindo desta aliança um produto: uma política de controle que circunda a pessoa que usa drogas, como nos pontua Passos e Souza (2011). Os autores elucidam a definição de abstinência, pensada pela ótica de uma direção de tratamento possível, frente a outras possibilidades, sendo por vezes necessária, mas não a única. Já por paradigma de abstinência, eles compreendem que seja um conceito elaborado prevalecendo como norte “[...] uma rede de instituições que define uma governabilidade das políticas de drogas e que se exerce de forma coercitiva na medida em que faz da abstinência a única direção de tratamento possível [...]” (PASSOS, SOUZA, 2011, p. 157).

Nesse sentido, o proibicionismo teve e ainda tem um papel hegemônico na formulação de políticas públicas na área de cuidados preventivos e de tratamento a pessoas com uso problemático de drogas. Não obstante, a abstinência vem sendo exercida como regra e por muitas vezes este seu viés autoritário pode passar despercebido, imbuído de uma compreensão atrelada ao cuidado, que pode até configurar-se por esta via, mas tão somente na medida em que a pessoa que esteja sendo cuidada opte pela abstenção do uso como uma direção do tratamento, dentre tantas outras possibilidades ofertadas a ela. Essa postura acaba ferindo o acesso dos grupos populacionais que fazem uso de drogas aos serviços de saúde que lhes são de direito, como discute Alves (2009, p. 32):

Uma das limitações apontadas para o modelo de atenção baseado exclusivamente na abstinência refere-se ao fato de esta condição representar uma importante barreira ao acesso das pessoas que fazem uso prejudicial ou apresentam dependência a drogas às instituições de saúde. A alta exigência em torno da abstinência implica ainda em censuras e recriminações aos episódios de recaída ou reincidência ao uso de drogas, tornando as instituições de saúde espaços pouco acolhedores àqueles estigmatizados como “fracos”, “vagabundos”, “sem vergonha”, “imorais”.

Por esse motivo, a abstinência quando fixada como regra se aproxima do sentido do proibicionismo universal, contribuindo para outras pretensões de caráter universal, como por exemplo, uma concepção universal de saúde como sinônimo de afastamento das drogas, o universal de que as drogas fazem necessariamente mal à

saúde, um universal de que todos devem parar de usar drogas, impondo generalizações e experiências universalizadas (SOUZA, 2007), sendo fundamental ampliarmos nosso olhar e enxergar as consequências desse modelo em outros contextos, como por exemplo, o escolar.

Consideramos necessário destacar o fato de que o proibicionismo e a abstinência também foram norteados pelo modelo de moral cristã. Mesmo as substâncias psicoativas sendo integradas a alguns rituais religiosos³ e até compreendidas como divindade ao longo da história, ao mesmo tempo foram perseguidas e concebidas como um pecado, uma maldição que precisa ser evitada. Por decorrência disto, o modelo de moral cristã nasce calcada em preceitos normativos, a partir da expansão dos domínios coloniais, sendo o cristianismo considerado um importante precursor atual do proibicionismo (MOTA, 2009).

Esta perspectiva de moral cristã, desperta com suas normas o sentimento de culpa, de fracasso nas pessoas que fazem o uso de drogas, marcadas muitas vezes como “mundanas” ou pecadoras. A cura pela religiosidade passa então a ser exercida, nos dias atuais, para além das igrejas, se associando a algumas Comunidades Terapêuticas (CT's) e as entidades sem fins lucrativos/filantrópicas conhecidas como “Casa de Recuperação para dependentes químicos” ou “Centro de Recuperação de dependentes químicos”, conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), ou não.

Estes espaços pautam a abstinência como condição prioritária para o tratamento, isolando as pessoas do seu território e valorizando a prática religiosa ou a conversão como pilar fundamental para que se alcance a cura (MOTA, 2009), retrocedendo em termos dos princípios da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, já que algumas dessas instituições são financiadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em detrimento de um cuidado na Rede de Atenção

3 Como exemplo de Religião que concebe a droga como divindade e como fundamental no seu ritual sagrado, temos a bebida *ayahuasca* utilizada na religião do Santo Daime, iniciada no Brasil nos anos 30, na Região Norte. Para aprofundar mais no tema, ler Goulart (2008, p. 251-287).

Psicossocial (RAPS), com caráter territorial e em liberdade, tendo como referência os Serviços Substitutivos.

Nesse sentido, as CT's acabam por fomentar discussões e embates entre os especialistas que defendem e os que são contrários a esse modo de tratamento, por se mostrarem a partir de pesquisas, inspeções e relatórios⁴ ser espaços que vem reproduzindo práticas higienistas, moralistas, violentas e em desacordo com os Direitos Humanos, práticas consolidadas anteriormente pelos manicômios (BOLONHEIS-RAMOS; BOARINI, 2015).

A Política da Abstinência passa então a ser valorizada e acionada pelos modelos proibicionista, religioso e médico-psiquiátrico, tendo como estratégia a própria Lei 6368/76 momento no qual podemos identificar uma inserção da psiquiatria no campo do Direito Penal, confirmando a ideia do proibicionismo atrelado às políticas públicas da dimensão da saúde.

Este processo intensificou-se a partir de 1980 quando o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes foi instituído, cuja instância administrativa e executiva era o Conselho Nacional de Entorpecentes (CONFEN), órgão do Ministério da Justiça. Porém, esta tentativa não deu certo, nascendo assim o então Conselho Federal de Entorpecentes (COFEN).

Este Conselho, durante a sua vigência, priorizou as ações de repressão ao uso e ao tráfico de drogas, mas a partir da década de 80 “[...] com a redemocratização do país, ultrapassou os limites desse campo, favorecendo o surgimento de práticas de prevenção, de tratamento e de pesquisa, não orientadas exclusivamente pela perspectiva repressiva” (MACHADO; MIRANDA, 2007, p. 806). Até então, as ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, principalmente na área de tratamento,

4 Sobre isso, ver os relatórios de Inspeção Nacional de Direitos Humanos em CT do Conselho Federal de Psicologia, realizado em 2011.

priorizavam o modelo de atenção hospitalar, pelo qual era prescrito a internação em hospitais psiquiátricos (CFP, 2009).

Posteriormente, no ano de 1986, foi fundado o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate ao uso de Drogas (FUNCAB), abarcando a dimensão da prevenção conjuntamente com o controle das drogas. As ações preventivas começam a ser pautadas com certa ênfase nesse momento, atingindo os diversos contextos sociais, sendo apontado a sua emergência. Dessa maneira, o governo passa a assumir responsabilidade compartilhada em relação às drogas, incluindo a ênfase na prevenção do uso, na redução de danos e no abuso do consumo. Nesta conjuntura, em meio ao governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, surge a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) e o Conselho Nacional Antidrogas (CONAD). Segundo Duarte (2010) essa política era de controle e defendia uma luta contra as drogas, voltando-se novamente às normativas proibicionistas.

Estes marcos na Política sobre Drogas, sempre ligada a um contexto histórico, vão repercutir nas concepções, nos modos de atenção às pessoas que usam drogas, nas representações e nas práticas construídas socialmente frente a estes sujeitos de direitos. É possível perceber ao longo desse percurso o caráter cíclico das Leis sobre drogas e de certa dificuldade em sua abertura para outros modelos mais complexos que enxergam o uso de drogas para além do proibicionismo ou da abstinência. As mudanças são ainda lentas e os modelos emergentes tem vivido fortes ameaças na conjuntura atual, como veremos mais adiante.

2.2.2 Outras possibilidades de se abordar a temática das drogas

Um movimento contra-hegemônico tem tensionado desde 1926 os modelos de atenção à saúde das pessoas que usam álcool e outras drogas, focalizando outras possibilidades de se abordar a temática das drogas. Sobretudo, outros modos de prevenir, cuidar e de ofertar políticas que estejam em consonância com os Direitos Humanos, com a cidadania, com as questões sociais, a autonomia, o protagonismo e principalmente, a relação estabelecida entre o sujeito/grupo, droga e contexto. O ato de proibir, criminalizar e de indicar como única perspectiva a abstenção vão sendo

questionados. A nossa pretensão nesse momento é trazer para a discussão estes modelos que avançam nesse sentido.

Modelo Psicossocial

A partir da década de 1950, com a implementação de cursos de medicina preventiva no Brasil, mais adiante com a Reforma Sanitária (1986) e a Reforma Psiquiátrica (2001), obtivemos um avanço no modelo de atenção à saúde até então vigente no país e do cuidado direcionado às pessoas que fazem uso problemático de drogas (PAIVA; TEIXEIRA, 2014). Vivenciamos a partir desse marco histórico a ressignificação do processo saúde-doença, para além de uma perspectiva higienista e hospitalocêntrica - marcante no modelo médico-psiquiátrico- para dar lugar a uma saúde pública, como direito fundamental do ser humano, preocupada com alguns princípios como os de equidade, igualdade, integralidade, universalidade, preservação da autonomia, sendo concretizados no ano de 1990 com a implementação do SUS e da Lei Orgânica da Saúde 8.080/1990 (BRASIL, 1990, art. 07).

Iniciava-se com essa abertura para um modelo emergente em saúde, espaço propício também para se pensar o modelo de atenção às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, se concretizando com a Reforma Psiquiátrica e a vigência da Lei 10.216 de 06 de abril de 2001, garantindo aos usuários dos serviços de saúde mental além dos princípios estabelecidos pelo SUS, “[...] a estruturação de serviços mais próximos do convívio social de seus usuários, configurando redes assistenciais mais atentas às desigualdades existentes, ajustando de forma equânime e democrática as suas ações às necessidades da população” (BRASIL, 2003, p. 5-6).

É firmado a partir daí o cuidado no território, tendo como base a RAPS priorizando ações e práticas de cuidado que acolham os sujeitos em sua integralidade, de modo a fortalecer e estruturar uma clínica ampliada, comunitária, que favoreça e reabilitação e inserção social (BRASIL, 2003) se afastando do modelo manicomial, reducionista e medicalizante até então consolidado.

Nesse sentido, o foco que se pretende alcançar com o Modelo Psicossocial de atenção ao usuário de drogas é a integralidade, o protagonismo, a autonomia, o autocuidado e o fortalecimento dos laços sociais do público assistido, entendendo que mais do que um problema individual, o uso abusivo de drogas constitui-se como uma questão de saúde pública, levando em consideração a relação que o sujeito estabelece com as drogas, bem como o seu contexto.

Em vista disso, este modelo tem como norte a Política de Redução de Danos e a Educação em Saúde, construindo saberes horizontais, com foco tanto no indivíduo quanto na coletividade, buscando-se assim desestimular o uso inicial de drogas, incentivar a redução do consumo e diminuir os riscos e danos sociais e à saúde associados ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas (ALVES, 2009, p. 49).

Valoriza-se, assim, a corresponsabilização do cuidado por uma equipe multidisciplinar, que estimule o protagonismo das pessoas que faz uso abusivo de drogas, atuando em uma rede assistencial articulada, de maneira intersetorial. Portanto, “situada no contexto da Reforma Psiquiátrica, a Atenção Psicossocial tem como proposta compreender a determinação psíquica e sociocultural do processo saúde-doença-saúde” (MORAES, 2005, p. 50).

Modelo Sociocultural

É nítido ao analisarmos o percurso histórico sobre as drogas que as questões sociais e culturais são muitas vezes negligenciadas ou colocadas em segundo plano, em detrimento das perspectivas hegemônicas médico-jurídicas. De acordo com MacRae (2010), será a partir da década de 1960, principalmente depois do advento da epidemia da AIDS⁵ que o enfoque biopsicosocial começa a ser priorizado e ter uma maior credibilidade, de modo que a perspectiva e o contexto sócio-cultural do uso passaram a ser objetos de pesquisas. Perde-se com isto, a visibilidade e a compreensão de uma prática que não é recente e que por ser cultural não

⁵ Sigla em português de Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA em inglês).

desaparecerá com tanta facilidade da nossa sociedade, por mais que muitas políticas tenham percorrido este objetivo.

Gil e Ferreira (2008) assinalam outro ponto a ser discutido, que diz respeito à negação das “singularidades culturais” pelas Leis e normativas referentes ao uso de drogas, a ponto de afetar diretamente o uso sagrado, ritualístico e religioso de algumas substâncias, marginalizando os sujeitos que participam desses grupos de modo indiscriminado. Para eles, as abordagens de cunho social tendem a ser levadas em consideração de um modo restrito, sendo tocadas apenas no âmbito do crime, do tráfico, da violência urbana e da pobreza, desprezando a conexão entre a questão do uso de drogas e os seus usos culturais e complementam:

A incapacidade de lidar com a complexidade do fenômeno das “drogas” e essa opção por um tratamento unilateral influencia o campo político, onde se percebe o empobrecimento das análises e a ausência dos aspectos socioculturais na concepção das políticas públicas direcionadas a elas (GIL; FERREIRA, 2008, p.10).

Nesse sentido, o modelo sociocultural defende a concepção de que o uso abusivo de drogas está estruturado como consequência da miséria e da injustiça social e sugere a necessidade de encarar essa prática como um problema da sociedade, saindo de um foco estritamente individual (PALM, 2006 *apud* RONZANI; SILVA, 2014), levando em consideração os “padrões sociais que definem o uso e os usuários de drogas” (MORAES, 2005, p. 46).

Deste modo, a perspectiva sociocultural contribui para a complexificação do fenômeno das drogas associado aos outros modelos contra-hegemônicos anteriormente discutidos. Mota (2009), em seu estudo, aponta para o fato de que o modelo sociológico se interessa, sobretudo, a compreender como se configuram a produção de determinados discursos no meio social sobre fenômenos específicos, a exemplo das drogas, bem como a sua legitimação enquanto “desvio”.

Redução de Danos (RD)

Desde meados do século XX as práticas de Redução de Danos (RD) já existiam na Europa, de modo que as noções emergentes na contemporaneidade se destacaram com a legitimação da política de drogas holandesa entre os anos

1970/1980 (CRUZ, 2006). Tornou-se, portanto, precipitado defini-la como prática nova, sendo mais interessante localizá-la como um modelo contra-hegemônico ao modelo proibicionista e abstinente.

Com implicações tanto para a coletividade quanto para os sujeitos envolvidos e implantada como estratégia de saúde pública no ano de 1989, pela primeira vez no Brasil, no município de Santos-SP (PASSOS; SOUZA, 2011), as práticas de RD surgem atreladas à ideia de cuidado e da Saúde Coletiva das pessoas que usam drogas, prioritariamente as injetáveis, devido à preocupação inicial frente a epidemia de HIV que acometia este grupo, na medida em que compartilhavam seringas entre si e aumentavam o risco de infecção ou novas infecções.

A partir de então, a RD adota como objetivo a prevenção pela perspectiva de redução dos possíveis agravos ou danos, “[...] provocados ou secundários ao uso/abuso de drogas, sejam eles de natureza biológica, psicossocial ou econômica” (ANDRADE, 2010, p. 87), representando um marco na atuação de Saúde Pública na conjuntura atual. Por seguirem essas premissas, as estratégias de RD são compreendidas como uma possibilidade, mesmo quando os sujeitos não desejam ou não conseguem interromper o consumo dessas substâncias, saindo da lógica da abstinência como única forma de tratamento e promovendo a política da autonomia, cidadania, dos Direitos Humanos e do cuidado de si entre as pessoas que usam drogas.

Portanto, Fonseca e Bastos (2005) apontam que “[a] ênfase não deve recair sobre juízos morais acerca de comportamentos tidos como negativos e eventualmente condenáveis, mas sim sobre a avaliação do quanto tais hábitos são mais ou menos seguros, mais ou menos associados a diferentes riscos e danos”. Outro grande avanço da RD é a concepção ampliada e contextualizada da pessoa que usa drogas, identificada como sujeito de direitos, beneficiária de políticas sociais e de saúde (FONSECA, BASTOS, 2005), se afastando da concepção estigmatizante da pessoa criminosa, doente e pecadora.

No que se refere às políticas, em 2003 com a gestão do Presidente de Luiz Inácio Lula da Silva, as normativas de atenção ao uso das drogas passam a ser vistas

através da perspectiva da setorialidade, de modo a haver uma integração das políticas públicas com a Política Nacional Antidrogas, incluindo descentralização das ações, parceria com a comunidade científica e as organizações sociais (DUARTE, 2010). Antes mesmo deste governo entrar em exercício, já havia uma tensão sobre a quem deveria caber a execução de Políticas sobre Drogas, uma vez que o Ministério da Saúde tomava para si toda a parte de assistência à saúde, a partir principalmente da RD, alocada naquele momento no Programa Nacional de DST/AIDS.

O Ministério da Saúde, analisando o impacto que as práticas de RD já vinham gerando em 160 projetos efetivados no país, implementa as ações de RD através da Política Nacional de Álcool e Outras Drogas. Nesse sentido, em 2005, por meio da Portaria 1.028/GM, o governo regulamenta as práticas em RD considerando não só a perspectiva da saúde, mas também a social. Posteriormente, em 2006, a RD é finalmente implementada como estratégia preventiva por meio da Lei 11.343 (RONZANI; SILVA, 2014).

A partir de então, “as ações de RD deixam de ser uma estratégia exclusiva dos Programas de DST/AIDS e se tornam uma estratégia norteadora da Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas e da política de Saúde Mental” (PASSOS; SOUZA, 2011 p. 154). Assim, novas possibilidades passam a ser pensadas e uma transição no modelo desta política estava a caminho de ser consolidada. Outra mudança que ganhou repercussão foi a nomenclatura da política destinada às pessoas que usam drogas, que passou de Política Nacional **Antidrogas** para Política Nacional **sobre** Drogas (DUARTE, 2010), mudanças datadas desde o ano de 2008, pela Lei 11.754/2008.

A Primeira, pautada em uma visão mais ligada à segurança pública, a repressão e ao combate ao tráfico e a segunda com uma visão que incluía a atenção integral a pessoa que usa drogas, mais ligada à saúde pública (GARCIA; LEAL; ABREU, 2008). Diante do exposto, fica evidente que uma luta muito longa foi travada para que esta transformação acontecesse, sendo imprescindível a participação dos Movimentos Sociais e do Ministério da Saúde de modo a pressionar a concretização desse avanço.

No ano de 2010, foi instituído o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, que dentre as suas atribuições destacavam a prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas através do decreto nº 7.179/10, (BRASIL, 2010). A partir disso, a ideia de combate às drogas e de uma sociedade livre de entorpecentes continuou, mas por outro lado, foi incluída na política a prevenção, o tratamento, a recuperação, a reinserção social, a redução de danos social e à saúde, a redução da oferta e estudos, pesquisas e avaliação (BRASIL, 2010).

Mesmo que haja críticas no que diz respeito a que modelo de reinserção é este e a redução de danos social que almejam, uma política com sinais de avanço, demonstrava estar se delineando, ao se mostrar menos preocupada com o combate e repressão às drogas. Até este momento, algumas mudanças pareciam estar enfim ganhando força, todavia, em 07 e janeiro de 2011 o governo de Dilma Rousseff promove um retrocesso e assina o decreto nº 7.426 no qual transfere a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas para a responsabilidade do Ministério da Justiça, de modo que este passa a, dentre outras atribuições, articular e coordenar as atividades de prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas e executar as ações relativas ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas (AGUIAR; TEIXEIRA, 2011; BRASIL, 2011), colocando novamente no poder da Justiça uma questão de saúde pública.

Aliado a isto, em dezembro de 2011 o governo federal lança o programa “Crack, é possível vencer” (BRASIL, 2011), no qual as CT’s passam a ser investidas pelo SUS e ganham foco na mídia- como discutido anteriormente- sendo a internação compulsória uma grande aliada, adotada por essas instituições como forma de tratamento e dispositivo de cuidado, indo contra a lei da Reforma Psiquiátrica 10.216/11 e da Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras drogas (2003/2004), negligenciando uma rede de saúde e serviços psicossociais destinados a este público, como o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad), as Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF), os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), Serviços Ambulatoriais, Unidades Especializadas, os leitos em Hospital Geral, as Emergências Psiquiátricas, o Consultório na Rua, dentre outros.

Além disso, medidas de segurança nas ruas passam a ser desenvolvidas, com a ideia de “revitalização dos espaços urbanos” (BRASIL, 2011), sendo um dos eixos do plano “Crack, é possível vencer”, quando na verdade o objetivo maior era uma limpeza urbana em uma conjuntura que antecedia eventos que colocavam o Brasil em evidência, como os jogos da Copa do Mundo de 2014. Portanto, ficam claras as intenções por trás destes programas desenvolvidos no ano de 2011/2012, que mais se aproximam de uma medida de higienização do que de medidas de atenção integral e cuidado. Numa passagem do seu texto, Silva (2014, p.121) retrata esta realidade em um recorte e problematiza:

Rio de Janeiro, 2014. O Rio dos megaeventos. Ministério Público denuncia retirada à força de moradores de rua antes da Copa. Apesar de uma proibição desta prática através de um TAC (termo de ajuste de conduta), prefeitura recolhe compulsoriamente das ruas seus indesejáveis, os que não cabem na paisagem.

Em maio de 2017⁶, novas medidas de interdição e limpeza urbana foram realizadas em São Paulo. Destaque na mídia nacional e internacional, a “cracolândia” novamente entrou em cena, ao contrário das pessoas que ali vivem. Com a justificativa de destinar tratamento às pessoas usuárias de drogas, extirpar a existência da “cracolândia”, bem como o tráfico de drogas na “Região da Luz”, a gestão atual do Governo Estadual e Municipal, em ação conjunta, autorizou que policiais civis e militares ocupassem o local e internassem/recolhessem compulsoriamente as pessoas que ali vivem e transitam, de modo truculento, configurando um cenário de guerra. A tentativa de reurbanização fica evidente, em detrimento do cuidado, dos Direitos Humanos e da Luta Antimanicomial.

Ao percorrermos a história das políticas públicas brasileiras destinadas às pessoas que usam drogas, atingimos uma tríade: repressão, prevenção e tratamento. Dentre estes três, destacamos a valorização das medidas de repressão que se fazem presentes ainda nas políticas públicas atuais e com uma força ainda ressoante. Em consequência disto, vivenciamos uma constante instabilidade referente às políticas

⁶ Ver <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/22/operacao-surpresa-de-guerra-na-cracolandia-choca-entidades-e-recebe-critica/> acesso em: 29 de junho de 2017.

sobre drogas no Brasil, caracterizando-se como um pêndulo, ora para frente, ora para trás, prevalecendo um modelo contraditório de atenção à pessoa que usa drogas e a sensação de que mudanças legais e de cuidado talvez não sejam promissoras neste país.

Não obstante, fica claro que a figura da pessoa que usa drogas como perigosa e doente continua tendo destaque nas políticas públicas, políticas muitas vezes fragmentadas. Sabemos, ainda, que avanços vem acontecendo no que se refere a este âmbito e apontamos para a prevenção e o tratamento como conquistas que devem ser bandeira de luta dentro do debate público sobre as drogas em nosso país, apostando em outras perspectivas opostas àquelas firmadas no proibicionismo, dentre elas ações que estão dando certo como os Consultórios na Rua, CAPS ad, ampliação de serviços ambulatoriais especializados, maior oferta de leitos especializados na abordagem às drogas em hospitais gerais e de emergência e a atenção básica em saúde (VASCONCELOS, 2012).

A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS), DROGAS E ESCOLA

3.0 Quando as drogas e os/as estudantes que usam drogas se fazem presentes nas escolas...

As drogas vêm sendo percebidas como entraves a uma educação de qualidade, associadas ao “fracasso escolar”, à violência e criminalidade, compreensões que acabam por refletir nos/nas estudantes que convivem nesse ambiente e vivenciam o uso de drogas. Muitas escolas vivem a realidade do tráfico de drogas e o uso cada vez mais precoce dessas substâncias pelos educandos, de modo que

as pesquisas revelam uma precocidade na idade da primeira experimentação, o que aumenta, consideravelmente, os riscos do uso abusivo com os consequentes danos à saúde de crianças e adolescentes, problemas de relacionamento e de violência, queda no rendimento escolar e evasão escolar, entre outros (SUDBRACK; GUSSI, 2013, p.26).

Frente a isso, surge a necessidade de prevenir o uso de drogas, sendo a escola considerada como um dos dispositivos estratégicos para desenvolver esta função, ao ser compreendida como lugar de socialização e de formação para a cidadania, desempenhando um importante papel na formação das identidades dos jovens (ALBERTINI, 1998), o que requer a sua preparação para acolher e considerar a complexidade que este tema demanda.

Contudo, a instituição escolar muitas vezes caminha no sentido inverso e carrega consigo práticas moralizantes e normativas, contribuindo para a manutenção desses estigmas que deveriam ser superados dentro da mesma, ao invés de ser reprodutora desses, passando a ser mais um “setor conservador”, dentre tantos existentes, como a família, a justiça, a medicina, a mídia e a religião. Portanto, “[a]o falarmos em drogas no contexto escolar, não podemos esquecer que, cada vez mais, o imaginário coletivo é povoado por equações que relacionam diretamente uso de drogas com violência, ou mesmo, pobreza e violência” (PRADO, 2007, p. 36).

Por muito tempo, as substâncias psicoativas não eram vistas como pauta nas escolas brasileiras, a não ser pelo viés do tabu, do amedrontamento e na crença de

que apenas especialistas poderiam discorrer e se apropriar do assunto (DALBOSCO; PEREIRA, 2013). Desse modo, quando as drogas adentram tais lugares, elas tendem a serem vistas como problema intratável, sem perspectivas de mudança para além da repressão, da proibição e da criminalização. Contudo, as políticas públicas avançaram e novos atores foram convocados a direcionar outro olhar para as pessoas que usam drogas e a assistência prestadas a elas, para além do que se tem realizado no decorrer dos anos, dentre eles, a educação.

A escola pode ser vista como parceria fundamental no avanço e implementação das Políticas sobre Drogas no Brasil, principalmente no que diz respeito à prevenção e informação relativas a estas substâncias, a fim de promover o acesso e a permanência dos jovens na escola de qualidade, estimular os direitos humanos, a cidadania e a participação social, bem como à qualidade de vida. Incluir no currículo das escolas essa temática contribui para mudanças estruturais que demanda um trabalho complexo, envolvendo a participação de todos os setores sociais.

E como são preparados/as os/as educadores/as para lidar com o fenômeno das drogas? Será que na formação docente existe diálogo sobre este tema que desafia o cotidiano escolar, de modo crítico? O que eles/as pensam sobre as pessoas que usam drogas e frequentam a sala de aula cotidianamente?

Para Ribeiro (2008), a realidade educacional aponta para uma desatualização dos/as docentes frente a temática das drogas, bem como uma grande carga moral na maneira como estes percebem os/as estudantes que se relacionam com as drogas, o que acarreta no não acolhimento desse público pela escola. De acordo com a autora, “[...] os educadores se mostram resistentes e temerosos em abordar o assunto em sala de aula por não terem recebido uma capacitação adequada e equilibrada durante o seu processo de formação” (RIBEIRO, 2008, p.1).

Sobre isso, Dalbosco e Pereira (2013, p. 11) discutem que “a missão da educação, ao invés de negar a realidade, é procurar compreendê-la e formar pessoas que saibam conviver com ela de forma crítica, fazendo escolhas conscientes e autônomas”. Esta ideia propõe a escola e aos seus educadores a possibilidade de

estarem preparados de modo a considerar a perspectiva da informação e da educação para a autonomia, contribuindo para uma educação sobre drogas sem distanciamentos, mas que aproxime o educador do educando a fim de estabelecer vínculos e transformar a realidade, construindo um espaço educacional de acolhimento e não de exclusão.

A partir de todo o quadro exposto, fica evidente que o terreno das drogas demanda um olhar complexo e nos coloca em um debate com diferentes perspectivas e posicionamentos, produto da sua polissemia e do seu caráter polêmico. As discussões sobre as drogas tendem a gerar embates e disputas, principalmente quando alargamos o nosso olhar e visualizamos o cenário que se coloca como pano de fundo deste fenômeno, a saber, o mercado consumidor que move a economia das drogas a nível global e lucra com o tráfico; os discursos proibicionistas, moralistas e de criminalização do uso de drogas e das pessoas que fazem seu uso, em uma constante guerra direcionada aos mesmos, com objetivo de erradicar as drogas da sociedade e os discursos antiproibicionistas, que pretendem ir além desta realidade posta e pautar outras possibilidades de vivência e debates que envolvam as substâncias psicoativas, como a descriminalização e legalização, construindo a superação de um sistema que para eles, não faz e nunca fez sentido.

Dessa maneira, toda tentativa de reduzir a questão das drogas a uma dimensão, dentre tantas, contribui para o fracasso. Sendo assim, faz-se urgente e necessário o diálogo para refletirmos sobre a prática do uso de drogas, levando em consideração aspectos histórico-culturais, políticos, sociais, éticos, subjetivos que cotidianamente são negligenciados.

3.1 A TRS e as drogas no contexto escolar

Os estudos e pesquisas sobre drogas realizados no Brasil vem ganhando espaço e se evidenciando nos mais diversos campos de saber. Esta multiplicidade teórica é fundamental e avaliamos de grande valia para o nosso trabalho, entendendo que mesmo tomando como referência uma abordagem específica, não deixamos de considerar outras perspectivas que já possuem uma trajetória anterior a nossa.

Partimos, assim, das contribuições da Teoria das Representações Sociais e das pesquisas que vem sendo realizadas a partir desse viés.

Adotamos como bases de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCT), artigos do *Google Acadêmico*, além de artigos pesquisados na base de dados da *Scientific Eletronic Library Online*(*scielo.org* e *scielo.br*), selecionando trabalhos do período de 2003 a 2015, que tem como foco o tema das drogas, possibilitando o diálogo com o contexto escolar e afunilando para os estudos que empregam as TRS. Como palavras-chave foram utilizadas: *representações sociais; drogas; escola*. Ao todo, reunimos 10 (dez) pesquisas, entre artigos, dissertações e teses, que abordavam diretamente o nosso objeto de pesquisa.

Atualmente, o uso de substâncias psicoativas representa um grande desafio para a saúde pública e para outros setores como a assistência social, a educação e a justiça, configurando-se como “problema social”. A precocidade deste contato, acompanhado da escassez de informações condizentes com a realidade, sobretudo entre crianças e adolescentes em idade escolar, vem ganhando destaque, demonstrando a necessidade de políticas públicas preventivas que envolvam esta população. Noto (2004, p.45) confirma esses fatos e destaca que nos últimos anos, “(...) os adolescentes representam, sem dúvida, a população mais estudada em relação ao uso de drogas”.

Frente a esta realidade, alguns trabalhos encontrados nas bases de dados enfatizam a questão da prevenção ao uso de drogas nas escolas, tendo como preocupação essa aproximação dos jovens estudantes com as drogas, de maneira prematura. Martini e Furegato (2008) analisaram as representações construídas em relação às drogas pelos/as professores/as de uma escola pública em Florianópolis/SC e observaram que as mesmas são organizadas em torno de um núcleo central que se utiliza do conceito de “outro vulnerável”, partindo da ideia de que o adolescente torna-se usuário de drogas por vivenciar inúmeras carências, sendo as drogas configuradas como válvula de escape frente às frustrações, em uma sociedade capitalista.

Também sob a perspectiva da carência que acomete os adolescentes nesse ciclo de vida, o estudo realizado por Araldi; et al. (2012), intitulado “*Representações sociais de professores sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas na adolescência: repercussões nas ações de prevenção na escola,*” identifica características típicas dessa fase como fatores que contribuem para o início do consumo de drogas, dentre eles a carência afetiva, a baixa autoestima e a ansiedade. Sobre as práticas preventivas, os autores apontam quais as representações dos docentes em relação ao desenvolvimento das mesmas no âmbito escolar.

A respeito da prevenção, os autores localizam em sua pesquisa as crenças que os/as educadores/as possuem em relação ao espaço educacional, concebendo-o como um facilitador para o exercício desse papel, responsabilizando a instituição pela abertura de caminhos para a implementação de ações que possibilitem essa prática, apesar dos entraves que se colocam. Destacam que a escola deve articular-se intersetorialmente, pautando a prevenção pelo viés interdisciplinar.

De acordo com os autores, os/as educadores/as da pesquisa afirmam que nas escolas as práticas preventivas são ausentes e acaba culpabilizando a própria instituição, por não investir em programas de conscientização. Essa ausência das ações preventivas é vivenciada por outros/as professores/as, resultado identificado nos trabalhos de Lopes (2003), Anjos (2015) e Moreira; Vóvio e Micheli, (2015) .

Um dos fatores para a não realização de ações preventivas sobre drogas nas escolas e a escassez de práticas que pautem essa questão em sala de aula, segundo os/as professores/as, condiz com uma falta de preparo deles/as para lidar com a temática ao longo da sua formação. Lopes (2003) destaca em sua pesquisa que os professores não se sentem capacitados e competentes para levar a discussão sobre drogas à frente.

Somado a isso, os educadores afirmam estar mais envolvidos no repasse do conteúdo do currículo básico, de modo que no estudo de Moreira; Vóvio e Micheli (2015) os/as professores/as também colocam como limitação a pouca apropriação dos temas transversais por parte deles/as e a não atualização dos Projetos Políticos

Pedagógicos pelas instituições educacionais, o que dificulta o exercício qualitativo das ações preventivas.

Anjos (2015) apresenta em seu estudo outro aspecto importante a ser pensado: os/as docentes problematizam a ausência de investimentos no/a professor/a, a sobrecarga do trabalho, o acúmulo de diversos papéis e a sua desvalorização, o que consequentemente gera o não esforço por parte dos mesmos em garantir todas as demandas que lhes são impostas. Dalbosco (2011), para além disso, destaca em sua tese que os/as educadores/as sentem medo e insegurança ao abordarem o tema das drogas em sala de aula, principalmente por não quererem submeter-se a represálias e ameaças por parte dos traficantes, sentindo-se impotentes.

As professoras da escola pública Estadual de Curitiba representam a prevenção ao uso e abuso de drogas, em ações voltadas para o seu combate, pautadas na política proibicionista (LOPES, 2003). Diante desse fato, as professoras não estão sendo estimuladas, segundo o estudo, a ultrapassarem este tipo de abordagem. Pelo contrário, encontram respaldo no próprio discurso e prática do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). Este Programa é desenvolvido por policiais militares, em aproximadamente 50 países desde o ano de 1993, caracterizando-se como um projeto preventivo e educacional, mas que apresenta um caráter repressivo e de resistência em relação às drogas, baseado em um Programa dos EUA, em 1983, intitulado *Drug Abuse Resistance Education (D.A.R.E.)* (SILVA; GIMENIZ-PASCHOAL, 2010). O público alvo são estudantes do Ensino Fundamental e seus familiares.

Essa visão combativa e de repressão ao uso de drogas é convergente nos estudos analisados. Há professores que corroboram com a ideia de que abordar o tema das drogas na escola tem o sentido de informar os malefícios do seu uso e abuso que trazem aos jovens, como afirma o estudo realizado por Ribeiro (2008), partindo desse viés proibicionista do “diga não às drogas” e de informações alarmistas, descoladas da realidade e incentivadas pela mídia.

No trabalho de Cavalcante; et al (2005) os professores procuraram explicar as drogas a partir de alterações, danos e prejuízos que estes causam ao indivíduo, à família e a sociedade. Na percepção deles, também prevalece a ideia de que as drogas são extremamente maléficas. Contudo, esses malefícios são identificados como decorrentes da natureza das drogas e não do seu consumo, apontadas como produtoras de danos psicológicos, físicos, sociais, espirituais e morais.

A representação negativa sobre as drogas e os seus usuários é presente de modo marcante entre ambos os sujeitos das pesquisas encontradas, tanto educadores quanto estudantes. Para Lopes (2003), as imagens associadas às drogas e a prevenção estão sempre ligadas a concepções negativas. As professoras possuem informações sobre a questão do uso e do abuso de drogas, porém elas desconsideram o tripé relacional entre sujeito-droga-contexto social. Tudo isto faz parte da representação que elas possuem do indivíduo usuário de substâncias.

As pessoas que usam drogas são associadas a uma perspectiva reducionista e consideradas doentes e/ou criminosas. Cuvello (2004) realiza uma pesquisa comparativa entre estudantes da escola pública e privada sobre as suas representações em relação ao “viciado em drogas”. A autora compreendeu a existência de um campo comum das RS estruturada em torno da concepção de que o “viciado” é o principal responsável pela sua condição.

A palavra “pena” é a mais recorrente no núcleo central das representações, em ambas as escolas. Os “viciados” são vistos como vítima dos seus próprios atos e culpados por não disporem de força de vontade e nem coragem o suficiente para abandonar o uso. Como representações sociais periféricas, aparece que o “viciado” necessita de ajuda. As pessoas que usam drogas aparecem como descontroladas, que despertam medo nas pessoas, que entram em um caminho sem volta e são doentes.

De acordo com a autora, os adolescentes das escolas públicas possuem uma visão menos preconceituosa, quando enfatizam os elementos *desprezo*, *excluído*, *angústia*, *desinformado*, sugerindo uma percepção mais relevante com relação aos

fatores sociais. Já os adolescentes das escolas privadas dão ênfase no aspecto da relação familiar e possuem uma representação mais pessimista, responsabilizando o “viciado” como causador de sua condição muito mais do que os adolescentes da escola pública.

Os “viciados” ainda são percebidos de uma maneira preconceituosa, posicionamento ancorado em uma visão de temor e amedrontamento, apoiado no modelo exclusivo da saúde que circula nos discursos sociais. São evidenciados nos dois grupos alguns elementos negativos como a morte e o medo, o que aponta para o discurso hegemônico da mídia.

Sobre essa influência da mídia na construção das representações sociais negativas em relação às drogas e as pessoas que fazem seu uso, Ribeiro (2008) explicita em sua pesquisa que as RS sobre drogas na escola e alunos/as que usam drogas estão ancoradas no modo como a grande mídia trata a tema, de forma alarmista e sensacionalista, influenciando grande parte dos/as professores/as que associam as drogas na escola à violência.

Verificou-se que a objetivação do/da aluno/a que usa drogas é simbolizada como doença e que o grupo pesquisado segue as RS há muito tempo estruturadas na sociedade, tendo a normalidade como sinônimo de saúde e a drogadição como condição desviante, decorrente de patologias.

Porém, enquanto alguns/as professores/as caracterizam os/as alunos que usam drogas como violentos/as, apáticos/as, tristes e carentes, outros/as professores/as os enxergam como “descolados/as”, apontando que mesmo usando estas substâncias, os/as consideram ótimos/as alunos/as. Alguns/as professores/as demonstraram que preferem se omitir ao identificarem um/a aluno/a que usa drogas no contexto escolar e em casos extremos, agem de maneira repressora, mandam os/as alunos/as para fora da sala de aula ou chamam a polícia.

Na tese de Dalbosco (2011) ela destaca que as drogas estão diretamente relacionadas à violência pelos/as professores/as e que, sobretudo a pessoa que usa drogas, é vista, por muitos deles/as, ainda como caso de polícia. Porém, muitos/as

educadores/as, em contraposição, possuem uma visão mais sistêmica e complexificada da questão, não reducionista.

Em seu estudo intitulado “As Representações do crack de estudantes do ensino fundamental no município do Rio Grande-RS”, Valério (2011) observou que mesmo suscitando nos discursos e nas representações dos/as estudantes questões referentes ao paradigma da redução de danos, o paradigma proibicionista aparece com mais destaque e este está alicerçado em princípios de controle bastante repressivos.

Como resultados e discussões da pesquisa, nas representações encontradas em relação ao crack, foi possível perceber objetivações, as quais, indicam que as representações midiáticas estão atuando a partir de um viés hegemônico, instituindo o paradigma de “guerra às drogas”, o qual, ancora imagens em torno do crack, relacionando-as com imagens de violência e de estereótipos sociais.

A pesquisa identificou que as pessoas que usam drogas são representadas pelas crianças e jovens como *drogadas*, ao mesmo tempo, clientes do tráfico. Contudo, sem serem criminalizadas, mas, representadas, ora como sujeitos passíveis de intervenção social e clínica, ora, passíveis de degeneração social e de violência.

Dentre os estudos mais recentes e sobre essa visão estigmatizante que está registrado ao longo dos trabalhos realizados, destacamos os resultados de Moreira; Vóvio e Michelli (2015), os quais apontam que os/as educadores/as possuem muitas informações em consonância com o saber científico, principalmente relacionado aos efeitos do consumo de drogas e às suas consequências orgânicas. Sobre as motivações e implicações do uso dessas substâncias, prevalecem representações sociais ancoradas nas noções de ordem moral, vinculadas ao estereótipo de doença.

As falas dos/as professores/as participantes demonstram maior tolerância com o consumo de drogas lícitas como o álcool. Em linhas gerais, as pessoas que usam drogas são representadas através de características negativas, como desviantes, anormais, recaindo mais uma vez nelas a associação com o crime e a

violência; reproduzindo estereótipos estigmatizações e contribuindo com a relação causal drogas-crime.

Diante do exposto, fica evidente que muito ainda temos a avançar nos estudos sobre drogas, escola e Representações Sociais. A rede de ensino que os autores e autoras vem se dedicando a pesquisar tem sido a rede pública, com direcionamento para o Ensino Fundamental e Médio, pois a faixa-etária que interessa às práticas preventivas sobre drogas estão relacionadas a esse período educacional. Além do cunho preventivo, a escola também é caracterizada como espaço favorável a proporcionar o desenvolvimento da pessoa humana crítica.

As representações sobre prevenção no contexto escolar são abordadas pelos estudos que vem sendo publicados nos últimos anos, de maneira hegemônica, enquanto os trabalhos que direcionam o olhar para os/as estudantes que usam drogas ainda são escassos. Os/as educadores/as são pensados/as como fundamentais ao se colocar em prática as políticas e programas de prevenção às drogas no âmbito educacional, identificados como “atores em primeiro plano”.

Desse modo, as pesquisas tem ao mesmo tempo apontado pra a potencialidade dos/as educadores/as na prevenção primária (ACSERALD, 2005) e por outro, problematizado a formação dos mesmos, vista como deficitária por não serem preparados/as para trabalhar temas complexos como o das drogas em sua prática pedagógica, bem como sobrecarga em suas atribuições, o não- reconhecimento profissional e reduzida realização pessoal (MEIADO, 2008), dificultando a efetivação do que lhes são demandado.

Além disso, Meiado (2008) discute em sua tese sobre a difícil tarefa de tomar posições críticas e concretas no contexto escolar, quando se pensa na prevenção ao uso indevido de drogas, por ser considerada uma prática “tenebrosa”, visto que os/as professores/as estão, segundo ela, inseridos em um contexto em que o uso e tráfico de drogas é uma realidade, criando barreiras para uma abordagem crítica-reflexiva.

PARTE II: A PESQUISA

Primeiras impressões na compreensão dos sentidos no campo...

A minha familiarização com o campo de pesquisa, tem sido desafiador e tem me convocado a estar atenta ao que não está explícito nos manuais, na teoria, nos discursos prontos. A travessia se inicia, assim como uma nova experiência me convoca. Levo em minha bagagem os meus aprendizados da formação profissional e continuada, dos lugares que já percorri e me coloco novamente na posição de aprendiz precisando abrir mão de algumas certezas (se é que exista), estereótipos e preconceitos para assim desbravar outros caminhos possíveis. A aposta neste momento é no encontro com o inesperado. O próprio campo de pesquisa vem me conduzindo a observar, escutar, sentir, me afetar, refletir, esperar...as narrativas me interpelam, me aproximam das vivências não-familiares. Os olhares me acolhem, ao mesmo tempo que tentam me afastar. O território, a comunidade, a escola, os funcionários, os docentes, os alunos. Os muros e o que existe dentro e fora deles. O dito e o não-dito. O silêncio e a necessidade de fala. O medo, a insegurança, a sobrecarga, a formação permeada por entraves, o apoio que não se tem. A juventude que desafia, as desigualdades acirradas, a violência que paralisa. O que está perdido e o que não tem mais jeito. As práticas esperançosas, que almejam mudanças e as práticas que nunca saíram do papel.

Diário de campo, 14 de agosto de 2017.

4.0 - Contextualização e procedimentos metodológicos

No presente capítulo nos voltaremos para os aspectos metodológicos, ou seja, ao percurso que fizemos, possibilitando-nos a sua realização, bem como os resultados e discussões. Permeamos aqui a contextualização da pesquisa, abarcando o campo, as primeiras impressões - utilizando-nos do diário de campo - os/as participantes, os instrumentos de coleta de dados adotados e a análise que nos permitiu compreendê-los. Esta pesquisa foi realizada com o apoio do CNPq/FAPESQ, mediante concessão de Bolsa de pós-graduação. O estudo foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Campina Grande (Processo n. 69444117.0.0000.5182).

A natureza desta pesquisa é mista, combinando uma metodologia tanto qualitativa, como quantitativa, com ênfase na primeira. Ao longo deste capítulo, iremos nos pautar em trechos que correspondem às primeiras impressões registradas no Diário de Campo, que acompanhou a pesquisadora nesta caminhada, envolvendo suas impressões, construções, questões, implicações e inquietações com o campo e com as pessoas que participaram da pesquisa em seu cotidiano, portanto, consiste na observação que contribuiu para a fundamentação das interpretações posteriores.

4.1 Campo de pesquisa

A pesquisa foi realizada em oito (08) Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio do Município de Campina Grande/PB⁷, do total das doze (12) existentes, visando atender à diferentes zonas. O início do trabalho em campo se deu em agosto do ano de 2017, após a submissão da pesquisa ao Comitê de Ética e a sua aprovação, exigência que se faz por se tratar de pesquisa com seres humanos, se estendendo até outubro do mesmo ano, configurando-se um período intenso de encontros. A princípio, a pesquisadora fez contatos com pessoas que já tinham

⁷ A identificação das escolas que participaram da pesquisa foi preservada, contemplando os requisitos éticos.

alguma relação com determinadas escolas e em outras fez um contato sem intermediários/as.

Foi apresentado o termo de anuência à direção das escolas para que fosse autorizada a presença da mestrandia e posteriormente acordos foram sendo feitos, de modo a viabilizar o estudo sem que houvesse prejuízo à rotina de trabalho dos/as docentes. Junto aos questionários, solicitamos a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os/as participantes da pesquisa, deixando uma cópia com cada um/a.

As escolas Estaduais participantes abarcam especificamente as etapas de Ensino Fundamental (estudantes de 06 a 14 anos) e Médio (15 a 17 anos). Foram compreendidos 06 bairros diferentes, visto que em apenas um deles, incluímos 03 escolas, pela sua extensão e pela alta concentração de instituições educacionais no mesmo.

Foram perceptíveis diferenças entre as escolas, dentre elas a estrutura, em algumas precária, noutras não; o investimento em recursos humanos e materiais, a posição distinta das escolas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A motivação dos/as docentes foi uma questão que chamou a atenção da pesquisadora, de modo que em algumas destas instituições foi visto o quanto estes/estas docentes são implicados/as e valorizados/as em seu trabalho.

O primeiro impacto que fui sentindo com as relações estabelecidas no campo, foi a estrutura das escolas e o modo como elas se organizam. A minha intenção, nesta cena, não é comparar as instituições e as qualificar como melhores ou piores. O meu intuito é compartilhar sobre as produções de sentidos frente a realidade e as suas particularidades. As primeiras escolas que tive contato, tinham uma estrutura que correspondia de certo modo com a ideia que muitas vezes é difundida no meio social sobre as escolas públicas brasileiras. A precariedade do prédio, das salas de aula e dos recursos educacionais traziam à tona um cenário de desinvestimento, abandono e descuido. Comecei a refletir que a estrutura do ambiente escolar pode ser um dos fatores que interferem na rotina dos trabalhadores/trabalhadoras e educandos, principalmente em relação a motivação. Vivenciei também o oposto. Me deparei com escolas muito bem estruturadas, recém-reformadas e que seguiam um padrão arquitetônico. A imagem que se passa, no primeiro momento, é a de

investimento, organização. Em outras, o desinvestimento preenche os olhos. Estas primeiras impressões apontam para o sentido não-homogêneo das escolas públicas.

Diário de campo, 18 de agosto de 2018.

Por outro lado, sentimos o quanto estes/estas profissionais são desvalorizados/as e sobrecarregados/as, ao explicitarem as suas queixas relacionadas ao excesso de demandas no trabalho e seus múltiplos papéis, que acabam interferindo na qualidade do serviço prestado, bem como na desmotivação do alunado, causando interferências diretas no processo de ensino-aprendizagem.

O campo nos permitiu vivenciar algumas contingências, que para a pesquisadora, constituiu na possibilidade de amadurecimento, visto que apesar de ter tido outras experiências em pesquisas, reconhece que muito ainda se tinha e se tem a aprender, pois estes movimentos que se renovam foram e são singulares, de (re)posicionamentos e provocações que despertam o conhecimento e o desejo de saber mais.

Foram idas e vindas, mudanças de rotas, encontros e desencontros. Objetivos que não puderam ser cumpridos, questões em aberto que talvez não seja possível dar conta neste trabalho. Entretanto, nos foi permitido enxergar outras possibilidades de encontros (horizontais), de recomeços, de constituição da pesquisa e sobretudo de diálogos, para que assim pudéssemos contribuir com discussões que são caras à temática proposta.

4.2 Participantes da pesquisa e caracterização dos sujeitos

Participaram da pesquisa 56 docentes, distribuídos em 08 escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio do município. Destes, 37 (66,1%) do sexo feminino e 19 (33,9%) do sexo masculino. A maioria dos/das docentes possuem pós-graduação, sendo 54,7% (n=29) especialistas, 14,3% (n= 8) mestres/as e 8,9% (n=5) doutores/as. Há ainda profissionais graduandos 5,4%(n=3).

O nível de atuação escolar dos/as docentes corresponde a seguinte distribuição: atuação conjunta no Ensino Fundamental e Médio 46,4% (n= 26), 46,4% (n=26) se dedicam apenas ao Ensino Médio e apenas 7,1% (n=4) atuam no Ensino fundamental exclusivamente. As áreas em que os/as docentes da pesquisa atuam são: Linguagens e Códigos (42,9% n=24); Ciências da Natureza e suas Tecnologias (23,3% n= 13), Ciências Humanas e suas Tecnologias (23,3% n=13) e matemática (10,7% n= 6).

Quadro 1. Número de participantes da pesquisa

Escolas Estaduais	Total de docentes	Docentes participantes	%
A	30	6	20
B	44	9	20
C	30	9	30
D	30	3	10
E	30	5	16
F	30	6	20
G	60	12	20
H	50	6	12
Total	304	56	18,4

Fonte: autoria da pesquisadora (2018).

As escolas possuem um número distinto de professores/as em atividade, sendo que as instituições A, C, D, E e F abarcam 30 profissionais em atuação, a escola B 44 sujeitos, a H 50 docentes e reunindo a maior quantidade, a escola G, com 60. No primeiro momento, o nosso objetivo consistia em atender a porcentagem de 30% de docentes em cada escola pesquisada. Contudo, ao nos aproximarmos do campo, sentimos que precisaríamos mudar a meta e atingirmos, no mínimo 10% de docentes e no máximo, 20% deles/as em cada instituição. Em apenas uma escola (C), foi possível alcançarmos 30% dos sujeitos, como indicado no *quadro 1*, acima.

É importante destacar que este resultado se deu pelo fato de vivenciarmos alguns entraves por uma parcela dos/as docentes, sobretudo em responder o questionário diante de um tempo livre reduzido, quase inexistente quando estão no ambiente de trabalho. Este público reclamava constantemente das demandas que precisavam dar conta dentro e fora da instituição escolar e dos diversos papéis que desempenham, a ponto de impossibilitar a sua participação na pesquisa.

Outro aspecto de destaque foi a resistência de alguns/as docentes frente ao tema, demonstrando pouca aproximação e insegurança em participar, devido ao comprometimento (mesmo sendo esclarecidos/as sobre o sigilo). Duas pessoas da gestão de escolas específicas impossibilitaram, no primeiro contato, o desenvolvimento da pesquisa, para não ser atribuído às instituições possíveis caracterizações que prejudicassem a sua imagem.

A minha acolhida no campo passou por algumas contingências. A primeira delas foi a própria temática. “Por que nesta escola?”, foi o que escutei quando me apresentava e explicava o tema da pesquisa. “Posso não me identificar? É porque é uma questão muito delicada...” desvelando para mim o quanto falar sobre drogas ainda é sinônimo de resistência, mesmo identificando a presença constante das mesmas dentro e fora dos muros escolares. O segundo entrave foi o tempo. Diante de tantas demandas que convocam os docentes, responder o questionário representava uma “pedra no caminho...” Uma das afetações vivenciadas com intensidade, foi o cotidiano do “ser docente”. Seus olhares, seus corpos, suas palavras, seus silêncios, cada expressão do seu modo comunicava. E quando a fala era possível, me vi aprendendo sobre a (des)construção contínua do saber-fazer e do ser/vir-a-ser professora/professor neste contexto.

Diário de campo, 18 de agosto de 2017.

Em seguida, autorizaram a efetivação do estudo, mas com restrições de turnos e pouco incentivo. Além disso, muitos/as educadores/as não quiseram participar da pesquisa e não explicitaram os motivos. Estes fatos prolongaram a pesquisa e implicou muitas idas da pesquisadora a campo. Apesar disso, grande parte dos/as educadores/as e da gestão das escolas participantes tiveram uma boa aceitação da pesquisa, por considerarem a temática importante, fazendo parte da realidade vivenciada por eles/as cotidianamente.

Pensamos juntos/as estratégias para superar este primeiro entrave, dentre elas levarem para casa o questionário e realizarem a devolutiva em um dia acordado ao longo da semana, o que acabou tornando a pesquisa mais lenta, pois as/os docentes acabavam esquecendo de responder ou de levar para a escola o instrumento. Outra estratégia era o preenchimento do questionário na própria escola, no horário do intervalo, mas nem todas as pessoas queriam abrir mão deste momento.

Em alguns encontros, foi possível antes das aulas, mas alguns/as docentes estavam atrasados/as para poder entrar em sala de aula. Poucas vezes consideraram o horário de fim das aulas, pelo fato de já estarem cansados/as ou com pouco tempo para se deslocarem até seu outro vínculo empregatício ou cumprirem outro compromisso. Os períodos em que obtivemos uma maior devolutiva dos sujeitos da pesquisa foram nos horários em que a gestão os liberava das aulas minutos antes do intervalo para responder os questionários e em reuniões pedagógicas.

4.3 Instrumentos adotados e fases da coleta de dados

Estabelecemos para a nossa pesquisa o seu desenvolvimento em três fases, com a utilização dos seguintes instrumentos de produção de dados: I) Levantamento das ações promovidas na rede pública de ensino a respeito do tema das drogas e nas escolas selecionadas para compor a amostra; II) Observação do cotidiano escolar, com registros em diário de campo; III) Aplicação do questionário que inclui a Associação Livre de Palavras (ALP).

Ao longo da aplicação dos questionários e no momento em que estava presente no ambiente escolar para realizar a observação, alguns/mas docentes conversaram com a pesquisadora sobre as questões levantadas no instrumento, ou, ao saber da temática, espontaneamente verbalizavam as suas percepções, que foram incorporadas no diário de campo.

Contudo, destacamos que a primeira fase da pesquisa, não foi efetivada, por fatores que vão para além das expectativas e tentativas de darem certo. Entramos em contato com os delegados que estão à frente de ações desenvolvidas nas escolas públicas da cidade e combinamos de marcar uma entrevista. Porém, eles deram a

justificativa de devido estarem às voltas com atividades no período festivo junino que acontece na cidade, não poderiam nos receber.

Em outro momento posterior a este, entramos novamente em contato, mas as demandas que atravessam a rotina destes profissionais impossibilitaram novamente uma conversa. Somado a isso, tivemos dificuldade de acesso à Secretaria Estadual de Educação- 3ª Região. Mesmo com a anuência e a autorização para avançarmos com o estudo, as informações sobre as ações, projetos e trabalhos que são efetivados na rede de ensino sobre a temática das drogas não nos foram repassados, visto que a cada tentativa de aproximação e diálogo nos ofereciam apenas ausências de pessoas que poderiam nos ajudar e até mesmo burocracias para entrar em contato com as mesmas. Desse modo, não deixamos que estes obstáculos nos paralisassem e procedemos nas outras fases da pesquisa.

Para a compreensão do nosso objeto de estudo, adotamos o instrumento de observação no cotidiano e registros no diário, realizados nos primeiros encontros no campo de pesquisa, bem como em todo o processo de coleta. A observação no cotidiano pressupõe “[...] um empreendimento dialógico não controlado, envolvendo, em alguma medida, tanto os conflitos e tensionamentos quanto a colaboração entre pesquisador/a e pessoas, grupos ou comunidades que fazem parte da pesquisa” (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014, p. 123).

O diário de campo, ferramenta que auxiliou nos registros e nas análises posteriores da pesquisadora, é definido por Medrado, Spink e Mélo (2014, p.276), “[...] como práticas discursivas, são linguagem em ação, cujos contextos de produção definem o gênero de linguagem a que pertencem e lhes dá conotações específicas [...]”, no caso da pesquisa científica, consideram que o estilo é factual. Ao longo do texto, empregamos o diário de campo a partir de trechos que auxiliam nas análises propostas.

O questionário, nossa outra ferramenta, “é um importante e popular instrumento de coleta de dados para uma pesquisa social” (MARTINS, 2008, p. 36). A relevância do seu uso se dá pela possibilidade de realizarmos questionamentos que os outros instrumentos talvez não nos desse a oportunidade, sobretudo por poder

levantar dados de natureza qualitativa e quantitativa de um modo mais objetivo e prático.

Nesta pesquisa ele é composto por uma ficha de caracterização e perguntas abertas e fechadas diretamente relacionadas ao tema das drogas no contexto escolar. Também incluímos no questionário uma Associação Livre de Palavras a partir de duas expressões-estímulo: a) *drogas na escola*; b) *alunos usuários de drogas*. A partir das palavras evocadas, solicitamos que os sujeitos hierarquizem as mesmas por ordem de importância.

A Associação Livre de Palavras é um instrumento

[...] que se apoia sobre um repertório conceitual no que concerne ao tipo de investigação aberta que permite evidenciar universos semânticos e que colocam em evidência os universos comuns de palavras face aos diferentes estímulos e sujeitos ou grupos (NÓBREGA; COUTINHO, 2003, p. 68).

O mesmo é delineado pela evocação de palavras, a partir dos estímulos dados pelo pesquisador, de modo que as palavras-estímulo devem ser definidas pelo pesquisador anteriormente, levando em consideração o objeto a ser estudado.

Adotamos a análise de dados conforme os diferentes instrumentos utilizados. As questões fechadas foram analisadas a partir da análise estatística descritiva, utilizando o software *Statistical Package for Social Science for Windows* (SPSS). Para a análise das palavras da ALP, empregamos o software de análise textual *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ) “[...] que permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas indivíduos/palavras” (CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 01). Dentre as possibilidades de análise da dados textuais do IRAMUTEQ, optamos pela nuvem de palavras, que consiste no agrupamento das palavras e sua organização gráfica de acordo com a sua frequência (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Em relação às perguntas abertas do Questionário, empregamos a Análise de Conteúdo Temática (BARDIN, 2011; FRANCO, 2005) e as respectivas categorias, organizando-as a partir dos sentidos comuns entre as percepções apontadas pelos/as

educadores/as. Para Bardin (2011), a análise de conteúdo se dispõe a conhecer o que está por trás das palavras sobre as quais se debruça, tendo como variáveis àquelas de ordem psicológica, sociológica, histórica, entre outras, através do mecanismo de dedução com base em indicadores advindos de mensagens particulares.

Para Bauer (2008, p. 203), “[...] a análise de conteúdo é uma construção social. Como qualquer construção viável, ela leva em consideração alguma realidade, neste caso o *corpus* de texto, e ela deve ser julgada pelo seu resultado”. A Análise de Conteúdo compreende três fases fundamentais, as quais efetivamos em nosso trabalho: a) pré-análise; b) exploração do material (descrição analítica) e c) tratamento dos dados e interpretações (interpretação inferencial) (MARTINS, 2008).

5.0-DO CONTEXTO ESCOLAR AOS/ÀS ESTUDANTES QUE USAM DROGAS: DUAS FACES DO “PROBLEMA”

Problema s.m.(1683) **1** assunto controverso, que pode ser objeto de pesquisas científicas ou discussões acadêmicas **2** questão social que traz transtornos e que exige grande esforço e determinação para ser solucionado **3** obstáculo, dificuldade que desafia a capacidade de solucionar de alguém **4** situação difícil; conflito emocional [...] **6** pessoa, coisa ou situação incômoda, preocupante, fora de controle etc [...] (HOUAISS, 2009)

Reuniremos, a seguir, os resultados provenientes da análise dos dados que se fundamentam nas seguintes fontes: observações do cotidiano escolar que foram registrados no diário de campo, questionário e ALP. Abordaremos dois eixos principais de análise: *as drogas no contexto escolar da Rede Estadual de Ensino em Campina Grande-PB* e a *caracterização dos/das estudantes que usam drogas*.

O que discurremos advém do que os sujeitos explicitaram tanto em suas escritas quanto nas suas falas (ao comunicarem algo a pesquisadora, através de conteúdos verbais ou não). Nossa pretensão é compreender como os/as docentes atribuem sentido à questão das drogas e dos/das estudantes que fazem seu uso e como estes sentidos interferem no discurso sobre as suas práticas cotidianas relacionadas à temática, no ambiente escolar. É relevante salientar que não nos pautamos na observação direta das práticas pedagógicas, mas sim dos discursos elaborados pelos sujeitos da pesquisa sobre os impasses advindos das mesmas em relação às drogas e aos/as estudantes.

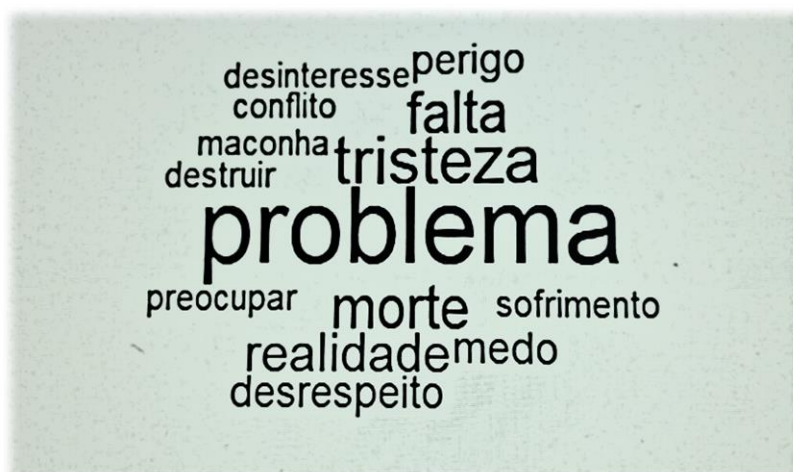
A presença das drogas nas escolas brasileiras é uma realidade que interroga o professorado, a equipe pedagógica e a direção escolar, desafiando as ações práticas frente a demanda de ser contemplada a sua discussão, já que se constitui como tema transversal vivenciado pelo contexto em que estão inseridas. Na cidade de Campina Grande-PB, esta realidade também se faz presente, com algumas características particulares, vivenciadas no cotidiano escolar diuturnamente.

5.1 As drogas no Contexto Escolar da Rede Estadual de Ensino em Campina Grande/PB

A partir da Associação Livre de Palavras, obtivemos um panorama das Representações dos/as docentes sobre a temática das drogas nas escolas participantes da pesquisa e através da análise das palavras mais evocadas pelo IRAMUTEQ foi gerada uma nuvem de palavras, com o resultado a seguir:

A Nuvem de palavras 1, reúne os termos mais evocados pelos/as participantes, ao pensarem sobre a temática das drogas no contexto escolar, de modo que as palavras maiores possuem uma frequência de evocação maior. As palavras convergem para um sentido de negatividade, pensando as drogas a partir da ótica de um problema que acarreta consequências negativas:

Figura 1. Nuvem de palavras : *Drogas na escola (ALP)*.



Fonte: *Software Iramuteq*, a partir dos dados coletados da pesquisa (2018).

Quadro 2. Frequência das palavras evocadas presentes na nuvem de palavras (1)

problema	12
tristeza	7
falta	6
morte	6
realidade	5
perigo	4
desrespeito	4
medo	4
preocupar	3
destruir	3
maconha	3
conflito	3
desinteresse	3
sofrimento	3

Fonte: *Software Iramuteq*, a partir dos dados coletados da pesquisa (2018).

Estas palavras, além de associar as drogas a consequências negativas, incluem neste campo semântico perdas pessoais, sociais/relacionais e educacionais, destacando-se uma dimensão subjetiva (tristeza, sofrimento, medo, preocupar, conflito), aspectos que caracterizam os/as estudantes (desinteresse, falta) e uma dimensão objetiva (maconha, morte, perigo, destruir, realidade) que se relacionam.

O conceito *problema* é algo recorrente que se mostra tanto na Representação Social sobre as drogas no contexto das escolas, quanto na RS sobre os/as estudantes que usam, presentes em todos os instrumentos utilizados. Quanto à questão aberta, pode-se verificar essa força nos discursos dos sujeitos ao redor de uma compreensão negativa sobre a questão das drogas nas escolas, pautadas em um *problema*, como veremos abaixo, havendo uma correlação entre as categorias.

Tabela 1. Como você avalia a problemática das drogas no contexto escolar?

CATEGORIAS	n⁸	%
Problema <ul style="list-style-type: none"> • Problema difícil/sério/preocupante (n=17); • Problema para a escola (n=08); • Problema que se agrava cada dia mais (n=05); • Problema social (n=06); • Problema complexo (n=03); • Problema insolucionável (n=03) • Problema pessoal (n=01) 	43	76,7
Efeitos na vida pessoal dos/as estudantes e no contexto escolar <ul style="list-style-type: none"> • Afeta negativamente o desempenho escolar (n=09); • Afeta negativamente a segurança da escola (n=09); • Aumento da violência (n=04); • Incidência alta do uso de drogas na escola (n=03); • Estudantes carentes (n=02) 	27	48,2
Necessidades para a efetivação de práticas sobre drogas <ul style="list-style-type: none"> • Discussões/prevenção/informações sobre o tema (n=17) 		

⁸ Número de vezes que o termo aparece no discurso docente.

<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de formação (n=04); • Acompanhamento especializado (n=02); • Equipes multidisciplinares (n=02); • Educação cidadã (n=01) • Saber como agir para além da prevenção (n=01) 	27	48,2
Obstáculos para a efetivação de práticas sobre drogas <ul style="list-style-type: none"> • Falta de formação e suporte (n=04); • Falta de Políticas Públicas (n=03); • Falta de profissionais especializados (n=03); • Falta de discussões/prevenção (n=03); • Falta de apoio da gestão (n=02); • Estado negligente (n=02); • Falta de segurança (n=01) • Constrangimento (n=01) 	19	33,9
Responsabilização da família <ul style="list-style-type: none"> • Família desestruturada (n=03); • Família ausente (n=01); • Família vitimizada (n=01); • Importância do apoio da família junto à escola (n = 01) 	08	14,2

Fonte: autoria da pesquisadora (2018).

Figura 2. Drogas no contexto da Rede Estadual de Ensino em Campina Grande/PB



Fonte: autoria da pesquisadora (2018).

Na *tabela 1*, as tipologias explicitadas pelos/as docentes sobre as drogas no contexto escolar seguem uma convergência, em que a categoria *problema* surge em primeiro lugar, como o conceito que mais aparece no discurso dos/as participantes (76,7% n=43). Este *problema*, de acordo com os mesmos, precisa ser solucionado, já que gera *efeitos na vida pessoal dos/as estudantes e no contexto escolar* (48,2 % n=27), havendo, diante disso, *necessidades para a efetivação de práticas educativas sobre drogas nas escolas* (48,2 % n=27), bem como *obstáculos* (39,9% n=19). A *família* (14,2% n=08), segue responsabilizada por este problema e até certo ponto, também vitimizada. Podemos então compreender que as categorias dialogam entre si a partir do contexto e das experiências que os/as docentes vivenciam em relação à temática.

a) Drogas e sua elevação à concepção de problema: perspectiva cristalizada

A palavra *problema* aparece com um maior destaque, na ALP, devido a sua frequência de evocação em relação à expressão indutora *drogas na escola*, como também na pergunta aberta localizada no questionário. As demais palavras evocadas, na associação livre, convergem para um campo semântico de negatividade, associando as drogas a consequências negativas e perdas pessoais, sociais/relacionais e educacionais, destacando-se uma dimensão subjetiva (tristeza, sofrimento, medo, preocupar, conflito), aspectos que caracterizam os/as estudantes (desinteresse, falta) e uma dimensão objetiva (maconha, morte, perigo, destruir, realidade) que se relacionam.

Os/as docentes sustentam a ideia de que o uso de drogas pelos/as estudantes dentro dos muros escolares é uma realidade crescente e preocupante. Ao serem perguntados/as sobre a frequência do uso de drogas no contexto escolar em que estão inseridos/as, cerca de 82,1%(n= 46) afirmam ter presenciado sempre, muito e ocasionalmente. Apenas 15,1% (n=08) dos/as participantes destacam que a frequência de uso é rara (13,2% n=07) ou inexistente (1,9% n=1).

Estes dados demonstram a importância em considerar o fato de que falar sobre drogas não foge das vivências da juventude que estão nestas escolas e que em certa medida já possuem contato com as mesmas, antes mesmo de terem

informações ou uma educação sobre drogas nesta instituição, justificando a sua relevância.

Os/as docentes atribuíram ainda um significado a esse uso com base na concepção de *problema* (76,7% n=43) semelhante ao resultado identificado na nuvem de palavras. Eles/as descrevem esta prática como Problema difícil/sério/preocupante; *Problema para a escola*; *Problema que se agrava cada dia mais*; *Problema social*; *Problema complexo*; *Problema insolucionável*; *Problema pessoal*; como explicitado por eles/as na tabela que agrupa a análise de conteúdo da pergunta aberta sobre a avaliação dos/as docentes sobre a questão das drogas na escola.

Frente à concepção de que as drogas foram historicamente compreendidas e elevadas a categoria de “Problema Social”, como vimos no capítulo 2, é fundamental considerar que esses discursos terminam por serem pontos de ancoragem para essa representação da droga no contexto escolar.

Alguns participantes da pesquisa fazem uso desses discursos formulados na base de “problema social” semelhante ao que discorremos na assunção da ideia que é necessário intervenções urgentes e, na maioria das vezes, de enfrentamento. O descontrole demanda ações controladoras, solucionamento, seguindo práticas que ao longo da história se efetivou, por meio dos modelos hegemônicos que se cristalizam.

Por outro lado, a compreensão do uso de drogas como uma questão social, amplia os olhares e se contrapõe aos reducionismos, muitas vezes reproduzidos no espaço social e midiático (SOUZA, 2015). Ainda que os modelos médico e jurídico em certos momentos sejam enfatizados, como veremos adiante, outras perspectivas vem sendo evidenciadas pelos/as docentes da Rede Estadual em Campina Grande/PB, dentre elas, o Modelo Sociocultural e Psicossocial. Abaixo, os/as docentes trazem seu posicionamento:

“Este sendo um problema urgente no contexto social, no espaço escolar não seria diferente” (sujeito 12, masculino, escola B).

“A droga é um problema social que não diz respeito apenas ao usuário e sua família, é um entrelace da sociedade” (sujeito 51, feminino, escola F).

b) Efeitos das drogas na vida pessoal dos/as estudantes e no contexto escolar

Os/as docentes consideram existir impactos negativos dos usos de drogas tanto na vida pessoal dos/das estudantes, quanto no contexto escolar (48,2% n=27). Afirmam *afetar negativamente o desempenho educacional e a segurança da escola*. Além disso, apontam para o *aumento da violência e da incidência do uso neste contexto*. Os/as docentes consideram os/as estudantes *carentes* afetivamente, socialmente e economicamente, justificando, de acordo com eles, este uso de substâncias psicoativas.

Estes/as profissionais alegam que os/as estudantes que se relacionam com as drogas possuem um baixo rendimento escolar, refletindo no processo de ensino-aprendizagem, correlacionando o uso das substâncias psicoativas com problemas na cognição dos/as mesmos/as, atribuindo-lhes uma imagem de desajuste, a saber:

“O desempenho do aluno viciado em drogas é muito baixo, quase nulo, visto que há uma incapacidade de raciocínio da pessoa drogada” (sujeito 56, masculino, escola H).

Esta lógica se aproxima das discussões de Patto (1996) na obra *A produção do fracasso escolar*, ao discorrer sobre os “anormais escolares” e a sua genealogia, demarcando sua origem no discurso das ciências biológicas e da medicina no século XIX (incluindo a psicologia), de modo que em um momento posterior, no século XX, a Psicanálise apropria o discurso da “criança problema”, considerando outras dimensões.

As possíveis causas das dificuldades de aprendizagem deslocavam-se de uma justificativa organicista e passava a considerar as influências ambientais e a dimensão afetivo-emocional na determinação dos comportamentos e seus desvios. “Amplia-se, assim, o espectro de possíveis problemas presentes no aprendiz que supostamente explicam seu insucesso escolar: as causas agora vão desde as físicas até as emocionais e de personalidade, passando pelas intelectuais”(PATTO, 1996, p.44). Vê-se que a atribuição do uso de drogas a um baixo rendimento escolar confirma esta perspectiva, em que o psicologismo e o lugar social entram em cena para enquadrar os/as estudantes no lugar de fracasso, responsabilizando o seu contexto, suas famílias.

Propõem que as drogas causam impacto no cotidiano escolar por meio da violência e insegurança, fazendo uma associação direta entre esta prática e a criminalidade/violência. Uma parcela destes/as profissionais afirma trabalhar insatisfeitos e com medo, de que a qualquer momento aconteça algo mais grave na instituição. Diante do medo e insegurança, foi presenciado pela pesquisadora algumas medidas implementadas pelas instituições, na tentativa de amenizar estes sentimentos:

Em algumas instituições o controle é reforçado, com a presença de seguranças dentro da escola, de patrulhas ao redor das mesmas e com os portões fechados diuturnamente, principalmente as que estão inseridas em comunidades estigmatizadas, com alto índice de violência. Outras escolas visitadas apresentam um controle menor no que diz respeito à entrada e saída de pessoas e não presenciei policiais e seguranças por perto. Estas primeiras impressões apontam para o sentido não-homogêneo das escolas públicas.

Diário de campo, 18 de agosto de 2017

Os/as participantes destacaram fatores que provavelmente levam os/as estudantes a se relacionarem com tais substâncias, dentre eles, a carência econômica e a injustiça social, ligados a condicionantes estruturais e histórico-culturais. Em vista disso, a questão das drogas acaba sendo entendida como consequência de uma negação de Direitos, fruto de um contexto social desigual e produtor de comportamentos desviantes. Afirmando esta concepção, trazemos o trecho a seguir:

“[...] nossa clientela é na maioria carente, financeiramente falando, muitos não vivem com os pais, precisam trabalhar e estudar” (sujeito, 09, feminino, escola B).

Este sentido de carência, é trabalhado por outros/as autores/as, que também pesquisaram sobre as RS de docentes e as drogas, dentre eles/as Martini e Furegato (2008, p.03), que identificaram o conceito de “outro vulnerável” como núcleo central do seu estudo, a saber: “[...] um sujeito, predominantemente adolescente, portador de inúmeras carências (familiares, sociais, pessoais, psicológicas e econômicas) que se torna usuário de drogas” e Araldi et al.(2012) que assinalam a presença do conceito de carência no discurso docente.

c) Necessidades para a efetivação de práticas sobre drogas

Para que exista a efetivação de práticas sobre as drogas no contexto das escolas pesquisadas, 48,2% (n=27) dos/as participantes pontuam algumas necessidades a serem superadas, como a implementação de *discussões/prevenção/informações sobre o tema, cursos de formação; acompanhamento especializado; equipes multidisciplinares; educação cidadã e saber como agir para além da prevenção.*

Frente a estes resultados, a importância de se pensar práticas condizentes com a realidade que as escolas estão inseridas, voltadas para a juventude e suas experiências em relação às drogas, ganha um lugar de destaque. No diário de campo, as seguintes reflexões são colocadas:

Uma docente relata a experiência vivenciada por ela, ao ser questionada por uma aluna sobre a veracidade do texto levado para discussão em sala de aula, sobre a maconha, seus riscos e malefícios. A educanda problematiza o saber da professora sobre a substância em questão, afirmando que ela não traz para discussão os benefícios da maconha, limitando-se a uma versão apenas. Depois disso, a professora conta que a aluna pede para que se informe mais sobre a temática. Em uma outra instituição, uma docente explicita em sua fala a dificuldade de prevenir o uso de drogas na escola, pelo fato dos/as estudantes já consumirem tais substâncias “uma coisa é prevenir quem nunca usou, mas, e quando o jovem já utiliza?”, interroga. Ela afirma que os professores não sabem lidar com esta situação, pois não é oferecido a estes profissionais capacitação, nem mesmo na formação.

Diário de campo, 22 de agosto de 2017.

Este trecho do diário de campo, somado à frequência do uso de drogas entre a juventude das escolas pesquisadas, nos permite tocar novamente na importância de se valorizar a experiência destes/destas jovens que já se relacionam com a substância, lançando mão de uma construção de saberes contextualizados.

Apesar de assinalarem a existência de entraves que os/as paralisam ante o exercício de discussões, ações e práticas condizentes com a temática das drogas, os/as docentes compartilham da concepção de que se faz necessária a adoção de práticas educativas sobre drogas no contexto escolar, reconhecendo a realidade de

uso pelos/as estudantes, que precisa ser compreendida não só pelo viés da prevenção, mas também pelos impactos do uso daqueles/as que já se relacionam com estas substâncias.

Robaina (2010) anteriormente em nosso referencial, nos atenta para este fato, quando nos convida a considerarmos os conhecimentos prévios que os/as educandos/as trazem em sua bagagem pessoal, assim como os registros no diário de campo, contemplando as experiências educativas dos/das profissionais local. “Portanto, práticas preventivas precisam desenvolver na sala de aula a discussão de suas particularidades, de sua realidade, criando formas de abordagem próprias, mais duradouras para obter melhores resultados” (MARTINI; FUREGATO, 2008). Sobre isto, um sujeito do estudo assinala:

“Nós, professores, na maioria das vezes, acabamos sendo indiferentes a esse problema, simplesmente por não saber o que fazer. As ações formadoras, geralmente, são de “prevenção às drogas”, no entanto, se o problema já existe, já faz parte da nossa rotina, pensar em meios de prevenir parece-me vago. Precisamos saber como ajudar aqueles alunos que já estão no mundo das drogas” (sujeito 15, feminino, escola E).

Mesmo pautando a prevenção sobre drogas como intervenção necessária, os/as professores/as anunciam a fragilidade desta atividade nas escolas em que trabalham. Os dados corroboram com esta Representação, de tal modo que 47,2% (n=25) registram não possuir ações sobre drogas em suas escolas, seguido de 45,3% (n= 24) que não conhecem nenhum projeto e 7,5%(n= 04) que asseguram a existência de ações preventivas individualizantes sobre drogas nas escolas em que lecionam.

Diante disso, as escolas da Rede Estadual em Campina Grande/PB demonstram estar negligenciando a implementação de projetos e ações que envolvam a temática das drogas, o que pode ser considerado um dado alarmante, visto que contradiz o que os Parâmetros Curriculares Nacionais orientam, ao considerar esta questão a ser trabalhada como tema transversal.

Em contrapartida, as escolas que dispõem de projetos e ações sobre drogas, são retratadas nas falas dos/das docentes como desconhecidas, o que pode ser

consequência de uma falta de divulgação ou até mesmo o resultante da realização de ações pedagógicas individuais por parte dos/as professores/as.

Estes/as profissionais reforçam em suas falas a importância da implementação de equipes multidisciplinares nas escolas, para discutirem a temática das drogas e se articularem com o Modelo Psicossocial, que valoriza o cuidado em equipe inter , multi e transdisciplinar, considerando os sujeitos em suas diversas dimensões. Este reconhecimento das práticas intersetoriais e multidisciplinares são fundamentais, já que não são experienciadas por estes/as profissionais em seu cotidiano e ao contrário disso, presenciam a setorialização do seu trabalho.

d) Obstáculos para a efetivação de práticas sobre drogas

Parte dos sujeitos da pesquisa, 33,9% (n=19), consideram que dentre os obstáculos para a efetivação destas práticas educativas sobre drogas nas escolas estão: *falta de formação e suporte; falta de profissionais especializados; falta de discussões/prevenção; falta de apoio da gestão, Estado negligente; falta de segurança e constrangimento ao se falar sobre a temática.*

Eles/as retomam a formação docente, a discussão/prevenção sobre drogas e o necessário suporte como ponto basilar na construção de uma educação sobre drogas promissora, alinhada a saberes que eles/as se sintam mais seguros/as em compartilhar, até mesmo para que o constrangimento e insegurança sejam também superados (falaremos sobre isto mais adiante). De acordo com os/as participantes da pesquisa:

“Falta formação para nós professores, falta segurança nas escolas e muitas vezes vontade da gestão. O estado é muito negligente nesse aspecto, falta políticas mais efetivas de formação e suporte” (sujeito 29, feminino, escola A).

“A escola é ponte da sociedade, por isso a importância da discussão sobre a questão das drogas. Drogas na escola é vista muitas vezes como falta de conhecimento e julgamento. É necessário discussões e equipes multidisciplinares para trabalhar tal tema na escola. É preciso expor o tema com propriedade para os alunos, fazendo com que eles revelem todo aprendizado para suas vidas em todos os aspectos” (sujeito 45, feminino, escola G).

Isto nos indica o desejo dos/das docentes em trabalharem a temática das drogas, mesmo não havendo abertura para isso em suas formações e mesmo não se sentindo preparados/das. Conseguem, de certa forma, apontar para necessidades, obstáculos e mais que isso, horizontes possíveis dentro do contexto que eles/as vivenciam diariamente e este fato traz a sua potencialidade e perspectivas de mudanças, que precisam ser consideradas e mais que isto, incentivadas.

Em seus discursos, fica enfatizada a Representação de que esta questão sobre as drogas não pode ser reduzida a um olhar apenas, a uma homogeneidade de sentido e atenção, mas a partir de uma conexão ramificada que envolva diversos olhares e atores, dentre eles as famílias, os/as profissionais especializados/as, os/as docentes, as escolas, os setores que compõe a rede, as gestões, os/as governantes, o Estado. Segundo um sujeito da pesquisa:

“É preciso, portanto, discutir sobre as drogas de uma maneira ampla, considerando os múltiplos fatores que estão envolvidos. Ou seja, a abordagem superficial que muitas vezes a escola realiza não tem trazido resultados significativos” (sujeito 38, feminino, escola G).

e) Responsabilização das famílias

A responsabilização/culpabilização das famílias situam-se nas falas dos/as participantes (14,2 % n=08), de modo a considerar a *família desestruturada* como uma das causas do uso de drogas pelos/as estudantes e consequentemente do seu baixo desempenho escolar. Outrossim, consideram que estas famílias são *vítimas*, por vivenciarem consequências deste uso, acarretando na impossibilidade de ajudar e sendo colocadas no lugar de *ausência*. Esta ausência é refletida no contexto escolar, dificultando, segundo eles/as, a tentativa de solucionar a realidade das drogas nestas instituições, já que estes/as profissionais não contam com este apoio e consideram fundamental. “*Um problema difícil de ser resolvido sem o apoio da família*” (sujeito 31, masculino, escola E).

Nesta perspectiva, demonstram em seus discursos caracterização das famílias como incapacitadas, responsáveis pelo fracasso escolar dos/as seus/uas filhos/as. No texto de Cunha (1997), intitulado *A desqualificação da família para*

educar, ele problematiza esta questão analisando o discurso educacional renovador no Brasil, nos anos de 1930, como período de constituição da concepção que ressalta a incapacidade das famílias para educar os seus filhos como algo notório, principalmente as pobres, de modo que para o Estado e a escola os pais exerciam más influências sobre os filhos.

Parece haver, de acordo com Cunha (1997, p. 47) “um conflito entre os desejos da educação escolar e a possibilidade da família” como discutem também as autoras Oliveira e Marinho-Araújo (2010). Elas destacam o conflito que há entre a finalidade socializadora da escola (valores coletivos) e a finalidade da educação doméstica (valores individuais) que acabam divergindo quando as famílias não se enquadram no modelo de família já naturalizado pela escola como ideal, havendo, em sua maioria, uma classe social específica, um lugar cultural e social que configura uma marca: as famílias “desestruturadas” são desqualificadas para educar.

Por conseguinte, para que a escola atinja seus objetivos, faz-se necessário que estas famílias se enquadrem na perspectiva da escola e adotem as estratégias socializadoras da instituição. Assim, as famílias são compreendidas como referência tanto de socialização quanto no suporte psicológico e afetivo e a partir do momento que não correspondem a esta função, tornam-se interferência negativa no desempenho educacional das crianças e jovens. Logo, “ganha status natural a crença de que uma ‘boa’ dinâmica familiar é responsável pelo ‘bom’ desempenho do aluno” (OLIVEIRA, MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 102).

Além disso, é possível enxergar na fala dos/as docentes sujeitos da pesquisa que a falta de participação da família junto a escola impossibilita estes/as profissionais de efetivarem suas práticas. Eles/as assinalam a importância do apoio das famílias para que exista o solucionamento da questão das drogas no interior das escolas e as responsabilizam por não conseguirem atingir essa meta. Este posicionamento, segundo Oliveira e Marinho Araújo (2010), implica na relação família- escola ter sido construída em um processo de culpabilização constante, abrindo mão de uma relação que estabeleça a responsabilização compartilhada.

Uma passagem do diário de campo faz ponte com esta discussão:

Durante o preenchimento do questionário, um professor me falou sobre a importância da família como referência de “bons e maus” exemplos sobre a prática do uso de drogas e afirma a responsabilidade da família como fator determinante para que o jovem se envolva ou não com o “mundo das drogas”.

Diário de campo, 22 de agosto de 2017.

5.2 - A (desin)formação docente sobre a questão das drogas

Os dados desta pesquisa nos permitiram abarcar algumas reflexões sobre a formação docente relacionada à temática das drogas, considerando a realidade deste público. A primeira questão explicitada por estes sujeitos diz respeito à falta de formação deles/as diante da demanda de trabalharem o tema das drogas no contexto escolar.

Desde a formação inicial destes/as profissionais, as discussões sobre as drogas mostram-se insuficientes, de modo que 62,3% (n= 33) afirmam não ter vivenciado esta experiência. A média dos/as docentes que tiveram contato com esta temática perfaz um total de 37,7% (n= 20). Em menor número, 20,8% (n=11), qualificam a vivência entre boa e excelente, enquanto 17% (n=9) afirmam ter sido uma experiência de ruim a péssima.

Este contexto acaba por refletir nas práticas educacionais sobre as drogas, constituindo-se como uma barreira que dificulta o desenvolvimento de ações que envolvam este tema transversal, no contexto da Rede Estadual de Ensino em Campina Grande/PB. Esta análise vem confirmar o que autores/as como Lopes (2003) e Moreira; Vóvio e Micheli (2015) tem pautado em seus estudos, em relação ao sentimento de incompetência dos/as professores/as ao serem demandados/as a discutirem sobre a temática das drogas, por não terem conhecimentos específicos para abordá-la e diante disso não se sentirem capacitados/as, desautorizando-se e se justificando a partir disso.

Quanto à formação contínua sobre o tema das drogas, 69,8% (n= 37) declaram não ter tido e 30,2% (n=16) afirmam ter experienciado. É importante

acentuar que além da formação inicial sobre drogas ser escassa, a formação contínua sobre a temática, ainda que em uma porcentagem menor, revela não ter investimento no processo de formação continuada destes/destas profissionais.

Este fato nos viabiliza refletir sobre o modelo de formação oferecido a este público, que sugere não estar interessado em garantir uma continuidade formativa, a ponto de capacitar estes profissionais para lidar com temas que constituem a sua realidade cotidiana e demandam uma prática implicada, crítica e complexa. Por conseguinte, a (in)formação se faz essencial, para que o desconhecimento sobre o tema das drogas não se transforme em uma justificativa que submeta esta questão a um segundo plano.

Questionamos aos/às docentes sobre a frequência em que discutem o tema das drogas em sala de aula e quais as principais razões que inviabilizam esta discussão. A porcentagem de profissionais que discutem a temática das drogas, numa frequência que consiste em muito ou sempre, chega a 23,2 % (n=13), em oposição a 74,4% (n=42), que ocasionalmente, raramente ou nunca pautaram esta questão em sala de aula.

Tal panorama aponta mais uma vez para a falta de abertura de espaços e práticas discursivas no contexto educacional da Rede Estadual em Campina Grande/PB que pautem as drogas e as diversas dimensões que as envolvem.

Diante desta ausência, os/as docentes assinalam o porquê de se afastarem da discussão sobre as drogas. 51,1% (n=29) afirma ter medo e insegurança de trabalhar este tema. No encontro com alguns/as professores/as no campo, pudemos perceber estes sentimentos, que foram verbalizados por alguns/mas:

Conversando com um professor, ele diz que o que sente não é a falta de preparo, mas o medo de falar sobre drogas, de se comprometer. “Não sabemos quem eles são, ficamos calados. Vemos tudo acontecer, mas não podemos fazer nada” (s.i.c). Além disso, o docente conta que o medo se dá também pelo fato de estarem propensos a receber ameaças dos traficantes, pois ao realizarem práticas preventivas nas escolas, podem estar alterando o fluxo do tráfico.

Diário de campo, 24 de agosto de 2018

Outros/as docentes concordam que o entrave na discussão sobre drogas diz respeito à falta de formação sobre o tema, somando 66,1 % (n=37) destes sujeitos. Como vimos, este fato é recorrente nas falas dos/das mesmos/as, ganhando uma relevância neste estudo. O lugar de desconhecimento sobre as drogas parece paralisar estes/as profissionais, surgindo como consequência o silenciamento. Em diálogo com docentes sobre o tema da formação, a pesquisadora reuniu em seu diário algumas falas pertinentes:

Ao preencher o questionário, nas perguntas sobre a formação e as discussões sobre drogas nesta etapa, a professora relata que já participou de um curso online sobre a temática, mas não se sentiu amparada com técnicas que ajudassem o professorado de maneira real, baseado na realidade deles. Acha que a formação não dá conta dos jovens que já tem contato com as drogas, sendo que as orientações se voltam mais para crianças.

Diário de campo, 11 de setembro de 2017

Na visita realizada a noite, para a aplicação dos questionários, conversei com uma professora que falou um pouco sobre o tema das drogas e da sua experiência. Ela relatou que em sua formação, não teve nenhuma discussão referente à temática. Assinala que falar sobre drogas é algo muito urgente nas escolas públicas e privadas, porém, vem sendo invisibilizado, como se não existisse. Segundo ela, quando as drogas são percebidas no contexto escolar, não se sabe como agir e na maioria das vezes a ação é policial, convocando-se a polícia para solucionar a situação. Conta, que não há formação para os/as docentes trabalharem a prevenção, existindo ações de caráter pontual. Percebe que as práticas são individuais. Ela, por exemplo, separa uma aula para falar sobre as drogas, porque precisa avançar com outras coisas, pois o tempo é curto. Em relação a isto, desabafa sobre a sobrecarga da sua profissão, as várias atribuições que acabam repercutindo na qualidade do ensino.

Diário de campo, 20 de setembro de 2017

Apenas 8,9 % (n= 5) dos/das professores/as entram concordam que a temática das drogas não condiz com a sua área de ensino e por causa disso não abordam este assunto. Este resultado nos faz compreender que os/as docentes vem entendendo a relevância de se falar sobre drogas no contexto educacional, independentemente de fazer parte do seu conteúdo específico, afinal, a orientação é que este tema seja abarcado no currículo a partir de uma transversalidade. Em

contrapartida, os/as docentes, quase em sua totalidade 96,4% (n=54), avançam nesta discussão ao afirmarem que falar sobre drogas não implica ao incentivo do uso, afastando-se de uma perspectiva reducionista.

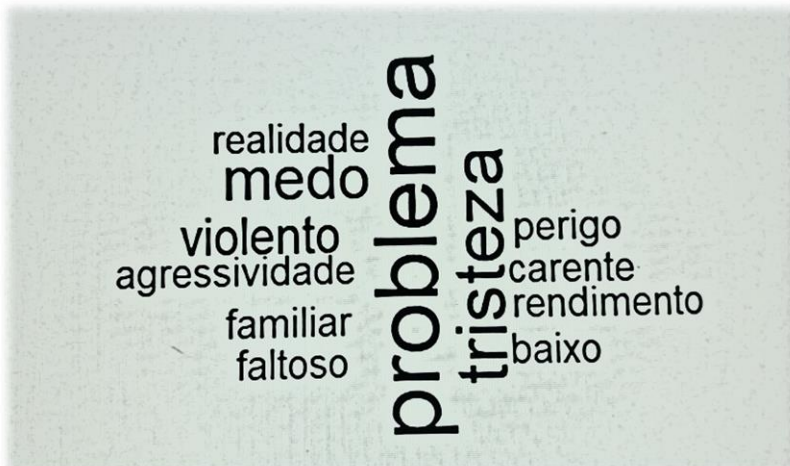
Por fim, na tentativa de compreender sobre os saberes dos/das docentes em relação às políticas sobre drogas vigentes no país e as informações que estes/estas possuem em relação à temática, levando em consideração a sua complexidade, questionamos se os mesmos/as mesmas conhecem a Política de Redução de Danos e o resultado demonstra a limitação que se estabelece: 81, 1% (n=43) não conhecem a Política, enquanto apenas 18,1% (n=10) já tiveram conhecimento. Este dado nos revela que as práticas e saberes se voltam ainda para uma perspectiva hegemônica e desatualizada na condução de informações e capacitações sobre as drogas e as questões que as envolvem.

5.3 Quando os/as estudantes que usam drogas se tornam um problema

Este segundo eixo de análise traz como questão norteadora a caracterização dos/das estudantes que usam drogas a partir do olhar docente. A importância de evidenciar a existência destes/as estudantes que estabelecem uma relação com as drogas nesta pesquisa diz respeito à escassez de estudos envolvendo as Representações Sociais sobre estes sujeitos, de modo a contribuir para que se encerre este ciclo que invisibiliza e exclui os mesmos.

Semelhante ao resultado da nuvem de palavras 1 sobre as *drogas na escola*, a nuvem de palavras 2, que reúne os termos mais evocados pelos sujeitos sobre *os/as estudantes que usam drogas*, apresenta a Representação Social destas pessoas como um *problema*. Além disso, as outras palavras evocadas sustentam um campo semântico pautado em aspectos negativos, resultado também presente na nuvem de palavras:

Figura 3. Nuvem de Palavras 2: *aluno usuário de drogas (ALP)*.



Fonte: *Software Iramuteq*, a partir dos dados coletados da pesquisa (2018).

Quadro 3. Frequência das palavras evocadas presentes na nuvem de palavras (2)

problema	8
tristeza	8
medo	6
violento	5
perigo	4
baixo	3
carente	3
rendimento	3
faltoso	3
familiar	3
agressividade	3
realidade	3

Fonte: *Software Iramuteq*, a partir dos dados coletados da pesquisa (2018).

Os termos trazem características dos/as estudantes em sua vida escolar (*faltoso, rendimento baixo*), características comportamentais (*violento, agressividade*), características subjetivas (*carente, tristeza, medo*) e aspectos ligados ao contexto escolar (*realidade, perigo*). O termo *familiar* aparece, reafirmando a responsabilidade que os/as docentes atribuem a família.

No início deste trabalho registramos as Representações Sociais sobre estas pessoas no Portal de Notícias G1, ajustadas a uma compreensão negativa, atrelada a imagens que remetem ao crime e a doença. As marcas estigmatizantes continuam se reproduzindo nas escolas Estaduais em Campina Grande/PB. Junto a esta

estigmatização, as percepções negativas em relação a estes/as estudantes são muito recorrentes e se associam à concepção de *problema*, que está presente nos modelos hegemônicos e se apropriam da questão das drogas como um problema a ser controlado, enfrentado, erradicado.

Esta compreensão se reflete no modo como as pessoas que se relacionam com as drogas são percebidas. Apresentaremos adiante alguns dados que embasam esta afirmação, a partir da *tabela 2*, como resultado da análise de conteúdo da questão aberta sobre a caracterização do/a aluno/a que usa drogas.

Tabela 2. Como você poderia caracterizar o aluno que usa drogas?

CATEGORIAS	n	%
Características do desempenho escolar <ul style="list-style-type: none"> • Ausente/faltoso (n=09); • Baixo-rendimento (n=07); • Desatentos/dispersos (n=07); • Desestimulado (n=05); • Desinteressado com a escola (n=04); • Escola esvaziada de sentido (n=03); • Não realiza as atividades (n=02); • Não participa das aulas (n=02); • Falta de concentração (n=02); • Repetente (n=01); • Incapaz de aprender com os demais alunos (n=01) 	43	76,7
Características comportamentais <ul style="list-style-type: none"> • Estudante perigoso/violento/agressivo (n=11); • Comportamentos/attitudes (n=03); • Sonolento (n=02); • Preocupa a escola (n=02); • Agitado (n=02); • Imponente (n=01); • Rebelde (n=01); • Irresponsável (n=01); • Mal comportado (n=01); • Preguiçoso (n=01); 	26	46,4

<ul style="list-style-type: none"> Sem perspectiva (n=01) 		
Características psicológicas <ul style="list-style-type: none"> Carente (n=07); Deficitário de apoio, cuidado e informações (n=04); Uso de drogas como refúgio dos problemas (n=04); Necessidade de autoafirmação/autoaceitação (n=03); Dependente (n=02); juntamente com Alimenta o vício (n=01); Baixa autoestima (n=01); Uso de drogas como “grito de vazio” (n=01) Triste (n=01) 	22	39,2
Características sociais/ relacionais <ul style="list-style-type: none"> Participa de grupos fechados (n=04); Convivência difícil/inconstante (n=04); Isolado/antissocial (n=04); Classe Social baixa (n=02); Sofre influências dos amigos e do meio (n=02); Discriminado pela escola e sociedade (n=01); Vítima de um sistema corrompido articulado com o crime (n=01); Não possuem acesso a outras formas de diversão e convivência social (n=01) 	19	37,5
Características familiares <ul style="list-style-type: none"> Problemas familiares (n=05); Família desestruturada (n=04); Família viciada (n=01); Falta de orientação/apoio familiar (n=01); Família ausente na escola (n=01); Apoio familiar como solução do uso (n=01); Importância da relação família-escola (n=01) 	14	25
Características físicas do uso de drogas <ul style="list-style-type: none"> Mau cheiro (n=03); Dependente (n=02); Vestimentas específicas (n=02); Alimenta o vício (n=01); Enfermo (n=01) Negro (n=01); Falta de higiene (n=01); 	11	19,6

--	--	--

Fonte: autoria da pesquisadora (2018).

Figura 4. Características dos/as estudantes que usam drogas



Fonte: autoria da pesquisadora (2018).

Estes atributos direcionados aos/as estudantes que usam drogas possuem também uma correlação entre si, sendo apontadas, sobretudo, as fragilidades e aspectos negativos que os/as docentes julgam fazer parte da imagem dos mesmos. Estas imagens, produzem um efeito de descrédito, contribuindo para a construção de estigmas e consequentemente exclusões e marginalizações destes sujeitos.

a) Características do desempenho escolar

A ideia de que estes/as estudantes estão destinados/as ao fracasso escolar, por se relacionarem com as drogas, ganham força pelos/as participantes da pesquisa, de modo que 76,7% (n=43) destacam as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem dos/das estudantes, em detrimento das suas potencialidades.

Confirmam, ainda, que a escola não tem importância, tampouco significado para estas pessoas. Caracterizam da seguinte maneira: *Ausente/faltoso; baixo-rendimento; desatentos/dispersos; desinteressado com a escola; escola esvaziada de sentido desestimulado; não realiza as atividades; falta de concentração; sem perspectiva; repetente; incapaz de aprender com os demais alunos*. Poucos/as professores/as afirmaram existir estudantes, que independente do uso de substâncias psicoativas, conseguem ter um processo de aprendizagem dentro do que se é esperado, mas que já se faz importante assinalar como um contraponto interessante.

“Aluno descompromissado, sem perspectiva alguma” (sujeito 10, masculino, escola B).

“O aluno usuário de drogas apresenta queda no rendimento escolar, a falta de concentração evidentemente impede o jovem a absorver 100% do conteúdo (...)” (sujeito 49, feminino, escola F).

“Geralmente são alunos com grande potencial intelectual, mas sem perspectiva de vida. Eles não compreendem a importância/necessidade dos estudos/da escola” (sujeito 16, feminino, escola B).

Sobre o que foi colocado até agora sobre a Representação do desempenho escolar destes/as estudantes, trazemos mais um trecho do diário de campo:

Continuando a conversa com o professor, ele chama atenção para o perfil do/da estudante que usa drogas, afirmando que estes sujeitos se tornam usuários e não nascem nessa condição. Por conta disso, este público tem seus gostos e afinidades, que de acordo com ele, isso se torna um motivo para que o/a estudante se dê bem com as disciplinas escolares. Ele diz que tem estudantes que usam drogas se dando bem em matemática porque gostam. Uma professora que estava próxima de nós concorda com ele e conta que tem alunos/as que, mesmo fazendo uso de drogas, ela considera ser mais inteligentes do que os/as alunos/as que são estudiosos/as e vão todos os dias para as aulas.

Diário de campo, 22 de agosto de 2017

b) Características comportamentais

As características comportamentais dos/das estudantes são destacadas por 46,4% (n= 26) dos/as docentes participantes da pesquisa, em sua totalidade aspectos de um comportamento negativo, a saber: *estudante perigoso/violento/agressivo; sonolento; agitado; imponente; rebelde; mal comportado; preguiçoso; preocupa a escola, sem perspectiva; irresponsável.*

A compreensão de *problema* voltado para as pessoas que usam drogas, nesse contexto os/as estudantes, é retomada nessa categoria. A juventude, em si, tem ocupado um lugar problemático em nossa sociedade e quando se associa ao uso de drogas, as percepções tornam-se ainda mais severas, tornando as suas potencialidades desconhecidas ou até mesmo negadas (ANDRÈ, VINCENTIN, 1998).

Nesse sentido, os aspectos comportamentais assinalados pelos/as docentes em relação a este público evidenciam o fracasso escolar destes/as juventude, ao destacarem o desempenho escolar baixo dos/as alunos/as, como trazem nos trechos a seguir:

“Desestimulado sempre com a vida escolar. Sonolento sempre”
(sujeito 33, feminino, escola C).

“Um problema em sala de aula é a dispersão, falta de interesse, rebeldia, entre outros...” (sujeito 39, masculino, escola G).

A periculosidade, agressividade e violência também são características que se presentificam nos discursos dos/as docentes, confirmando a construção de imagens estigmatizantes e negativas dos/as estudantes que usam drogas e do que é difundido na mídia. Além de sua importância enquanto meio de propagação de idéias, a mídia se torna uma fonte de identificação fundamental para os sujeitos ou grupos como forma de localização social de uma opinião pessoal” (RAMOS, 2003 apud RONZANI et al., 2009). Logo, questionamos de que maneira a mídia dissemina essas imagens e representações na sociedade referente às pessoas que usam drogas.

Neste contexto, as pessoas são vistas como risco à sociedade de modo que esta ligação também é produto histórico-cultural, emergindo graças a dois grandes

campos de saber, como já mencionado anteriormente, a Justiça e a Medicina. Com a união destas, houve uma contribuição para que essas características direcionadas às pessoas que usam drogas fossem hoje banalizadas socialmente, gerando discursos que giram em torno da intolerância, preconceito, medo, perseguição e exclusão (RODRIGUES, 2004; PETUCO, 2012).

É importante destacar que houve momentos em que os/as docentes não falaram ou discorreram de maneira explícita sobre a criminalidade ligada aos/as estudantes que se relacionam com as drogas. Porém, os sentimentos de medo e insegurança apareceram com frequência em seus discursos, o que demonstra a associação entre o uso de drogas e a periculosidade por parte dos/as participantes.

c) Características Psicológicas

Os sujeitos da pesquisa, 39,2% (n=22), discutem que o uso de drogas por parte dos/as estudantes tem relação com questões psicológicas. Atribuem as seguintes características aos/as mesmos/as: carente; deficitário de apoio, cuidado e informações; uso de drogas como refúgio dos problemas; necessidade de autoafirmação/autoaceitação; dependente, juntamente com alimenta o vício; baixa autoestima; uso de drogas como “grito de vazio”; triste.

Este “grito de vazio”, de acordo com eles/as, corresponde às faltas que se colocam nas vidas dos/as estudantes: *“Soma-se a isso, o “grito” de vazio evidente nas poucas palavras que eles proferem, nas raras situações de interação. Tal grito revela que lhes falta algo e é no desejo de encontrar isso que falta que eles entram no mundo das drogas e arrastam os colegas que também sentem esse vazio, essa falta sabe-se lá de quê”* (sujeito 16, feminino, escola B). Avaliam ainda que exista entre eles/as sintomas de depressão e euforia (retomando a representação de doença, de desajuste).

d) Características sociais/relacionais

As características sociais/relacionais foram consideradas por 37,5% (n=19) dos sujeitos. Socialmente eles demarcam lugares de pertencimento destes/as jovens, como a *classe social* baixa e *participação em grupos fechados* (facções de torcidas

organizadas). Indicam que este público é *discriminado pela sociedade e pela escola*, vítima de um sistema corrompido e simultaneamente articulado com o crime organizado, *não havendo outra forma de diversão e convivência social senão as drogas*. A *influência mútua entre seus pares* é uma característica bastante enfatizada no discurso destes/as educadores/as. Por outro lado, caracterizam os/as estudantes como *antissociais*, apresentando *isolamento social*, principalmente da família, dos amigos e da instituição escolar. Afirmam:

“Aquele que é da facção, de torcida organizada (...)” (sujeito 17, masculino, escola G).

“São geralmente de baixa renda(...)” (sujeito 29, feminino, escola A).

“Uma vez tornando-se usuário de drogas o aluno se afasta dos grupos sociais como família, amigos e instituições em geral(...)” (sujeito 55, masculino, escola H).

e) Características familiares

No eixo de análise I, vimos que a família é responsabilizada pelos/as docentes frente ao uso de drogas dos/as estudantes. Esta compreensão também está presente no eixo II (25% n=14), mas com ênfase nas características e no papel que a família exerce na relação com a escola. Os/as participantes da pesquisa indicam existir no contexto familiar da juventude que usa drogas tais características: *problemas; família desestruturada; família viciada*. Em contrapartida, ressignificam a instituição familiar e compreendem que a mesma colabora para a solução do uso de drogas e consideram *importante a relação família-escola*:

“Um aluno com problemas familiares” (sujeito 08, masculino, escola A).

“Sempre possui uma desestrutura familiar, onde os pais demonstram-se ausentes de suas responsabilidades educacionais” (sujeito 13, masculino, escola A).

“São jovens sem uma família estruturada, em sua maioria, sem diálogo em casa” (sujeito 19, feminino, escola E).

O conceito de “deseestrutura familiar” se repete, bem como a de ausência dos pais na vida educacional dos/as seus/uas filhos/as. A falta de diálogo, de apoio e os problemas das famílias são considerados pelos/as professores/as como fatores de risco para esta juventude. O fato de ter sido mais evidenciado neste eixo a fragilidade da família, deve-se a uma associação direta entre os sujeitos em vulnerabilidade *versus a família desestruturada*, que não cumpre a sua função social de cuidar, impor limites, proteger, educar.

Segundo as autoras Cruz e Santos (2008), parece haver um repertório transformado em “jargão pedagógico” que orientam os discursos dos/as professores/as ao explicarem a crise educacional, pela ótica da culpa e responsabilização dos pais. “Nesse sentido, a negatividade que é atribuída à família provocaria impactos no desenvolvimento do aluno, o que acarretaria por sua vez, outras repercussões nas dimensões cognitiva e socioafetiva e, em decorrência do encaminhamento destas, o resultado de sucesso/fracasso escolar” (CRUZ; SANTOS, 2008, p. 444).

f) Características físicas

As características físicas dos/das estudantes são registradas por 19,6% (n=11) dos/as participantes. Os atributos elencados pelos/as docentes se inscrevem como marcas, estigmas que se configuram a partir do seu trajar, a sua falta de cuidado consigo, bem como a sua etnicidade específica, ao afirmarem que estes/as jovens são negros/as, contribuindo novamente para a demarcação de um lugar social destes/as estudantes. Junto a isto, os/as educadores/as trazem em seus discursos a identificação das reações que as drogas causam nos corpos destas pessoas, o que segundo eles/as facilitam a caracterização dos/as mesmos/as na categoria de “usuários”, de maneira aparente, como as falas seguintes:

“Na maioria das vezes, observo esses alunos com olhos avermelhados, influentes, com um forte mau cheiro de ervas (...)” (sujeito 32, feminino, escola A).

“(...) que usa boné verde-limão (...)” (sujeito 17, masculino, escola G).

“O aluno usuário de drogas é caracterizado na maioria das vezes por pessoas de classe social econômica baixa, negro, vitimado por um espaço de conflito social (...)” (sujeito 18, masculino, escola E).

“(...) a pupila fica dilatada; olhos vermelhos” (sujeito 35, feminino, escola C).

A categoria de doença retorna, confirmando o que historicamente foi se construindo sobre a imagem das pessoas que usam drogas. Apesar de alguns avanços, a cristalização de uma Representação Social sobre as drogas e as pessoas que se relacionam com as mesmas firmadas na ideia de doença ainda se faz presente:

“Uma pessoa que foi conhecer e acabou dependente(...)” (sujeito 23, feminino, escola D).

“Não admite a dependência, acha que para quando quer e consegue controlar o uso de drogas” (sujeito 45, feminino, escola G).

“Um aluno enfermo (...)” (sujeito 56, masculino, escola H).

“Um aluno por vezes eufórico ou depressivo” (sujeito 21, feminino, escola G).

As Representações Sociais construídas pelos/as docentes da pesquisa mostram estar ainda ancoradas nos modelos hegemônicos, discutidos no capítulo 2, a saber, os modelos médico e criminológico, que resguardam os paradigmas da abstinência e do proibicionismo e reúnem, a partir daí o seu material discursivo que está baseado em um sistema de significados (WAGNER et al., 1999).

O entendimento de que as drogas e os/as estudantes que usam se constituem como *problema* aponta para uma objetivação, mecanismo pelo qual os conhecimentos socialmente construídos ganham forma, de modo a captar a essência do fenômeno ou ideia (WAGNER et al., 1999). Esta objetivação se caracteriza como uma metáfora conceitual, ou seja, “a teoria da metáfora conceitual postula que o sistema conceitual humano funciona com base em redes de metáforas conceituais enraizadas na cultura e na história de cada grupo [...]” (PASSEGGI, 2003, p. 48).

Por consequência disto, de acordo com Robrieux (1998) *apud* Passeggi (2003), a metáfora conceitual é adotada com a função de denominação,

compreendendo o processo de tornar familiar o objeto desconhecido e integrá-lo a conhecimentos anteriores e tornarem-se familiares. Logo, a metáfora *problema* é utilizada como uma face figurativa da representação social sobre as drogas no contexto escolar e os/as estudantes que fazem seu uso, ao separar atributos dos sujeitos, esquematizá-los e reuni-los em um quadro geral, correspondente ao sistema de referência socialmente instituído, a saber, uma visão negativa de *problema*, naturalizando estes objetos e tornando-os palpáveis.

Identificamos, por outro lado que as Representações Sociais sobre as drogas e sobre os/as estudantes que usam, estão em movimento, sendo processuais e por este motivo, parte de alguns/as docentes se ancoram em modelos contra-hegemônicos e condizentes com as perspectivas que avançam diante da temática, considerando a sua complexidade, como os modelos sociocultural e psicossocial. Numa abordagem processual, “[...] a construção das representações evolui em dois sentidos: na história social do grupo (filogênese) e na história social do indivíduo (ontogênese), articuladas à história social dos objetos representados” (PASSEGGI, 2003, p.48).

Nesse sentido, os/as docentes reúnem em seu campo representacional a compreensão das drogas ancoradas em modelos interpretativos construídos historicamente, que perduram até os dias atuais e somado a estas Representações formulam uma objetivação das mesmas enquanto *problema* que questiona, desafia, preocupa o público estudado, constructo do contexto em que estes/as estão inseridos/as.

5.4 As RS associadas: as drogas e os/as estudantes em correlação

O nosso objeto de pesquisa, diante da sua complexidade, demandou um olhar também complexo e é por este motivo que consideramos necessário não perder de vista os seus distintos aspectos, contextos e correlações. Falar sobre drogas exige um posicionamento ético e político, considerando para além das substâncias, os seus sujeitos que se relacionam com as mesmas. E é neste sentido que encaminhamos a discussão deste trabalho, pois para nós não fazia sentido voltar-se apenas para a

discussão das drogas na escola e seus desdobramentos, deixando de lado as questões que envolvem os/as estudantes.

Sabemos do risco de propiciar uma ambiguidade ou falta de objetividade na condução do nosso objeto de pesquisa, mas a intenção é expandir a compreensão da temática e ampliar as conexões a fim de não acarretar reducionismos, mas ao contrário disso, fomentar as discussões e afirmar a sua diversidade. Esta perspectiva vem sendo assinalada por Doise (2011), quando versa sobre o pluralismo que tem se caracterizado as pesquisas a respeito das Representações Sociais.

Tomamos como base, os modelos de sistema e metassistema das Representações sociais, proposto por Serge Moscovici. Nestes modelos, é levado em conta o sistema cognitivo de representação e as múltiplas relações cognitivas associadas a ele (metassistema), configurando novas dinâmicas representacionais (DOISE, 2011). O foco não se dá em uma construção de saber apenas, mas nas possíveis correlações que se fundam a partir daí. Nesse seguimento, as drogas podem ser compreendidas como o sistema representacional cognitivo estrutural e os/as estudantes que usam drogas como a estrutura representacional associada.

Jovchelovitch (2011), discorrendo sobre esta dinâmica que se dá no reconhecimento e reabilitação dos saberes no cotidiano, afirma que “[...] é a aceitação da diversidade dos padrões cognitivos que caracterizam o panorama simbólico humano. De fato, este é um eixo central para a teorização em representações sociais” (JOVCHELOVITCH, 2011, p. 165). Portanto, é em meio a esta diversidade que construímos a enxergamos o nosso objeto, imerso em uma “polifasia cognitiva”, proposta por Moscovici, definindo-a como, segundo Jovchelovitch, “[...] a coexistência de formas diferentes de saber no mesmo campo representacional” (JOVCHELOVITCH, 2011, p. 168).

Não obstante, a forma que propusemos tecer as nossas análises parte desta proposição e obtivemos a compreensão de que o nosso objeto reuniu campos sociocognitivos plurais, abarcando contradições e divergências, como também a coexistência e combinação de perspectivas, ou seja, houve complexificações. Nosso sistema representacional está em movimento, se desenvolvendo e não o

caracterizamos como um sistema fechado. Assim como pontua Jovchelovitch (2011), seguimos acreditando que a polifasia cognitiva nos indica um caminho em que não é necessário separar de modo radical os saberes e nem eliminar suas diferenças.

6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS ou abertura para outros caminhos...

“É que ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar” (FREIRE, 2006, p.79).

Apesar de fazer parte da História da humanidade, das diversas culturas e de estarem presentes nos diferentes contextos sociais, as drogas ainda são tratadas como um problema que precisa ser erradicado, controlado, combatido. Muitas vezes as discussões sobre estas substâncias e sobre as pessoas que se relacionam com elas (de maneiras múltiplas), não são pautadas, abrindo espaço para o silenciamento ou reducionismos.

Os discursos, ao aparecerem, são em alguns momentos reduzidos a posições simplistas, que abrem mão de uma expansão de perspectivas. As discussões se fecham a modelos já instituídos, hegemônicos e que pouco dialoga com a realidade. Em outros momentos, modelos que dialogam com possibilidades condizentes com a realidade social que vivenciamos em nosso país, que pautam discursos contra-hegemônicos e de encontro aos sujeitos, em seus contextos e experiências, para além da droga em si, se fazem presentes.

Os resultados da pesquisa sugerem uma compreensão dos/as docentes sobre o uso de drogas ainda pautada na ótica do *problema* e por consequência, de estudantes que se tornam um problema, sobretudo para a escola. A compreensão a partir deste viés implica, de acordo com os/as docentes em efeitos na vida pessoal e no contexto escolar, em necessidades e obstáculos para se efetivarem as práticas educativas sobre a temática nas escolas e na responsabilização das famílias frente a esta questão.

Em relação à caracterização dos/as estudantes que usa drogas, o *problema*, junto a concepções negativas, dos seus comportamentos, dimensão psicológica, questões sociais e relacionais, familiares e físicas embasou o modo de construir as RS sobre estas pessoas, pelos/as docentes, sobretudo, uma forte imagem do aluno que vivencia o fracasso escolar, desacreditado e estigmatizado.

Afirmamos, desse modo, a existência de representações que se mostram ainda ancoradas em modelos hegemônicos, de maneira cristalizada, que reduzem seus olhares para a criminalização, a proibição, uma educação sobre drogas voltada para a repressão do uso e a concepção de que os/as estudantes que usam drogas

são perigosos, doentes, com baixo desempenho e rendimento escolar, comparado aos seus pares.

Sobre o papel das escolas frente à prevenção, as instituições pesquisadas demonstram estarem deslocadas deste lugar e os/as docentes anunciam que esta posição precisa ser repensada. A própria prevenção, de acordo com eles/as, não consegue dar conta da realidade vivenciada e as formações/capacitações (as poucas que são oferecidas), precisam estar atentas ao contexto em que estas escolas estão inseridas, compreendendo que a juventude tem a sua experiência e precisa ser considerada.

O uso de drogas já acontece e práticas preventivas talvez não sejam a única saída. Talvez, saber lidar com os/as estudantes e as relações que eles/as estabelecem com as drogas, o lugar que estas substâncias ocupam em suas vidas, os tipos de uso e a redução dos seus riscos e danos, bem como um incentivo maior na formação sobre as drogas, fundamentado nos saberes contra-hegemônicos, seja uma aposta interessante.

O distanciamento e por consequência o silenciamento dos/as docentes em relação às práticas educativas sobre drogas é uma realidade, que se apresenta como desdobramento dos entraves que se colocam para estes/as profissionais. São muitas faltas elencadas pelos/as docentes, dentre elas: a falta de formação sobre drogas, desde a formação inicial até a continuada; falta de apoio técnico-pedagógico; falta de tempo; falta de segurança, falta de apoio das famílias.

Estes/as sujeitos acabam se sentindo impotentes. A formação escassa sobre a questão das drogas, se mostrou neste trabalho como um ponto chave nas dificuldades sentidas no cotidiano dos/das docentes participantes da pesquisa e se coloca como analisador para as próximas pesquisas e ações que envolvam tal temática e este público.

Outra questão que se colocou foi a setorialidade das ações sobre drogas, a individualidade e a não divulgação do que acontece dentro das mesmas sobre a temática. Projetos e ações em parceria com a Saúde e a Assistência Social, por

exemplo, não foram mencionados, registrando um furo nessa rede, nesta vinculação intersetorial tão cara à temática.

Ademais, estes dados nos alertam para a superação de práticas preventivas isoladas, de modo a considerar um trabalho multidisciplinar e complexo sobre drogas, sinalizando a valorização das ações que capacitem os/as educadores/as para uma educação sobre drogas cidadã, possibilitando acolher os/as estudantes que fazem o uso de substâncias, sustentados/as por práticas que extrapolem a criminalização/proibição e que considerem outras vertentes, como a Redução de danos e riscos.

As drogas no contexto da Rede Estadual de Ensino em Campina Grande-PB se apresenta neste movimento cíclico, indicando várias facetas e pelo caráter dinâmico das Representações Sociais e seu constante movimento, pudemos identificar alguns avanços na compreensão dos/das docentes sobre o tema, ampliando a visão para questões sociais, compreendendo a importância de superarmos práticas descoladas da realidade, que conte com olhares múltiplos.

Não obstante, é preciso deixar assinalado que as Representações Sociais estão em processo de construção e desconstrução e é nesse sentido que apontamos percepções sobre as drogas e os/as estudantes que usam sendo complexificadas pelos/as docentes da pesquisa, principalmente ao considerar a dimensão social do uso de drogas e quando alguns deles trazem em seu discurso a aposta nos/as educandos/as em seu processo de ensino-aprendizagem e de potencialidades no contexto escolar.

Esta pesquisa, teve como pretensão contribuir com o cenário educacional de Campina Grande-PB, pautando uma temática que desafia a prática docente e causa distanciamentos. O desejo é que outras possibilidades possam ser estimuladas com este estudo e que esta discussão não se encerre por aqui, mas pelo contrário, possa contribuir com diálogos profícuos no âmbito da educação sobre drogas, repercutindo nas práticas educativas.

Que possamos seguir construindo caminhos inéditos, caminhando juntos e juntas na tentativa de percorrer caminhos outros e mais potentes, que estejam em conformidade com os nossos passos, nossa gente, nossa história, nossa realidade, re(tocando) os nossos sonhos e aprendendo com eles.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. Abordagem Estrutural das Representações Sociais. In: MOREIRA, A . S. P.; OLIVEIRA, D. C. de. (Orgs.). **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia: AB, 1998.
- ACSELRAD, G. A Educação para a Autonomia: construindo um discurso democrático sobre as drogas. In: **Avessos do Prazer: drogas, Aids e direitos humanos**. (org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 183-212.
- AGUIAR, A. L. V.; TEIXEIRA, I. B. A. Programa de enfrentamento ao crack no brasil: plano (para)nóia?. In: III Seminário Internacional **Violência e Conflitos Sociais: Ilegalismos e lugares morais**, Fortaleza: UFC, 2011.
- ALBERTINI, P. Drogas: mal-estar e prazer. In: AQUINO, J.G. (Org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo:Summus, 1998. pp. 45-57.
- ALVES, V. P. **Modelo de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas no contexto do Centro de Atenção Psicossocial–CAPSad**. (Tese de Doutorado) Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- ANDI; BRASIL. **Mídia e Drogas: o Perfil do Uso e do Usuário na Imprensa Brasileira**. MINISTÉRIO DA SAÚDE, Brasília, 2005.
- ANDRADE, T. M. de. Redução de danos: um novo paradigma?. **Tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**, p. 87, 2004.
- ANDRADE, E. dos R.G. A função de resistência e sua contribuição para a formação docente: Uma reflexão Psicossociológica. In: LIRA, A.A.D; MIRANDA, M.M. de; BRITO, S.M. de O. (Orgs.). **Revisitando o diálogo em Representações Sociais da Educação**. Campina Grande: EDUEFCG, 2014.
- ANDRÉ, S.A.; VICENTIM; M.C.G. A droga, o adolescente e a escola: concorrentes ou convergentes? In: AQUINO, J.G. (Org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo:Summus, 1998, pp.67-82.
- ANJOS, M. L. dos. **Representações sociais sobre as drogas: análise do discurso retórico de professores do II**. 2015.(**Ensino Fundamental** Dissertação de Mestrado).
- ARALDI , J. C. et al . Representações sociais dos professores sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas na adolescência : repercussões nas ações de prevenção na escola. **Interface - Comunic , .Saúde , Educ** , 2011.

ARRUDA, A. Representações sociais: emergência e conflitos na psicologia social. In: BAPTISTA, L. A. dos S. (org). **Anuário do laboratório de subjetividade e política**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Ano I, V.1, 1992.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: Uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. (Ed.) Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BAUER, M. A popularização da ciência como imunização cultural: a função de resistência das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2 ed. 1998.

BOITEUX, L. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade**. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOITEUX, L. Liberdades individuais, direitos humanos e a internação forçada em massa de usuários de drogas. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais** [recurso eletrônico]. Belo Horizonte, V.7, N. 25, jan./abr. 2013.

BRASIL. **Lei nº 6.368**, de 21 de outubro de 1976. Dispõe sobre medidas de repressão e tráfico ilícito o uso indevido de entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6368.htm. Acessado em 12 de junho de 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990, art. 07. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acessado em 20 de mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.216**, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acessado em 20 de maio de 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.409**, de 11 de janeiro de 2002.-Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras**

drogas/ Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.343**, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm#art75. Acessado em : 17 de junho de 2017.

BRASIL. **Lei nº 11754** , de 23 de julho de 2008. Acresce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cria cargos em comissão; revoga dispositivos das Leis nºs 10.869, de 13 de maio de 2004, e 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11754.htm. Acessado em : 20 de maio de 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 7.179**, de 20 maio de 2010. **Presidência da República**. Casa Civil. Brasília, DF 2010. Acessado em 24 mai. 2017.

BRASIL. **Portaria n. 3.088**, de 23 de dezembro de 2011. Plano Crack, é possível vencer. Ministério da Saúde, 2011. Acessado em 24 mai. 2017.

BOKANY V. **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça: proximidades e opiniões**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2015.

BOLONHEIS-RAMOS, R. C. M.; BOARINI, M. L.. Comunidades Terapêuticas: “novas” perspectivas e propostas higienistas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 22, n. 4, p. 1231-1248, 2015.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. 18 p

CAMPOS, M. da S. As percepções dos brasileiros sobre drogas, justiça e saúde. In: Bocany, V. [org.] **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça, proximidades e opiniões**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, pp. 63-84, 2015.

CARDONA, M. G.; CORDEIRO, R. M.; BRASILINO, J. Observações no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: SPINK, M. J. (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas** (online). Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 123-148.

CARNEIRO, H. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Rev Outubro**, v. 6, n. 6, p. 115-28, 2002.

CARNEIRO, H. As drogas e a História da Humanidade. **Revista Diálogos**. Nov. 2009.

CAVALCANTE, Cláudia Virginia Galindo et al. Representações de um grupo de docentes sobre drogas: alguns aspectos. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)**, v. 7, n. 2, p. 114-126, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Diálogos: álcool e outras drogas. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**. Ano 6, nº6, novembro de 2009.

CRUZ, M. S. Considerações sobre possíveis razões para a resistência às estratégias de redução de danos. **Álcool e outras drogas: escolhas, impasses e saídas possíveis**, v. 1, p. 13-24, 2006.

CRUSOÉ, N. M. de C. A Teoria das Representações Sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação. **Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, p. 105-114, 2004.

CRUZ, F. M. L.; DE SOUZA SANTOS, M. de F. A relação família-escola: fronteiras e possibilidades. **Revista de Educação Pública**, v. 17, n. 35, p. 443-454, 2012.

CUVELLO, S.T. V. **Representação Social de Adolescentes sobre o Viciado em Drogas**. 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Ensaio. Belo Horizonte, v.07, n.02, p. 114-126, mai/ago, 2015.

DA CUNHA, M. V. A desqualificação da família para educar. **Cadernos de pesquisa**, n. 102, p. 46-64, 2013.

DALBOSCO, C.; PEREIRA, A. L. D. Introdução: Proposta Pedagógica. In: **Prevenção ao uso de drogas: A escola na rede de cuidados**. Salto para o futuro. Ano XXIII - Boletim 23 – Novembro 2013.

DALBOSCO, C. **Representações sociais de educadores de escolas públicas sobre situações- problema relacionadas ao uso de álcool e outras drogas**. Tese de Doutorado. Programa de Pós- -Graduação em Psicologia Clínica e Cultura. Brasília: Universidade de Brasília, DF, 2011.

DOISE, W. Sistema e metassistema. **Teoria das representações sociais**, v. 50, p. 123-156, 2011.

DUARTE, P. do C. Subjetividade do consumo de álcool e outras drogas e as políticas públicas brasileiras. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (org.). **Subjetividade do consumo de álcool e outras drogas e as políticas públicas brasileiras**. Brasília: CFP, 2010.

DUVEEN, G. Prefácio. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 9ª ed. Vozes; 2012 ^a

ESPINHEIRA, G. A universalidade dos usos de drogas: o lugar das drogas na sociedade pós-moderna.(Conferência: O homem e sua relação com as drogas: história, valores e políticas- 27 de abril de 2004-Local: Quality Suítes, salão Itamarati). **1º. Encontro Nacional de CAPS AD-Centros de atenção psicossocial álcool e outras drogas: Drogas, saúde pública e democracia. Reduzindo danos, ampliando direitos**, 2004.

FERNANDES, F.M.B. Considerações Metodológicas sobre a Técnica da Observação Participante. In: **Caminhos para a análise das Políticas de Saúde**. MATTOS, R.A.; BAPTISTA, T.W.F. (Org.). 1ª ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015.

FIORE, M. A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos. In: VENÂNCIO, R.P. ; CARNEIRO, H. (Orgs). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005. FIORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 92, p. 9-21, 2012.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de Conteúdo**. Brasília, 4 ed: Liber Livro, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FONSECA, E. M. da; BASTOS, F. I. Políticas de redução de danos em perspectiva: comparando as experiências americana, britânica e brasileira. **Acselrad G, organizador. Avessos do prazer: drogas, AIDS e direitos humanos. 2a Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz**, p. 289-310, 2005.

GALEANO, E. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2014.

GARCIA, M. L. T.; LEAL, F. X; ABREU, C. C. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 267-276, 2008.

GIL, G.; FERREIRA, J. Apresentação: a cultura, o Estado e os diversos usos das “drogas”. In: LABATE, B. C. et al. (Orgs). **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, pp. 09-13, 2008.

GODOY,A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo,v. 35, n.2,p.57-63.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988. 158 p.

GONDIM, S.M.G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: Desafios Metodológicos. **Paidéia**, 2003,12(24), 149-161.

GOULART, S. L. Estigmas de grupos ayahuasqueiros. In: LABATE, B. C. et al. (Orgs). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, p. 251-88, 2008.
HOUAISS, A.; VILLAR, M. Dicionário Houaiss. **Versão monousuário**, v. 3, 2009.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001, p.17-44.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M.W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**.(Ed.) Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7 ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2008.

JOVCHELOVITCH, S. **Os Contextos do Saber: Representações, comunidade e cultura**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da Razão em Psicanálise, sua imagem e seu público**. 2011.

KARAM, M. L. Redução de Danos, Ética e Lei: os danos da política proibicionista e as alternativas compromissadas com a dignidade do indivíduo. In: SAMPAIO, C.M.A; CAMPOS, M.A. (Orgs). **Drogas, dignidade e inclusão social**. V. 1. Rio de Janeiro, 2003.

KARAM, M. L. Direitos Humanos, laço social e drogas: Por uma política solidária com o sofrimento humano. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (org). **Drogas, Direitos Humanos e Laço Social**. Brasília: CFP, 2013.

LABATE, B. C. et al. (Orgs). **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, pp. 440, 2008.

LABATE, B.C.; FIORE, M.; GOULART, S.L. Introdução. In: LABATE, B. C. et al. (Orgs). **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, pp. 23-40, 2008.

LOPES, J. E. **As representações sociais de prevenção ao abuso de drogas dos professores do ensino fundamental: um estudo de caso**. 2003. 104f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Paraná.

LORENCINI JÚNIOR, A. Enfoque contextual das drogas: aspectos biológico, culturais e educacionais. In: AQUINO, J.G. (Org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo:Summus, 1998. pp. 31-43.

MACHADO, A. R.; MIRANDA, P. S. C. Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública. **História, Ciências, Saúde –Manguinhos**, Rio de Janeiro, V.14, N.3, p.801-821, jul.-set. 2007.

MACRAE, E. Aspectos socioculturais do uso de drogas e políticas de redução de danos. **Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos** [internet], 2010.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M.C.; ALMEIDA, M.A.; OMOTE, S. (Org.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Edue, 2003.p11-25.

MANZINI, E.J. Entrevista semi-estruturada : análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS.2, 2004, Bauru: **A pesquisa qualitativa em debate** .Anais Bauru USC, 2004.

MARTINI, J. G.; FUREGATO, A. R. F. Representações sociais de professores sobre o uso de drogas em uma escola de ensino básico. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto , v. 16, n. spe, p. 601-606, Aug. 2008 .

MARTINS, G. de A. **Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J.; MÉLLO, R.P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. **PARTE 3. COMO ANALISAMOS**, p. 274, 2014.

MEIADO, A. C. **Prevenção também se ensina? Análise do programa estadual de prevenção ao uso indevido de drogas na escola no município de Pederneiras**. 2008.

MERHY, E. Anormais do desejo: Os novos não humanos? Os sinais que vêm da vida cotidiana e da rua. In: Conselho Federal de Psicologia (org.). **Drogas e Cidadania: em debate**. Brasília: CFP, 2012.

MORAES, M.M. **O Modelo de Atenção à Saúde para Tratamento de Problemas Decorrentes do Uso de Drogas: percepções de usuários, acompanhantes e profissionais**. (Dissertação de Mestrado). Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, Recife, Brasil, 2005.

MOREIRA, F. G.; SILVEIRA, D. X.; ANDREOLI, S.B. Situações relacionadas ao uso indevido de drogas nas escolas públicas da cidade de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, vol. 40, n. 5, p.810-817, out. 2006.

MOREIRA, A.; VÓVIO, C. L.; de MICHELI, D. Prevenção ao consumo abusivo de drogas na escola: desafios e possibilidades para a atuação do educador. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 1, p. 119-135, 2015.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 9ª ed. Vozes; 2012 .

MOTA, L. **Dependência química e Representações sociais: Pecado, crime ou doença?** Curitiba: Juruá, 2009.

NJAINE, K.; MINAYO, M. C. de S. A violência na mídia como tema da área da saúde pública: revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 1, p. 201-211, 2004.

NÓBREGA, S.M. da; COUTINHO, M. da P. de L. O Teste de Associação Livre de Palavras. In: COUTINHO, M. da P. de L.[et al.] (Org.). **Representações Sociais: Abordagem Interdisciplinar**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

NOTO, A. R. et al. Drogas e saúde na imprensa brasileira : uma análise de artigos publicados em jornais e revistas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, V. 19, N. 1, p. 69-79, 2003.
OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estud. psicol.(Campinas)**, v. 27, n. 1, p. 99-108, 2010.

PAIVA, C. H. A.; TEIXEIRA, L. A. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 21, n. 1, 2014.

PASSEGGI, M. da C. Representações sociais da escrita: uma abordagem processual. In: CARVALHO, M. do R. de F. et al. **Representações sociais: teoria e pesquisa**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, p. 45-59, 2003.

PASSOS, E. H.; SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Psicologia & Sociedade**, V. 23, N.1, p.154-162, 2011.

PATTO, M.H. S. **A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia**. 1996.

PETUCO, D. **Entre imagens e palavras: o discurso em uma campanha de prevenção ao crack**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa, 2011.

PETUCO, D. A produção social do usuário de crack: Desconstruindo o mostro. In: Conselho Federal de Psicologia (org.). **Drogas e Cidadania: em debate**. Brasília: CFP, 2012.

PLACCO, V. M. N. S. Um estudo de representações sociais de professores do Ensino Médio quanto à AIDS, às drogas, à violência e à prevenção: o trabalho com grupos focais. In: MENIN, MSS; SHIMIZU, AM **Experiência e representação social: questões teóricas metodológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 295-314, 2005.

PRADO, C. M. A. S. **O imaginário sobre drogas na formação docente: o que se sabe, o que se fala e o que se faz**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação, UFSM, Santa Maria, 2007.

RANGEL, M. **A pesquisa de representação social como forma de enfrentamento de problemas socioeducacionais**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.

RIBEIRO, F.G.M. **Drogas e alunos usuários de drogas na escola: Estudo de Representações Sociais de Professores do Ensino Médio da rede Estadual de São Paulo**. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.

ROAZZI, A. Categorização, formação de conceitos e processos de construção de mundo: Procedimento de Classificações Múltiplas para o estudo de sistemas conceituais e sua forma de análise através de métodos multidimensionais. **Cadernos de Psicologia**. n.1, 1995.

ROAZZI, A.; FEDERICCI, F.C.B.; CARVALHO, M. do R. A questão do consenso nas Representações Sociais. Um estudo do Medo entre Adultos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Mai-ago 2002, vol. 18, n. 2, pp. 179-192.

ROBAINA, J.V.L. **Drogas: o papel do educador na prevenção ao uso**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

RODRIGUES, T. Drogas, proibição e abolição das penas. In: PASSETTI, Edson (Coord.). **Curso livre de abolicionismo penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 131-165.

ROMANINI, M.; ROSO A. Midiatização da cultura, criminalização e patologização dos usuários de crack: discursos e políticas. **Temas em Psicologia**, V. 21, N. 2, p. 483-497, 2013.

RONZANI, et al. Mídia e drogas: análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003. **Ciência & Saúde Coletiva**, V. 14, N.5, p. 1751-1762, 2009.

RONZANI, T.M.; SILVA, E. A. Prevenção como responsabilidade coletiva: a importância de políticas públicas e a redução de danos. In: DIEHL, A.; FIGLIE, N.B. (Orgs) **Prevenção ao uso de álcool e outras drogas: o que cada um de nós pode e deve fazer? Um guia para pais, professores e profissionais que buscam um desenvolvimento saudável para crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2014, p.50-166.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SILVA, A. G.; GIMENIZ-PASCHOAL, S. R. Pesquisas sobre o programa educacional de resistência às drogas e à violência (PROERD). **Revista LEVS**, n. 6, 2010.

SILVA, F. F. L. **O que não cabe nas ruas de uma cidade? Entre narrativas maiores e resistências brincantes**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2014.

SIMÕES, J. A. Prefácio. In: LABATE, B.C. et al. (Orgs). **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, p. 440, 2008.

SOUZA, L. S. B. de **Entre a segurança e a saúde: a pessoa que usa drogas no portal G1**. Monografia (Graduação em Psicologia) - Unidade Acadêmica de Psicologia, UFCG, Campina Grande, 2015.

SOUZA, T. de P. **Redução de danos no Brasil: a clínica e o movimento**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFF, Niterói, 2007.
SPINK, M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, V. 9, N. 3, p. 300-308, jul./set. 1993.

SUDBRACK, M.F.O.; GUSSI, M.A.G. Prevenção do uso de drogas: A construção de uma política pública a partir da formação de educadores. In: **Prevenção ao uso de drogas: A escola na rede de cuidados**. Salto para o futuro. Ano XXIII - Boletim 23 - Novembro 2013.

TRAD, S. Mídia e drogas: confrontando texto e contexto da publicidade comercial e de prevenção. In: **Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**. EDUFBA, 2004.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009

TRAD, S. Controle do uso de drogas e prevenção no Brasil: revisitando sua trajetória para entender os desafios atuais. In: NERY FILHO, A., et al. orgs. **Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas**. Salvador: EDUFBA; Salvador: CETAD, 2009, pp. 97-112.

VALA, J. Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In: VALA, J, MONTEIRO, MB. **Psicologia social**. Lisboa: Calouste Gulbenkian; 2000. p 457-502.

VALÉRIO, R. C.. **As representações do crack de estudantes do ensino fundamental no município de Rio Grande-RS**. 2011.

VASCONCELOS, E. M. Cenário econômico, social e psicossocial no Brasil recente, e a crescente difusão do crack: balanço e perspectivas de ação. 2012. **O Social em Questão** - Ano XV - nº 28, 2012.

VARGAS, E.V. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, B.C. et al. (Orgs). **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008 pp.41-64.

VARGAS, J. **O Homem, as drogas e a sociedade: um estudo sobre a (des)criminalização do porte de drogas para consumo pessoal**. Trabalho de Conclusão de curso (Monografia). Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opin. Publica**, Campinas , v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001 .

VENTURA, C. A. A. et al. Políticas e leis sobre drogas ilícitas no Brasil e a perspectiva de familiares e pessoas próximas a usuários de drogas: estudo na Cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. V.1, 2009.

WAGNER, W. Sócio-gênese e Características das Representações Sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. de. (Orgs.) **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia: AB, 1998.

WAGNER, Wolfgang et al. Theory and method of social representations. **Asian journal of social psychology**, v. 2, n. 1, p. 95-125, 1999.

ANEXO I: QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PESQUISA: Drogas no contexto da Rede Estadual de Ensino em Campina Grande: representações Sociais e práticas educativas docentes.

Mestranda: Lais Santos Barbosa de Souza (UFCG)

Orientador: Dr. André Augusto Diniz Lira

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO

Nome: _____

Email: _____ Celular: _____

Sexo: () Feminino () Masculino Idade: _____

Religião: () Católica () Evangélica () Espírita () Não tenho () Outras

Escola: _____

Atuação: () Ensino Fundamental () Ensino Médio

Atuação nos turnos: () Noturno () Diurno

Disciplinas ministradas: _____

Ano/Série(s) _____ em _____ que _____ ministra aulas: _____

Quantos anos você tem de experiência docente? _____

Quantos anos você tem de experiência docente nesta escola? _____

Qual a sua Formação Superior? (considere o maior nível concluído)

() Graduado em _____

() Graduando em (Ensino Superior Incompleto) _____

() Não tenho Graduação

Você possui Pós-graduação? (considere o maior nível)

() especialização; () mestrado; () doutorado. Qual?

1) Nesta pesquisa, utilizamos uma técnica que se denomina *Associação Livre de Palavras (ALP)*. Consiste em uma atividade na qual dizemos ou lemos uma palavra e, a seguir, você escreve as palavras (apenas palavras) que lhe ocorreram à mente, na sequência do seu pensamento. Vamos começar! Quais as palavras que lhe vem à mente com a expressão:

DROGAS NA ESCOLA

2) Agora gostaríamos que você colocasse, ao lado dessas palavras, a ordem de importância, enumerando acima: 1º, 2º, 3º, 4º, 5º

3) Quais as palavras que lhe ocorrem com a expressão:

ALUNO USUÁRIO DE DROGAS

4) Agora gostaríamos que você colocasse, ao lado dessas palavras, a ordem de importância, enumerando acima: 1º, 2º, 3º, 4º, 5º

5) Como você avalia a problemática das drogas no contexto escolar?

6) Em sua opinião, como você poderia caracterizar o aluno usuário de drogas?

7) Durante a sua formação inicial (acadêmica), você teve alguma discussão sobre o tema das drogas? () Sim () Não

8) Caso a resposta anterior tenha sido positiva, como você avalia a sua formação inicial em relação à temática “Drogas na escola”?

() Excelente () Boa () Regular () Ruim () Péssima

9) Você participa ou já participou de alguma formação contínua (projeto, curso, capacitação) relacionado ao tema das drogas na escola?

() Não

() Sim . Especifique_____

Concluído: () Não; () Sim.

10) Caso já tenha participado de uma formação contínua em relação à temática “Drogas na escola”, como você avalia?

() Excelente () Boa () Regular () Ruim () Péssima

11) Qual a frequência em que, na escola, você presencia situações que envolvam o uso de drogas?

☐ Sempre ☐ Muito ☐ Ocasionalmente ☐ Raramente ☐ Nunca

12) Na escola em que você trabalha, existe algum projeto/ação/atividade de prevenção ao uso de drogas dirigidas aos alunos/as?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não conheço

Se sim, qual/quais? _____

13) Você discute o tema das drogas na sala de aula?

☐ Sempre ☐ Muito ☐ Ocasionalmente ☐ Raramente ☐ Nunca

14) Na sua opinião, quais as principais razões que inviabilizam trabalhar o tema das drogas em sala de aula? (Pode-se marcar mais de uma alternativa)

☐ Medo e insegurança

☐ Falta de formação/capacitação

☐ Não condiz com a área de atuação do professor

☐ Ausência de apoio técnico-pedagógico

☐ Possibilidade de estimular o consumo das drogas

☐ Outros Especifique

15) Você conhece a Política de Redução de Danos do uso de drogas ?

☐ Sim ☐ Não

16) Você já desenvolveu ou desenvolve alguma prática educativa na escola em relação ao tema das drogas? Se sim, qual/quais?

